

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM *A NOITE DA ESPERA*,
DE MILTON HATOUM**

São Luís

2021

LAERCIO DA SILVA CAMPOS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM *A NOITE DA ESPERA*,
DE MILTON HATOUM**

Linha de pesquisa: Literatura, Memória e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Mestrado em Letras.

São Luís

2021

C214c Campos, Laercio da Silva.
A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM A NOITE DA ESPERA, DE MILTON HATOUM
/ Laercio da Silva Campos. – 2021.

98 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PPG, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, São Luís, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Fabíola de Jesus Soares Santana.

1. discurso. 2. identidade. 3. A Noite da Espera. I. Título.

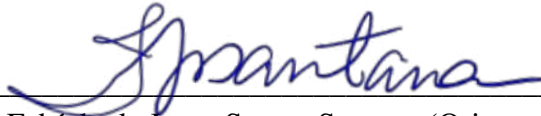
CDD 400

LAERCIO DA SILVA CAMPOS

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM A NOITE DA ESPERA,
DE MILTON HATOUM**

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito para obtenção do grau de mestre no
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em
Letras – Mestrado em Letras em 30/07/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana (Orientadora) - UEMA



Profa. Dra. Heri Ramos de Oliveira Pontes – UFPE



Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho - UEMA

Aos meus pais, Vital (In Memoriam) e Maria da Guia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por me guiar sempre pelo melhor caminho e por me amparar em todos os momentos da minha vida.

À minha família, por ser minha base para que consiga chegar cada vez mais longe. Em especial, à minha irmã Ludmila, pelo grande incentivo ao meu projeto de pesquisa.

À Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em especial, ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Letras, por me proporcionar a oportunidade de ampliar meus conhecimentos e pela disponibilização de ferramentas para a conclusão deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Fabíola de Jesus Soares Santana, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes, além de me passar tranquilidade nos momentos de angústia.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Heri Ramos de Oliveira Pontes – UFPE e Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho – UEMA, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Letras, o coordenador Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho e Profa. Dra. Andrea Teresa Martins Lobato, então coordenadora quando do meu ingresso no programa, pela atenção de sempre.

À secretária do Programa de Pós-Graduação, Aline, por sempre estar disponível para nos atender da melhor forma e agilizar nossas demandas.

Aos professores com quem tive a oportunidade de ter convivência nas disciplinas do mestrado, que com empenho e dedicação me passaram lições que carrego para o resto da vida.

À direção do Centro Educa Mais Barjonas Lobão, composta por Leila, Regiane e Thiago, pelo apoio e compreensão nos momentos necessários. Agradeço também o incentivo dos colegas professores que, juntos, cumprimos a missão de promover uma educação de qualidade para os alunos da escola pública.

Aos amigos de turma de Mestrado, que juntos percorremos essa trajetória e trocamos conhecimentos, momentos de alegria e angústia.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

“uma longa insônia em que fantasmas reaparecem com a língua materna, adquirem vida na linguagem, sobrevivem nas palavras...”

Milton Hatoum

RESUMO

O trabalho de pesquisa analisa a construção identitária em *A noite da espera*, de Milton Hatoum. Martim (narrador-personagem) retrata, por meio da escrita de um diário, seu drama da separação materna e da espera por esse reencontro. Em paralelo, o Brasil dos anos 60/70 – período ditatorial, temática que retrata o período vivido pelo personagem. O conflito pessoal de Martim é atravessado pelas tensões de Brasília. Os relatos de cunho íntimo e moral são afetados por eventos sociopolíticos. Inicialmente, propõe-se uma reflexão de caráter introdutório sobre a Análise do Discurso a fim de traçarmos caminhos para a investigação, a partir de conceitos gerais. Em seguida, apresenta-se a discussão sobre a relação entre linguagem e história. Observa-se como as transformações históricas, como a Ditadura Militar, estabelecem condições de produção de discursos e a constituição de memória. Por fim, a proposta de análise, na qual são abordados elementos que se manifestam no discurso e configuram a identidade do personagem Martim. A temática é abordada a partir dos estudos em Análise do Discurso de Maingueneau (2016), dentre outros estudiosos como Amossy (2016) e Fairclough (2016), que ampliam a visão de construção discursiva de identidade. Sobre a composição formal e sua relação temático-semântica na perspectiva do gênero textual, o estudo se baseia em Bakhtin (2011). Para entender como as práticas sociais relacionam-se ao discurso, Berger e Luckmann (2014) abordam a construção social da realidade e Candau (2018) trata da relação indissolúvel entre memória e identidade. Em Franco (2003), compreendem-se os aspectos sociais no contexto específico de produção, entre outros autores que contribuem para a investigação. Evidencia-se que Martim, ao narrar seu drama pessoal, é a expressão de como o sujeito é afetado pelo interdiscurso forjado pelo campo socioideológico, marcado historicamente.

Palavras-chave: discurso; identidade; *A noite da espera*

ABSTRACT

The research work analyzes the identity construction in *A Noite da Espera*, by Milton Hatoum. Martim (narrator-character) portrays, through the writing of a journal, his drama of maternal separation and the waiting and longing for this reunion. In parallel, Brazil in the 60s/70s – dictatorial period, thematic that portrays the period lived by the character. Martim's personal conflict is intersected by tensions in Brasília. Intimate and moral accounts are affected by sociopolitical events. Initially, an introductory reflection on Discourse Analysis is proposed to outline paths for the investigation, based on general concepts. Then, the discussion about the relationship between language and history is presented. It is observed how historical transformations, such as the Military Dictatorship, establish conditions for the production of speeches and the constitution of memory. Finally, the analysis proposal, in which elements that manifest themselves in the discourse and configure the identity of the character Martim are approached. The theme is approached from studies in Discourse Analysis by Maingueneau (2016), among other scholars such as Amossy (2016) and Fairclough (2016), which expand the view of the discursive construction of identity. On the formal composition and its thematic-semantic relationship from the perspective of textual genre, the study is based on Bakhtin (2011). To understand how social practices relate to discourse, Berger, and Luckmann (2014) address the social construction of reality, and Candau (2018) addresses the indissoluble relationship between memory and identity. In Franco (2003), social aspects are understood in the specific context of production, among other authors who contribute to the investigation. It is evident that Martim, when narrating his drama, is the expression of how the subject is affected by the interdiscourse forged by the socio-ideological field, historically marked.

Keywords: speech; identity; *A Noite da Espera*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ANÁLISE DO DISCURSO: Aspectos Teórico-Metodológicos	18
2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO: noções-chave	18
2.2 PERCURSO PARA UM NOVO SABER.....	24
2.3 PÊCHEUX E A BASE PARA A ANÁLISE DO DISCURSO	30
2.4 A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DE DOMINIQUE MAINGUENEAU	34
3 LINGUAGEM E HISTÓRIA: DITADURA MILITAR NO BRASIL	41
3.1 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS QUE POSSIBILITAM A PRODUÇÃO DE DISCURSO	53
3.2 MEMÓRIA: aspecto sócio-histórico-cultural na Ditadura Militar.....	58
3.3 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E INTERDISCURSO.....	63
4 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM A NOITE DA ESPERA, DE MILTON HATOUM.....	65
4.1 MARTIM E O DISCURSO COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE.....	65
4.2 DIÁRIO: Composição formal e sua relação com o conteúdo temático-semântico.....	75
4.3 MARTIM E AS MARCAS DA AUSÊNCIA MATERNA.....	81
4.4 MARTIM E O ENTRECRUZAMENTO DOS ASPECTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E IDEOLÓGICOS	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

A memória nacional é marcada por eventos históricos que formam o inconsciente coletivo que se manifesta por meio do discurso. No Brasil, a Ditadura Militar é um marco da nossa recente história política. Esse período perdurou por 21 anos, teve cinco mandatos militares e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepunham à constituição. Nesse período, houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura. Toda essa conjuntura histórica leva à noção de um sujeito discursivo que, na Análise do Discurso, não representa o sujeito falante, mas sim uma conjuntura social, com seu lugar de fala, marcado social e ideologicamente. Com isso, é possível refletir com mais propriedade sobre a noção de sentido e efeitos de sentido que decorrem das representações sociais e imaginárias dos homens em sociedade.

A ficção literária brasileira presta um importante papel para nossa percepção do passado. Diversas obras, de diferentes épocas, tocaram nesse período traumático da história brasileira. Algumas das quais fazem parte do nosso cânone literário, como *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo; *Sombras de reis barbudos*, de José Veiga; *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles. Obras que escritas quando a Ditadura Militar no Brasil estava em pleno vigor, na década de 1970, além de poemas, contos, testemunhos ou jornalismo literário. E a linguagem, neste caso a linguagem literária, é uma arma contra o silenciamento histórico e estabelece o que chamamos de memória discursiva. Não obstante, em regimes totalitários, a linguagem é o principal alvo de ataque.

Pensando na importância da abordagem da Ditadura Militar na literatura contemporânea e de como o sujeito é afetado a todo momento pelo discurso, o trabalho de pesquisa analisa a construção discursiva da identidade do personagem Martim em *A noite da espera*, de Milton Hatoum.

Apresenta-se, então, a seguinte questão de pesquisa: como se dá a construção identitária a partir da ruptura pessoal e social do personagem/narrador Martim por meio da escrita de si, em um pano de fundo histórico conturbado da Ditadura Militar no Brasil, recriada em um contexto sociocultural e temporal sob um olhar do sujeito exilado?

Como hipótese, entende-se que Martim é a expressão de como o sujeito discursivo é afetado pelo interdiscurso materializado por meio da escrita de si em seus relatos em forma de

um diário pessoal. Na exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas, são forjados discursos, possibilitados pelo campo socioideológico, marcados historicamente.

Nesta análise, as transformações político-sociais da Ditadura Militar no Brasil agem diretamente na produção dos discursos, seu surgimento em determinados momentos e sua dispersão. Diante de tais abordagens, propõe-se, como objetivo geral, analisar a construção discursiva da identidade do narrador-personagem Martim no romance *A noite da espera*, de Milton Hatoum.

A partir desta temática, definem-se os seguintes objetivos específicos: analisar de que forma Martim (narrador/personagem), por meio do discurso, constrói imagens de si; examinar a composição formal, estrutural e retórica do gênero diário e sua relação com o conteúdo temático-semântico do romance; compreender a narrativa de introspecção e o entrecruzamento dos aspectos sociais, históricos e ideológicos a partir das diferentes vozes constitutivas do sujeito discursivo.

A partir dos objetivos do estudo, propõe-se analisar, por exemplo, o interdiscurso da Ditadura Militar no Brasil, o papel das artes na vida das pessoas, a imigração forçada, entre outros aspectos sociais que inter cruzam o sujeito na construção identitária.

A temática é abordada a partir dos estudos em Análise do Discurso de Dominique Maingueneau (2016), principalmente no que se refere aos processos configuradores do interdiscurso e da construção do *ethos* discursivo. Para tanto, dada sua dimensão e pela focalização de enunciados específicos, observam-se elementos da materialidade linguística que descrevam esse quadro em que se sustenta o discurso, como se apresenta na escrita de diários, com recortes, fragmentos de linguagem, relacionados à situação discursiva.

Apresentam-se também os estudos iniciais em Análise do Discurso de Pêcheux (1995, 1999, 2008, 2012, 2014, 2015) e Foucault (2009; 2014). Discutem-se conceitos como cena enunciativa, e a análise da forma que o sujeito assume um lugar de fala a partir de uma posição social. Ainda nos escritos de Pêcheux, teremos respaldo teórico na busca pelo primado do interdiscurso como unidade de trocas que envolvem o universo, campo e espaço discursivos.

Como bibliografia auxiliar no estudo das condições de produção, teremos ainda suporte teórico de autores brasileiros que têm como base de pesquisa a AD francesa, entre eles Fernandes (2008), Henry (2014), Orlandi (1999; 2020) e Gregolin (2006).

O suporte na obra de Bakhtin (2011) é na perspectiva dos gêneros do discurso. Por se tratar de um diário ficcional híbrido, quais gêneros e nuances são mobilizados na estratégia argumentativa? Além da relação existente entre enunciado, texto, discurso, gênero do discurso, cadeia da comunicação discursiva, campos ou esferas da comunicação cultural e como esses elementos constituem unidades e elos para a compreensão do processo vivo da comunicação humana, das cadeias discursivas.

Para aprofundamento no entendimento da construção identitária no âmbito discursivo e das relações sociais, trazemos estudiosos como Amossy (2016) e Fairclough (2016), que contribuem para a ampliação da visão de construção discursiva de identidade. Para entender como as práticas sociais compõem a identidade discursiva, Berger e Luckmann (2014) abordam como a realidade é construída socialmente e Candau (2018) relaciona identidade e memória. Em Franco (2003), compreendem-se os aspectos sociais no contexto de produção, entre outros autores que contribuem para a investigação.

O trabalho de pesquisa estrutura-se da seguinte forma: após a introdução, no capítulo 2, aborda-se a Análise do Discurso e seus aspectos teóricos. Apresenta-se uma reflexão de caráter introdutório a fim de traçar caminhos para um estudo mais aprofundado, partindo dos conceitos gerais que constituem parâmetros de análise; autores que contribuíram para o surgimento da Análise do Discurso como ciência, com destaque a Michel Pêcheux como figura central, até se chegar a Dominique Maingueneau, com a noção da imagem de si no discurso.

Em seguida, no capítulo 3, apresenta-se uma discussão da relação entre linguagem e história. Propõe-se analisar, por exemplo, o campo associativo referente à Ditadura no Brasil e como as transformações históricas possibilitam a criação de discursos; elementos constitutivos da formação discursiva e a memória com seu aspecto sócio-histórico-cultural. Para ressaltar a influência direta de fatores externos, também discute-se a formação ideológica e o interdiscurso.

No capítulo 4, apresenta-se a proposta de análise do trabalho de pesquisa para investigar a construção identitária em *A noite da espera*. Queremos entender de que forma Martim (narrador/personagem), por meio do discurso, constrói imagens de si. Parte-se dos estudos da linguagem que deram início à Análise do Discurso até os dias de hoje, que apontam para a dimensão social e dialógica do discurso. Dessa forma, a Análise do Discurso movimenta também outros campos de abordagem, o que propicia seu avanço sob a perspectiva da análise crítica do discurso aplicada ao texto literário.

Finalizando o trabalho, as considerações finais são apresentadas, seguidas das referências que serviram de sustentação do presente estudo. O trabalho de pesquisa propõe demonstrar um viés de análise acerca da obra e como contribuição para o programa de pós-graduação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) como possibilidade de abordar a literatura por meio da investigação da produção de discurso. Sem pretender esgotar o assunto, a intenção é levantar situações interpretativas no campo da pesquisa literária.

Em *A noite da espera*, Martim retrata, por meio da escrita de um diário, seu drama pessoal da separação da mãe e da espera por esse reencontro. Pressupõe-se de um diário o gênero que mais se aproxima da intimidade do sujeito porque não visa um leitor concreto, mas é regida por uma interatividade constitutiva, além do registro de memória pessoal. Martim, por sua vez, entendia que, dentro de um “eu”, há muitos outros. Dessa forma, a escrita de seu diário foge ao tradicional, pois alterna o discurso em primeira pessoa com o discurso indireto e indireto livre, apresentando falas, cartas, anotações, bilhetes, seus e de outras pessoas, sem receio de deixar em evidência que seu discurso provém de uma conjuntura maior.

O drama pessoal de Martim se dá no Brasil dos anos 60/70 – período ditatorial, temática que se dá no plano do enunciado, pois retrata o período vivido pelo personagem. Assim, ficção e história do Brasil motivam a investigação da pesquisa em analisar de que forma os interdiscursos – família, política, arte, escola e ideologia – fazem parte da formação discursiva que forja a identidade de Martim a partir da narrativa.

Em seu trabalho, lançado em 2017 e que vai compor a base desta pesquisa, Hatoum volta ao romance quase dez anos depois da publicação de *Órfãos do Eldorado*. *A noite da espera* compõe o volume 1 da trilogia intitulada *O lugar mais sombrio*. Este trabalho de pesquisa tem como objeto somente o volume 1 desta trilogia. O romance retrata a formação

sentimental, política e cultural de um grupo de jovens na Brasília dos anos 1960 e 1970. Campos temáticos que se inter cruzam no discurso e revelam um sujeito em constante mudança.

Mais uma vez Hatoum vai abordar o que se tornou peça-chave em sua obra: o drama familiar. Mas, dessa vez, atrelado ao conflito pessoal, apresenta o drama da Ditadura Militar para construir um romance de formação¹. Nos anos 1960, Martim, um jovem paulista, muda-se para Brasília com o pai após a separação traumática deste e sua mãe. Na cidade recém-inaugurada, ele trava amizade com um variado grupo de adolescentes do qual fazem parte filhos de altos e médios funcionários da burocracia estatal, bem como moradores das cidades-satélites, espaço relegado àqueles que foram os primeiros habitantes da capital federal, migrantes desfavorecidos.

Às descobertas culturais e amorosas de Martim contrapõe-se a dor da separação da mãe, de quem passa longos períodos sem notícias. Na figura materna ausente, concentra-se a face sombria de sua juventude, perpassada pela violência dos anos de chumbo. Esses dois fatores marcam a personagem. De um lado, o forte fator externo, que foi a presença militar durante a ditadura; e do outro o fator interno, que move o romance: a ruptura com a mãe.

Saindo pela primeira vez da representação literária amazônica, até então também uma marca de suas obras, Hatoum apresenta um retrato literário de Brasília, transitando entre as dimensões pessoal e social do drama e faz de uma ruptura familiar (memória afetiva, individual) a representação histórica de um país cindido por um golpe (memória coletiva, social). Abordar sobre o sujeito e sua constituição identitária não significa decifrar o que se passa por dentro do indivíduo, requer apreendê-lo pela exterioridade, como ele se posiciona diante dos fatos. É nesse contexto que Martim vai juntar as pontas de sua vida, dez anos

¹ *Bildungsroman* [Em port., “romance formativo ou romance de formação”; em ingl., coming-of-age novel ou apprenticeship novel.] O termo foi cunhado em 1803 por K. Morgenstern e por ele desenvolvido como conceito amplo em textos surgidos c.1820, mostrando o carácter distinto e o valor artístico de obras como *Agathon* (1766-67) de Wieland ou *Wilhelm Meisters Lehrjahre* [Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister] (1795-96) de Goethe, a par da necessidade de integrar o romance alemão no contexto da produção europeia. No processo de afirmação e respeitabilização da forma romanesca, articulando ainda a vertente lúdica e de entretenimento exigidas pelo novo público leitor com a vertente moralista e didáctica tão ao gosto do Iluminismo, a inclusão no cânone literário das referidas obras revela já a passagem para um tipo de romance de cariz antropológico. Ao centrar o processo de desenvolvimento interior do protagonista no confronto com acontecimentos que lhe são exteriores, ao tematizar o conflito entre o eu e o mundo, o *Bildungsroman* dá voz ao individualismo, ao primado da subjectividade e da vida privada perante a consolidação da sociedade burguesa, cuja estrutura económico-social parece implicar uma redução drástica da esfera de acção do indivíduo. (CEIA, Carlos. E-Dicionário de Termos Literários. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/bildungsroman/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.)

depois, agora na condição de imigrante exilado em Paris, para, em um resgate de formação discursiva, (re)construir sua identidade.

Os vestígios para o conhecimento de si, a descoberta do mundo, a busca da própria identidade são, na verdade, experiências de uma longa viagem interior, mas sua realização singular é fruto de situações espaciais e temporais concretas. Um “eu” resulta de outros “eus”, que se apresentam como uma condição constitutiva do discurso do sujeito. O discurso é formado por outros discursos e se modificam ao longo da história. Não se trata, portanto, de determinismo geográfico, mas de uma articulação necessária entre homem e meio que, em sua relação com o espaço, reelabora-se na interpretação estética.

Os capítulos da obra são curtos e marcados por datas, locais e horários, assim como em um diário, e alternam dois momentos da vida no narrador: a adolescência em Brasília e, dez anos depois, momento do enunciado, em Paris, local e época em que ele vai retomar seus escritos do passado. Hatoum apresenta um trabalho de construção narrativa longe de certezas e ensinamentos. Depois de construir uma obra formada por romances com tramas centradas em Manaus, sua cidade natal, ele segue o destino que se aproxima de sua própria vida rumo ao Planalto Central.

O presente trabalho de pesquisa analisa o interdiscurso da temática da Ditadura Militar na literatura brasileira contemporânea. Apresenta um novo olhar para os fatos porque é visto e narrado por quem está à margem da cena histórica central. As narrativas históricas, os relatos de cunho íntimo e moral com os eventos sociais e políticos, sem apresentar certezas e garantias, os fatos são sempre estabelecidos na (re)construção da memória como único elemento para a construção da identidade e explicação dos desejos.

A noite da espera, de Milton Hatoum, é também objeto de análise em publicações de artigos. Davi Andrade Pimentel (UFF) abordou a obra com o artigo *O diário de luto de Martim: Uma leitura de A noite da espera, de Milton Hatoum* (2018), no qual analisa a perspectiva do luto, enquanto afeto materno perdido.

Outro artigo publicado que trata da obra é o de Alexandre Luiz Ribeiro da Fonseca Júnior (UFMG), intitulado *O recurso ao diário em A noite da espera, de Milton Hatoum: o desenho de um conflito pessoal e de um conflito histórico-político* (2019), que trata da potencialidade da escrita de si como espaço de autoconhecimento.

Destaca-se também o artigo de Ernani Mügge (FEEVALE), Iago Ramon Möller (FEEVALE) e Julia Pruss Duarte (FEEVALE), intitulado *A compreensão da história por meio da ficção: o regime militar brasileiro em A noite da espera, de Milton Hatoum (2019)*, e trata das representações historiográfica e ficcional, problematizando a fronteira entre elas, e levanta a hipótese de que é possível compreender a história do regime militar brasileiro.

O autor ganha espaço em pesquisas acadêmicas também por meio de suas demais obras. Laura Virgínia Tinoco Farias (UEMA), com o trabalho intitulado *Representações femininas, identitárias e memorialistas na obra “Dois irmãos”, de Milton Hatoum (2019)*, apresenta as questões referentes à representação feminina, identitária e memorialista especificamente em *Dois Irmãos*, publicada em 1989.

Outra dissertação que trata de obra do autor é a de Lucilia Lúbia de Sousa Pinheiro (UFSC), com o título *Cinzas do Norte, de Milton Hatoum, um romance de formação (2009)*. O estudo desdobra-se sobre a forma estrutural do romance no que diz respeito ao narrador, enredo, tempo e espaço.

Obras do autor foram alvo de análise da dissertação de Naiara Speretta Ghessi (UNESP), com o título *Trânsito e identidade em dois romances de Milton Hatoum (2018)*, na qual elabora uma análise comparativa de *Relato de um certo Oriente (1989)* e *Cinzas do Norte (2005)*, ambos publicados por Milton Hatoum, de modo a relacionar a fragmentação da voz narrativa que se faz presente nos dois romances.

Sobre a obra objeto de análise para este trabalho, não foram encontradas ainda dissertações produzidas, o que inspira a elaboração deste trabalho de pesquisa, além de contribuir para estudos sobre as obras deste autor. A presente análise pauta-se por buscar, na obra, a construção discursiva da identidade por meio do interdiscurso. A escolha permite-nos traçar um paralelo com um presente tão atravessado pelo sentimento de regresso e a importância da eterna vigilância. Apresenta um modo de compreender o contemporâneo a partir do retorno ao passado pela narrativa de memória ficcional, recurso capaz de colocar no mesmo plano fenômenos diversos. O presente da obra contém o passado histórico, que, por sua vez, se dá no plano presente no enunciado e no plano passado da enunciação. A partir do particular, a obra aponta para o universal e nos dias atuais nos confronta de quanto ainda desse passado há em nosso presente.

2 ANÁLISE DO DISCURSO: Aspectos Teórico-Metodológicos

A análise do discurso (AD) é uma disciplina da área da linguagem, mas que assume uma posição de entremeio com áreas das ciências humanas e sociais, com o discurso como objeto de investigação científica. É empreendida no social, portanto, exterior à língua, trazendo em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos sociais. Para tanto, é necessária uma reflexão de caráter introdutório, a fim de traçarmos caminhos para um estudo mais aprofundado.

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ANÁLISE DO DISCURSO: noções-chave

Na constituição deste campo do conhecimento, levanta-se uma série de questões sobre a linguagem que envolve interpretação entre sujeitos por meio de diferentes manifestações. Somos, todos nós, sujeitos de linguagem, não há como escapar a seu uso. Tais considerações surgem na França e chamam atenção por colocar em relação o campo da língua (que pode ser estudada pela Linguística por meio de suas delimitações) e o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos das relações de forças e dominações ideológicas). Michel Pêcheux é o centro desse novo campo de pesquisa e propõe uma reflexão sobre o papel da Análise do Discurso.

Em sua proposta de reflexão sobre a linguagem, faz parte o confronto com as evidências e o lugar já feito. A busca em sua análise do discurso é pelos entremeios, ou seja, desconstrução e compreensão de seu objeto: o discurso. Este é visto tanto em sua perspectiva histórica, quanto linguística. Nesse entremeio de campos disciplinares, o confronto surge como efeito de análise, como aponta o autor:

É preciso logo acrescentar que, para além das designações acadêmicas profissionais, a referência às problemáticas filosóficas e políticas surgidas no curso dos anos 60 formou amplamente a base concreta, transdisciplinar de um encontro – atravessado de confrontos muitas vezes bastante vivos e correspondendo só raramente às divisões profissionais – sobre a questão da construção de uma aproximação discursiva dos processos ideológicos. (PÊCHEUX, 1999b, p. 7)

Na primeira fase da análise do discurso (PECHEUX [1983] 2014), buscava-se discursivamente os enunciados verbais, por meio de uma análise automática. Nesse primeiro momento, a teoria saussuriana teve influência. Os grandes textos políticos escritos eram o objeto de análise. A segunda parte se voltou para a questão do método estruturado, no qual se volta aos cálculos matemáticos e algoritmos que descrevem o dispositivo de análise

automatizada do processo discursivo. Cabia ao analista estudar os dados sempre linguísticos obtidos após a automatização, relacionando-os com a ideologia, os sujeitos e com o histórico-social, e tudo ao mesmo tempo, como demonstra Pêcheux (2015):

Nesse espaço de necessidades equívocas, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros. (PÊCHEUX, 2015, p. 33)

Aquilo que era reconhecido, porém deixado de lado pelos linguistas, ganha espaço como parte do processo de comunicação. Em seu texto *Delimitações, inversões, deslocamentos* (2012), Pêcheux trata do ausente, invisível ou simbólico na linguagem, a partir de três revoluções: revolução burguesa de 1789; revoluções socialistas do séc. XIX; e revoluções proletárias do séc. XX. Com sua metodologia de percorrer o entremeio do discurso, o autor aborda o não presente na representação dos povos e do poder nessas sociedades. Destaca que a ausência é elemento constitutivo da linguagem:

A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um “desejo”, etc., [...] a coincidência enunciativa do pronome eu com o irrealizado nós e a alteridade do ele (ela) e do eles (elas)... Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível. (PÊCHEUX, 2012, p. 8)

É em sua terceira fase, de 1980 em diante, que o autor, mesmo ainda no campo político-partidário, leva em consideração as falas ordinárias e as reflexões acerca da imagem enquanto operador de memória social. Em *O Discurso: Estrutura ou acontecimento* (2015), Pêcheux aborda o enunciado político comum, que é atravessado por discursividades, pois revela uma estrutura e um acontecimento. Dessa maneira, as formulações do cotidiano passam a integrar as investigações da análise do discurso.

O autor apresenta também uma reflexão nesse sentido em *Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso* (1999b), no qual alerta para a mudança de objeto desse campo. Esse texto se coloca ao lado de *O Discurso* no qual alega a necessidade de escuta dos enunciados cotidianos. Apesar de não ter desenvolvido a perspectiva teórica do interdiscurso, Pêcheux apontou caminhos:

[...] construção teórica da intertextualidade, e de maneira mais geral, do interdiscurso, apareceu como um dos pontos cruciais desse empreendimento, conduzindo a análise de discurso a se distanciar ainda mais de uma concepção classificatória que dava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se mostra cada vez mais contestável. (PÊCHEUX, 1999b, p. 9)

A complexidade do pensamento de Pêcheux segue sendo objeto de divulgação e investigação por parte de diversos autores cujos trabalhos estão vinculados ao teórico da análise do discurso. Assim, segundo demonstra Orlandi (2020), a língua tem sua ordem própria, mas sua autonomia é relativa. Contrapõe-se à Linguística no sentido de trazer para a cena o sujeito e a situação na análise da linguagem. Assim, como a noção de história não é algo dado, mas é afetada pelo simbólico. Os fatos não falam por si, carecem de sentido. Não cabe, então, a dicotomia (língua/fala). O discurso não se opõe à língua, pois entende que ela é parte do social, do histórico, assim envolve variação e regularidade, subjetivo e objetivo, processo e produto. A ideologia é materializada no discurso, e este ganha materialidade pela linguagem em forma de texto, como demonstra Orlandi:

Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento, a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história. (ORLANDI, 2020, p. 17)

Como exterioridade à língua e à fala, como atesta Fernandes (2008), a Análise do Discurso apresenta conflitos próprios como a tudo que se refere ao social. Tem relação com a Linguística, mas não é a língua e nem a fala, mas sua exterioridade depende dos sistemas linguísticos. “Se há diferenças, há embates no social e, conseqüentemente, no linguístico.” (FERNANDES, 2008, p. 17). Dirige-se a outros espaços na busca de forças que agem entre a língua e a fala para compreender de que se constituem os sentidos. Orlandi (2020) ratifica que a língua se realiza no social porque os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições de produção e o sujeito não tem total controle das intenções.

A Análise do Discurso considera que a língua não é uma estrutura transparente e, portanto, trabalha com o simbólico, integra um conjunto de forças sociais, inerentes ao homem e sua história. Para Pêcheux (2014), as ciências sociais estavam em um estado pré-científico e o estabelecimento de uma ciência necessita de elementos claros. Seu objetivo inicial era fornecer às ciências sociais um instrumento científico.

Os sentidos não são estáticos, aquilo que é emitido pelo sujeito não manifesta correspondência direta na outra ponta, pois os lugares são de “conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é ritual da palavra” (ORLANDI, 2020, p. 8). Há, nessa ideia de movência, um sentido duplo: um que aponta para o novo, o inesperado, e outro que estabiliza, cristaliza os sujeitos e os sentidos. Como corrobora Fernandes (2008):

Quando nos referimos à produção de sentidos, dizemos que no discurso os sentidos das palavras não são fixos, não são imanescentes, conforme, geralmente, atestam os dicionários. Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam. (FERNANDES, 2008, p. 15)

Há um corpo social no qual se estabelecem poderes de interpretação. Forças sempre agem sobre os sentidos, não estão soltos. No entanto, não procura um sentido verdadeiro como se o texto apresentasse pistas da descoberta de um enigma. “Não há uma verdade oculta atrás do texto, há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender.” (ORLANDI, 2020, p. 24). Isso porque os sentidos do discurso dependem das condições sócio-históricas e ideológicas de produção, que, por sua vez, correspondem aos sujeitos e a situação social.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÊCHEUX *apud* FERNANDES, 2008, p. 16)

Esse entendimento de permanente construção do simbólico é contribuição da Análise do Discurso, que convida para a reflexão sobre a falta de domínio do sujeito para com seu discurso, e mostra que o trabalho com a linguagem é um constante desafio. Essa compreensão visa “explicitar como o texto organiza seus gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura.” (ORLANDI, 2020, p. 25). É um ramo da ciência da linguagem no qual a incompletude é parte integrante, pois se dá no processo, na ação, sem início pré-determinado e sem pretensão de estabelecer um ponto final. Está sempre em movimento, passa pelo sujeito, pela história, pela ideologia, transita no mundo.

Assim também é a identidade, não fixa, está sempre em processo de produção. Compreender o sujeito discursivo requer uma visão sobre as vozes que fazem parte da sua voz. Henry (2014) apresenta a posição do sujeito na Análise do Discurso:

A linguagem (ou jogo, ou a ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível. Mas isto define o sujeito como posição, e não como uma coisa em si mesma, como uma substância. (HENRY, 2014, p. 11)

A partir da problematização das noções de leitura, interpretação e da relação do sujeito com o sentido, surge, nos anos de 1960, a Análise do Discurso, época em que o estruturalismo dominava toda conjuntura com base na Linguística. Era uma ciência generalizante, exportada para outras ciências humanas. Podemos citar como exemplo os estudos de Lévi Strauss e Barthes, de forma mais explícita. De forma mais abstrata, perpassa também pelas teorias de Lacan, Foucault, Althusser e Derrida. Pelo fato de compor parâmetro para esses diversos estudos, a Linguística pode ser vista, segundo Henry (2014), como ciência base das ciências humanas.

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social. Ele afirmava, no momento da publicação de *A análise automática do discurso*, que ali se encontrava seu objetivo profissional principal. Nesta tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo. No fim da década de sessenta, o estruturalismo estava no seu apogeu. O denominador comum entre Althusser e Lacan tem algo a ver com o estruturalismo, mesmo que ambos não possam ser considerados estruturalistas. O que interessava a Pêcheux no estruturalismo eram aspectos que supunham uma atitude não-reducionista no que se refere à linguagem. (HENRY, 2014, pp. 12-13, grifo do autor)

Na gênese dos estudos da linguagem, a Linguística centrou base no sistema de signos como regras formais. A Gramática abordou a linguagem como sistema de regras, ainda que com diferentes visões, ao longo do tempo, acerca do que vem a ser “norma”. E percebeu que as abordagens dos aspectos linguísticos ganhavam, cada vez mais, maiores dimensões que os estudiosos buscaram uma maneira particular, que trouxe de volta ao estudo da linguagem algo que lhe é inerente: suas muitas maneiras de significar. Análise do Discurso apresenta, então, um olhar para o sentido, o sujeito e a história.

Toda ciência, escreve Herbert-Pêcheux, é produzida por uma mutação conceitual num campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura através de um movimento que tanto lhe permite o conhecimento dos trâmites anteriores quanto lhe dê garantia de sua própria cientificidade. Ele acrescenta que, num certo sentido, toda ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção. Além do mais, tal objeto não pode se destacar, através do jogo de um questionamento

aleatório, da natureza que progressivamente o delimitaria tornando visíveis suas características. (HENRY, 2014, p. 30)²

O próprio nome da disciplina já traz em si seu objeto de estudo, o discurso, que parte do que é linguístico, mas aponta para o que está fora da língua, pois se dá no social entrelaçado com aspectos ideológicos e históricos, portanto político, nos diferentes contextos sociais. Há, então, uma transformação do objeto, amparado por um processo de “elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe” (HENRY, 2014, p. 11). Orlandi (2020) aponta os caminhos dessa articulação:

Tendo em vista esta finalidade, ele articula de modo particular conhecimento do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística, fundando-se em uma reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico, essa articulação objetiva a transformação da prática das ciências sociais e também a dos estudos da linguagem. (ORLANDI, 2020, p. 14)

Sua constituição na Linguística decorre do entrecruzamento de teorias de diferentes campos do saber. É através da história que compreendemos as transformações sociais e observamos as condições de produção de sentido, a motivação do aparecimento de determinado enunciado em determinado lugar e não em outro. Faz-se uso da Linguística, pois, por meio de seus mecanismos sintáticos e elementos linguísticos, materializa os discursos, em uma relação constitutiva da linguagem diante da sua exterioridade. Isso resulta na teoria do discurso, que se refere à produção de sentido dos fenômenos históricos.

No esteio da filosofia estruturalista, Lacan, Foucault ou Derrida fazem referência à linguagem, o que seria uma crítica à tentativa de decifrar uma verdade ou uma origem. Segundo Henry (2014), a linguagem não é algo que contenha uma origem, ou uma verdade subjacente, mas sim como exterior a qualquer falante, o que demarca o sujeito como uma posição, e não como uma substância. Não se encontra nesses autores a definição do sujeito enquanto entidade.

Nessa busca pela renovação nas ciências sociais, todos esses teóricos buscavam um rompimento, e isso fica em evidência quando observamos nesses autores o estatuto que é dado ao sujeito. Lacan, Foucault, Derrida e Althusser apresentam em comum o trabalho com o

² Em 1966, era publicada, nos *Cahiers pour l'Analyse*, a revista do Cercle d'Epistemologie de l'Ecole Normale Supérieure, em Paris, um texto que tinha como título "*Reflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*". Este texto era assinado por Thomas Herbert, mas, na verdade, era a primeira publicação de Michel Pêcheux.

estatuto dos sujeitos. Como demonstra Henry (2014), Althusser ancora sua teoria do sujeito distante das visões dos demais autores.

A diferença entre Althusser, de um lado, e Lacan, Derrida ou Foucault, de outro, é que os três últimos referem o sujeito a uma *impossibilidade*, ou seja, a impossibilidade de escapar do “jogo ou ordem do signo” (retomando a formulação de Derrida), enquanto com Althusser tem-se a impossibilidade de escapar da ideologia. (HENRY, 2014, p. 11)

Para Althusser, se há exterioridade à ideologia, só pode ser composta por outras ideologias. Traça também uma diferença entre ciência e teorias científicas. Aquela pressupõe uma verdade e não pode estar no “entremeio”. As teorias científicas são construções e implicam ideologia, uma posição do sujeito. Então, para Althusser, o sujeito é ideológico. É nesse sentido que se distancia do sujeito de Lacan, ou de Foucault, ou de Derrida.

Dessa forma, abrem-se possibilidades de análises, como a noção de sentido e efeitos de sentidos, que, por sua vez, decorrem das representações sociais e imaginárias dos homens em sociedade. Para a Análise do Discurso, não se focaliza o indivíduo falante, visto como um sujeito empírico, alguém que tem uma existência própria no mundo. A AD põe em evidência a noção de sujeito inserido em uma conjuntura social, que ocupa um lugar social, histórico e ideologicamente marcado, como atesta Fernandes (2008):

Um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes. Assim, as noções de polifonia, heterogeneidade e identidade também constituem objeto de reflexão e são necessárias para compreender o que chamamos sujeito discursivo. (FERNANDES, 2008, p. 9)

Na noção de análise do discurso, também entram as noções de formação discursiva, de interdiscurso e o papel da memória (uma memória de natureza social). A noção de formação discursiva permite o cruzamento com a disciplina de História. Tais categorias, pautadas por escolhas teóricas e metodológicas, permitem a análise de diferentes discursos materializados em textos, nos quais se entrecruzam aspectos sociais, históricos e ideológicos na linguagem, além das diferentes vozes. Assim, há o entrelaçamento de diferentes discursos na constituição do sujeito discursivo.

2.2 PERCURSO PARA UM NOVO SABER

Para entender a transformação histórica dos saberes que possibilitaram o surgimento das ciências humanas, o filósofo francês Michel Foucault tratou do papel do sujeito para o discurso. Seu projeto, porém, não tinha como objetivo imediato a criação de uma teoria do

discurso. Sua fase “arqueológica” compreende a transformação histórica dos saberes que estabeleceram o surgimento das ciências humanas. Foucault entende que os objetos surgem das práticas discursivas. Daí abre-se caminho para a teoria do discurso, como demonstra Gregolin (2006):

A ruptura na ideia sobre o homem foi construída pelos estudos da Etnologia e da Psicanálise e constituiu um novo caminho do saber (as “ciências humanas”), no interior do qual abalou-se o conhecimento ao vislumbrar-se o homem, ao mesmo tempo, como objeto e como sujeito. (GREGOLIN, 2006, p. 57)

O sujeito ocupa posição central na obra de Foucault e constitui o seu objeto científico, seja como objeto do saber, como objeto de poder ou como objeto de construção identitária. “Pensando o sujeito como uma fabricação, uma construção realizada, historicamente, pelas práticas discursivas.” (GREGOLIN, 2006, p. 59). Foucault estabelece que é na relação entre discurso, sociedade e história que são observadas as mudanças nos saberes. O sujeito foucaultiano é uma produção que surge no interior do espaço delimitado por três eixos (ser saber, ser poder e ser si)³ (GREGOLIN, 2006). Na investigação da subjetivação do ser humano, entendendo que a história é constituída pelo discurso, a base de sua reflexão está na relação entre linguagem, história e sociedade. Isso possibilitou, como demonstra Fernandes (2008), pensar em formação discursiva.

Diante disso, podemos atestar que toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que, na análise do discurso, denomina-se interdiscurso. Trata-se, conforme assinalamos, de uma interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais. (FERNANDES, 2008, p. 39)

Em *Arqueologia do saber*⁴, Foucault se questiona sobre o objeto do discurso e principalmente na relação entre estrutura e a história, o estruturalismo e o marxismo. São revistos vários conceitos e o principal é a produção histórica dos sentidos resultante de práticas discursivas. Nesse questionamento ao campo das ciências humanas, ele “quer deixar falar só o discurso, ficar no “nível das coisas ditas”, ficar no lugar em que se manifesta a

³ Evidentemente, os três momentos da obra foucaultiana não são estanques, mas indicam predominância de certos temas, de certas teorizações. Podemos dizer, por exemplo, que no primeiro momento predominou em Foucault a tematização da *história dos saberes* fortemente vinculada à obra de Canguilhem e Bachelard; ao mesmo tempo, nesse momento é muito forte a sua ligação com o estruturalismo – e seu olhar se volta para a explicação metodológica evidenciando a centralidade do *discurso* como fio condutor de sua investigação. (GREGOLIN, 2006, p. 59).

⁴ É um livro de explicitação teórico- metodológica e, ao mesmo tempo, ele nasce dos questionamentos feitos às suas posições teóricas e políticas, principalmente pelos athusserianos integrantes do Círculo de Epistemologia, em 1968, entre os quais figurava Michel Pêcheux (sob a persona de Thomas Herbert). (GREGOLIN, 2006, p. 85).

alteridade de cada fato discursivo.” (GREGOLIN, 2006, p. 86). O seu método arqueológico não busca o que está por trás do discurso, seu objetivo é o próprio discurso enquanto práticas que obedecem a regras em épocas diferentes, medidas e categorizadas de acordo com práticas diferentes.

[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2009, p. 55)

Para o autor, todo discurso é marcado por enunciados que o precedem e o sucedem, integrantes de discursos outros. Foucault analisa os acontecimentos discursivos. E como unidade elementar do discurso temos o enunciado. Este exerce papel fundamental para afirmarmos se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. O que faz destes termos um enunciado, segundo autor, é a sua função enunciativa, ou seja, “[...] o fato de ele ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado.” (GREGOLIN, 2006, p. 89). Para observá-lo no interior de uma historicidade, são descritas suas condições, regras de controle, o campo em que ela se realiza, pois entre enunciado e enunciação há uma gama de forças que vai além da relação lógico-gramatical ou semântica, há uma troca entre sujeitos situados historicamente.

Para Foucault, descrever um enunciado não consiste em analisar o autor e aquilo que ele disse, “mas sim em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.” (HENRY, 2014, p. 35). Na visão foucaultiana, o sujeito assume uma posição enquanto enunciador. A unidade do discurso é o enunciado, e o sujeito de Foucault é o sujeito da ordem do discurso. Mesmo não tendo como objetivo imediato construir uma teoria do discurso, Foucault (2014)⁵ apresenta os procedimentos de controle do discurso e as condições de seu funcionamento, conceitos relevantes para a compreensão teórica da Análise do Discurso.

⁵ A Ordem do Discurso, aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Em *A ordem do discurso* (1971a), Foucault teoriza as relações entre discurso e poder como desdobramento e avanço daquilo que enunciara em *Arqueologia do Saber*. Trata-se de um momento na sua reflexão em que ele, ao mesmo tempo, continua a teorizar sua proposta para a análise do discurso e já está caminhando para sua “fase genealógica” [...] (GREGOLIN, 2006, p. 96).

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala. (FOUCAULT, 2014, p. 37)

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault apresenta a ideia de que nossa civilização, mesmo tendo o discurso como um preceito básico da sociedade, parece temer seus efeitos. Assim, conseqüentemente, são criados sistemas de controle, uma forma de dominar uma proliferação de discursos. O autor classifica o controle da produção de discurso em três grandes grupos: a exclusão, a sujeição e a rarefação. Esses grupos são denominados por procedimentos externos. O autor inicia sua aula com os seguintes questionamentos: “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indiferentemente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Entre estes sistemas, o mais evidente é a interdição.

Decorre deste sistema a ideia de que há na sociedade aqueles que podem e aqueles que não podem falar. Ou seja, em uma sociedade, há aqueles que têm o direito de fala num certo campo discursivo. Surge da interdição junto da segregação⁶ a vontade de verdade, oposição entre verdadeiro e falso. O desejo de estabelecer a verdade exerce sobre outros discursos um poder de coerção que se apoia em um suporte e uma distribuição institucional.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um sistema institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2014, p. 8)

O que está em jogo não é a busca do verdadeiro em um jogo em que se opõe o desejo e o poder. Assim, temos o segundo grupo de princípios de controle do discurso, agora voltado aos procedimentos internos (o comentário, o autor e a disciplina). No comentário, há, por um lado, os discursos fundamentais ou constituintes, e, de outro lado, os que se repetem e comentam. Ele exerce um controle sobre o acaso do aparecimento do discurso. “Os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer.” (FOUCAULT, 2014, p. 21). Ele controla os textos que retornarão, aqueles que

⁶ Junto com o procedimento da segregação, uma sociedade determina o silêncio pelas censuras entre o normal e o patológico, a razão e a desrazão, o certo e o errado.

serão preservados em uma sociedade ou que serão esquecidos. É um jogo entre paráfrase e polissemia. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento a sua volta.” (FOUCAULT, 2014, p. 21).

Com relação ao autor, o segundo procedimento de controle do discurso, Foucault não o entende como indivíduo que escreveu ou pronunciou o texto. Este segundo procedimento constitui um elemento importante para seu pensamento arqueológico⁷. Ele demonstra que a função do autor é uma função discursiva e a atenção deve ser voltada para o discurso do qual seus enunciados fazem parte. Como atesta Foucault:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la. (FOUCAULT, 2009, p. 30)

A arqueologia não coloca a questão daquele que fala. A questão é desenvolver um campo anônimo de enunciados. Trata-se de desenvolver outros conjuntos agrupados da forma que nos mostra familiar. “Apesar de a noção de discurso referir-se a uma formação específica do saber humano, através da sua análise pode-se dar conta de outras formações e de lhes assinalar o seu valor.” (GREGOLIN, 2006, p. 101). Foucault, então, define critérios para que os enunciados façam parte de um mesmo discurso. O primeiro deve estar relacionado a um mesmo domínio do objeto. Depois, devem ser originados por uma mesma modalidade de enunciação. A individualização do discurso se dá pelas escolhas e estratégias de argumentação mobilizadas. E, por fim, cada discurso define a posição que o sujeito ocupa.

A disciplina, como terceiro procedimento interno, atua como princípio de controle de produção de discurso “na medida em que cada disciplina define os enunciados que serão considerados verdadeiros e aqueles que serão dados como falso.” (GREGOLIN, 2006, p.

⁷ É, principalmente, em *O que é o autor?* (Bulletin de la Société Française de Philosophie, 63o ano, no 3, julho-setembro de 1969, ps. 73-104.), em *A Ordem do Discurso* e em *Arqueologia do saber* que a questão está desenvolvida.

104). Todos esses procedimentos internos (comentário, autor e disciplina), portanto, exercem princípio de coerção.

A organização das disciplinas opõe-se tanto ao princípio do comentário quanto ao do autor. Ao do autor, uma vez que uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que o seu sentido ou a sua validade estejam ligados ao seu inventor. Mas o princípio da disciplina opõe-se também ao do comentário: numa disciplina, diferentemente do comentário, não está suposto à partida que é um sentido o que deve ser redescoberto, nem está suposto que é uma identidade que deve ser repetida; está suposto antes aquilo que é necessário para a construção de novos enunciados. Para que haja disciplina, é preciso, por conseguinte, que haja a possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, novas proposições. (FOUCAULT, 2014, p. 30)

O terceiro grupo de controle diz respeito à “refração dos sujeitos que falam”. Esse cerceamento diz respeito a regras que envolvem o ritual, as sociedades do discurso, as doutrinas e as apropriações sociais do discurso. O ritual vai tratar tanto da qualificação dos indivíduos que falam - comportamento e circunstância -, como de signos que devem acompanhar o discurso. As sociedades dos discursos têm como função conservar ou produzir discursos. As doutrinas, por sua vez, vão ser o inverso, pois limitam o discurso apenas a alguns sujeitos. As apropriações do discurso referem-se às instituições responsáveis pela distribuição dos discursos.⁸

Para analisar os discursos, segundo Foucault (2014), é preciso seguir alguns princípios. O primeiro deles é o princípio da inversão, que busca não a origem ou originalidade de um texto, mas as suas rupturas, como práticas descontínuas que, por vezes, se encontram, mas também se ignoram e se excluem, daí vem também o princípio da descontinuidade. O terceiro princípio, o da especificidade, determina que a prática dos acontecimentos determina sua regularidade. O princípio da exterioridade aponta para, a partir do próprio discurso, suas condições externas de possibilidades.

⁸ Todos esses sistemas de sujeição e de controle do discurso são interligados, não há uma fronteira que delimite seus espaços. Por que eles sobrevivem há tanto tempo em nossa sociedade? Para Foucault, há certos temas da Filosofia que se encarregam de elidir a sua visibilidade e, assim, contornando a discussão sobre a regulamentação e o controle, pulverizando as resistências contra esse sistema tão bem edificado e enraizado na nossa cultura. Entre esses temas, o do *sujeito fundante* e o da *experiência originária* nos ilude com a possibilidade de designarmos, nomearmos, julgarmos o mundo e de conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade. (GREGOLIN, 2006, p. 104)

Esses princípios norteadores estão na base de análises realizadas por Foucault em seus livros, tanto nos anteriores como nos posteriores à *Ordem do Discurso*. Ele se deteve na análise das instâncias de controle discursivo. Colocando em prática o princípio da inversão, procurou entender as formas de exclusão, de limitação, de apropriação tanto da loucura quanto da morte – e tentou mostrar como se formam, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exercem efetivamente, em que medida foram contornadas. Suas análises buscaram explicar o sistema de recebimento dos discursos; procuraram detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de refração do discurso. (GREGOLIN, 2006, p. 108)

Observa-se, em Foucault, um método para tratar dos sistemas do pensamento que são materializados em práticas discursivas ao pensar a produção dos saberes. Alguns críticos destacam que essa visão teórica foi abandonada pelo autor em seu percurso científico. Eles argumentam que, a partir do período chamado “genealógico”, o autor se voltou mais às questões do poder ao analisar sistemas de ações que controlam outras ações. Para Gregolin (2006), por sua vez, o autor continua a trabalhar o discurso por meio de outras práticas e no interior da relação entre o saber e o poder. “É por essa via que ele ingressa nos estudos sobre a genealogia do poder, a fim de investigar a produção discursiva dos saberes através das técnicas e dispositivos do poder.” (GREGOLIN, 2006, p. 110).

Seja para compreender a história dos saberes, do poder ou as técnicas de subjetivação, Foucault desempenha um papel importante para a teoria da Análise do Discurso. Seus estudos apresentam conceitos que estão na base de trabalhos pautados no discurso. Suas concepções teóricas têm espaço nos estudos de Michel Pêcheux, que dialoga com o trabalho de Foucault ao propor um olhar ao sentido, ao sujeito e à história.

2.3 PÊCHEUX E A BASE PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Os pressupostos teóricos da Análise do Discurso iniciam, como vimos, na França, na década de 1960, com o projeto de Michel Pêcheux na elaboração desse campo disciplinar que passou por diversas mudanças no que pode ser, didaticamente, dividido em três fases⁹. Essas subdivisões decorrem de análises e revisões do autor. Não são períodos cronológicos, mas sim marcados por conceitos novos ou reestruturados e aspectos metodológicos. Então entende-se, com base na obra de Pêcheux, como se deram essas três fases como marco da Análise do Discurso (AD) francesa.

⁹ A entrada de Pêcheux na vida intelectual deu-se com dois textos assinados com o pseudônimo de Thomas Herbert (1966; 1968). São estudos que tratam da epistemologia das ciências sociais e de uma “teoria geral das epistemologias”. Ao mesmo tempo, e aí já utilizando o nome de M. Pêcheux, sua entrada em uma teoria e análise do discurso ocorreu em dois textos nos quais trata das diferenças entre uma “análise do conteúdo” e uma “análise do discurso”. (GREGOLIN, 2006, p. 61).

As três épocas (AD1, AD2 e AD3) representam um percurso teórico próprio à história da Análise do Discurso na França. Apesar de apresentarem projetos teóricos distintos, Pêcheux e Foucault apresentam alguns pontos em comum. Com sua teoria fortemente vinculada à prática política, o autor buscava a elaboração de conceitos para construir seu aparato teórico-metodológico. E nisso há um contraponto com a obra de Foucault: este volta sua atenção para a História e a Filosofia e não tinha como finalidade construir uma teoria do discurso. Pêcheux, por sua vez, firma base na Linguística.

Na primeira época da Análise do Discurso, o sujeito entende ser centro do discurso, porém foi tratado como assujeitado, com a ideia fixa de ser dono do seu dizer. A primeira época, que explorou o discurso como maquinaria discursivo-estrutural, marcou algumas posições teóricas. Refletindo a teoria de língua de Saussure, entende o discurso como uma máquina fechada sobre si mesma. Os sujeitos são concebidos, dessa forma, como suporte de algo pré-concebido. Esses discursos eram considerados homogêneos, como o campo religioso ou o campo político em determinada época, por isso chamado de máquina discursiva. Com base em Althusser, como demonstra Gregolin (2006), o autor revê sua posição de sujeito com a tese da interpelação ideológica.

É, no entanto, sobre a base linguística que se desenvolvem os processos discursivos, mas, ao mesmo tempo, rompe uma estrutura fechada na medida em que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe, enfatizando que vai de encontro à maquinaria discursivo-estrutural.

Esta primeira fase, considerada “aventura teórica”, inicia-se com *Análise Automática do Discurso* (1969), no qual o autor propõe um deslocamento de objeto, tomando como referência os estudos de Saussure, e pensando a língua em seu caráter social e como materialidade dos processos discursivos. Por isso que, para pensar no objeto “discurso”, o autor vai além da Linguística, e se apoia também em teóricos de outras áreas porque, mesmo retomando de Saussure a ideia de língua como sistema e uma instituição social, no processo discursivo são envolvidos também o sujeito e a história.

Na concepção do objeto *discurso* cruzam-se Saussure (relido por Pêcheux), Marx (relido por Althusser) e Freud (relido por Lacan). As teses Althusserianas sobre os *aparelhos ideológicos* e o *assujeitamento* propõem um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente (um sujeito que não é fonte nem origem do seu dizer; que reproduz o já-dito, o já-lido, o pré-construído). A metodologia [...] propõe a análise automática, por meio da qual busca-se colocar em evidência traços do

processo discursivo, a fim de determinar os enunciados de base produzidos pela “máquina discursiva”. (GREGOLIN, 2006, p. 61, grifo do autor).

A AD1 apresenta como possibilidades reunir um conjunto de traços discursivos empíricos, levantando a hipótese de que a produção desses traços surge dessa máquina discursiva; e construir o espaço da distribuição combinatória das variações empíricas desses traços. “A construção efetiva desse espaço constitui um gesto epistemológico de ascensão em direção à estrutura da máquina discursiva que supostamente às engendrou.” (PÊCHEUX, 2014, p. 308). Esse conjunto de traços discursivos empíricos, segundo tal hipótese, foi produzido apenas por uma máquina discursiva. E na sequência, com esse conjunto de traços, por meio de procedimentos linguisticamente regulados, observar as variações desses traços.

Observa-se que, nesta primeira fase, o discurso foi considerado como algo que surge de condições de produção estáveis e homogêneas, uma máquina discursiva fechada em si. O foco são as discursividades textuais. Então, na AD1, para se fazer análise discursiva é pré-requisito uma análise linguística. “Ela é opaca em relação à enunciação e às restrições subjacentes ao fio do discurso.” (PÊCHEUX, 2014, p. 308). Ou seja, restringe-se à análise da frase para construir sítios de identidades parafrásticas intersequenciais. Havia a ideia de uma “álgebra discursiva” que permitiria se chegar ao processo associado ao *corpus*.

Na autocrítica de sua “análise automática”, Pêcheux concluiu o primado do mesmo sobre o outro, ou seja, a reprodução de enunciados, aquilo que era invariável do conjunto de enunciados.

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as máquinas discursivas constituem unidades justapostas. A existência do outro está, pois, subordinada ao primado do mesmo. (PÊCHEUX, 2014, p. 309).

O outro, como alteridade discursiva empírica, reduzido ao mesmo, é o fundamento combinatório da identidade em um mesmo processo discursivo. Não se interrogava quem ou onde do enunciado, pois se consideravam as unidades discursivas justapostas, com começo e fim.

A crítica ao papel do outro leva à segunda fase de Michel Pêcheux. Esse segundo momento representa a noção de formação discursiva. Esse conceito se contrapõe frontalmente à ideia de maquinaria estrutural fechada, pois agora vai haver uma relação com o exterior da

língua.¹⁰ Nesse processo, uma formação discursiva constitui-se de outras formações discursivas, de unidades que vêm do exterior, como denomina Pêcheux:

[...] a noção de *formação discursiva*, tomada de empréstimo de Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos”). (PÊCHEUX, 2014, p. 310).

Segundo Orlandi (2020), as palavras falam com outras palavras, ou seja, é parte de um discurso. E, neste caso, todo discurso se relaciona com outros. Nessa formulação teórica, aparece no interior das reflexões a noção de interdiscurso relacionada à formação discursiva à qual faz referência. Ou seja, o sentido não existe em si mesmo, ele é determinado pelas posições ideológicas que se estabelecem em um jogo sócio-histórico. A formação discursiva representa no discurso as formações ideológicas. Não há sentido que não seja determinado ideologicamente. “O estudo do discurso explicita a maneira como a linguagem e a ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca.” (ORLANDI, 2020, p. 41). Não há estrutura fechada no discurso, seu traço está na relação com outros.

O interdiscurso implica dizeres do conjunto do já-dito, o que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Essa relação com o que já está estabelecido revela uma troca contraditória. Porque as próprias formações discursivas não constituem bloco homogêneo funcionando automaticamente, pelo contrário, são heterogêneas, estão a todo momento configurando-se e reconfigurando-se, e seus limites não são claros.

Mas, simultaneamente, colocando uma relação de entrelaçamento desigual da FD com um exterior, a problemática AD-2 obriga a descobrir os pontos de confronto polêmicos nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados com os efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica “estratégicas”; no horizonte desta problemática aparece a ideia de uma espécie de vacilação discursiva que afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas. (PÊCHEUX, 2014, p. 310).

¹⁰ A re-interpretação do conceito de formação discursiva de Foucault faz as propostas pecheutianas ingressarem naquilo que Maldidier denomina a “época dos tateamentos”, um período de polêmicas, reajustes, que são visíveis no artigo escrito por Pêchux e Fuchs (1975), no qual é apresentado “o quadro epistemológico geral” da análise do discurso, explicitando a vinculação com Saussure, Marx e Freud. É nesse artigo, também, que Pêcheux refina a análise entre língua, discurso, ideologia e sujeito, formulando sua teoria dos “dois esquecimentos”: sob a ação da interpelação ideológica, o sujeito pensa que é a *fonte do dizer*, pois este se apresenta como uma evidência. (GREGOLIN, 2006, p. 62)

Com relação à AD1, observa-se, nesta segunda fase, que os procedimentos metodológicos permanecem os mesmos, mudando apenas a constituição dos *corpora* discursivos, que agora passam a ser confrontados na sua relação interna, superando o nível da justaposição contrastada. Nesse complexo conjunto das formações discursivas (FD), Pêcheux acentua o papel da “luta ideológica de classe” para a produção de sentido. Segundo Gregolin (2006), é neste segundo momento, entre os anos de 1975 e 1979, que ocorrem as maiores tensões entre Pêcheux e Foucault. Além do embate político, há também uma crise teórica em torno da análise do discurso na França.

No terceiro momento da Análise do Discurso, Pêcheux apresenta interrogações acerca de seu próprio trabalho. Supera-se a ideia de maquinaria discursiva e estabelece o primado teórico do outro sobre o mesmo, assim como se abandona também a ideia de homogeneidade relacionada à noção de condições de produção discursiva. Reconhece-se agora a desestabilização das garantias sócio-históricas, além da não neutralidade da sintaxe. Entram em jogo, também neste momento, a enunciação e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa. Em sua autoanálise, são colocadas várias interrogações acerca do sujeito, do discurso, do espaço da memória, e sobre a própria Análise do Discurso.

Como separar, nisso que continuamos a chamar "o sujeito da enunciação", o registro funcional do "ego-eu" estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma *posição do sujeito*? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o "ego-eu" vacila? Como inscrever as consequências de uma tal interrogação nos procedimentos concretos da análise? (PÊCHEUX, 2014, p. 300, grifo do autor).

Essas e outras questões foram apontadas como hipóteses teóricas da Análise do Discurso que seriam percorridas após a morte de Michel Pêcheux, em 1983. É nesta época que a disciplina dá seus primeiros passos no Brasil, e, como preconiza a própria Análise do Discurso, sua chegada ao país está relacionada ao momento sócio-histórico do fim da Ditadura Militar.

2.4 A ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DE DOMINIQUE MAINGUENEAU

O trabalho teórico de Dominique Maingueneau leva em conta noções que se aplicam à diversidade de gêneros e tipos de textos. A análise das imagens de si, tomando como base tais pressupostos, pode ser investigada em textos filosóficos, peças de teatro, interação conversacional, num site ou num telejornal, entre outros. Ao estabelecer o *ethos* como

instrumento completamente dominado, Maingueneau permite-se estudar quaisquer *corpus*. O que nos leva também, por outro lado, a estabelecer seus limites na medida em que, ao abordar a construção discursiva da identidade, estuda-se a enunciação em seu conjunto sob certo ângulo. Na obra *A noite da espera*, investiga-se a construção da identidade pelos prismas do drama familiar e da ruptura política no Brasil.

Os estudos do Dominique Maingueneau (1997; 2008; 2008a; 2018) propõem ao mesmo tempo uma percepção mais global de discurso e um roteiro de trabalho com metodologia definida que pode ser aplicada nos diversos âmbitos dos discursos. A escolha pela análise do discurso, por sua relação com outras áreas do conhecimento que ultrapassam o linguístico, sustenta o trabalho de pesquisa na busca de uma investigação de como se dá a construção da identidade por meio do discurso. Nesse sentido, entende-se que a escolha teórico-metodológica, por Dominique Maingueneau, permite seguir um percurso por meio de conceitos aplicados à Análise de Discurso como: o primado do interdiscurso e os estudos sobre o *ethos*. Tais categorias auxiliam para se analisar as escolhas de composição textual do discurso; as estratégias discursivas para representação das imagens de si no romance, além de analisar o entrecruzamento dos aspectos sociais, históricos e ideológicos a partir das diferentes vozes constitutivas do sujeito discursivo.

Dominique Maingueneau é o teórico francês da Análise do Discurso bastante estudado no Brasil, com diversas pesquisas no meio acadêmico pautadas em sua teoria, muito impulsionado também pela tradução de sua obra no país a partir da década de 1980. Inicialmente, ganhou destaque a tradução de *Novas tendências em análise do Discurso*, em 1987. O estudo vem ainda de uma tradição intelectual e de uma prática escolar francesa – e da Europa como um todo -, na qual associa a reflexão sobre o texto e história.

Até então, vivia-se a época do estruturalismo, desde a década de 1960. Houve uma reflexão sobre a articulação “escritura”, linguística, o marxismo e a psicanálise. A referência às questões filosóficas e políticas começava a surgir e constituir a base transdisciplinar que direciona para a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos. Os processos de análise do discurso estavam, então, em transformação.

O panorama da AD remodelou-se pouco a pouco através da reincidência dessas questões. Sucintamente, poder-se-ia dizer que a AD de “primeira geração”, aquela dos fins dos anos 60 e início da década de 70, procurava essencialmente colocar em evidência as particularidades de formações discursivas (o discurso comunista, socialista, etc.) consideradas como espaços relativamente auto-suficientes,

apreendidos a partir de seu vocabulário. A AD de segunda geração, ligadas às teorias enunciativas, pode ser lida como uma reação sistemática contra aquela que a precedeu. (MAINGUENEAU, 1997, p. 21)

Maingueneau, dessa forma, sistematiza uma análise do discurso como contribuição para a hermenêutica contemporânea. Buscava-se o sentido oculto a ser captado, o qual somente seria acessado por meio de uma técnica apropriada. Em sua orientação francesa, as operações discursivas relacionavam-se às condições de produção ou recepção dos textos. Interpretar era, portanto, vincular a superfície textual à sua produção ou recepção. Marcada pelo marxismo, explicava os processos de produção de discurso fazendo referência a determinadas condições sociais, ideológicas e históricas. Interpretação que se opõe à hermenêutica, que privilegiava a leitura. O que elas têm em comum é o texto como expressão. Pontos de vista que vão na contramão do que apresentou Foucault e sua formação discursiva.

Assim como também pontuou Pêcheux (1983), ao afirmar que a disciplina não pretende se instituir como especialista da interpretação, dando o sentido exato e único do texto. Em princípio, qualquer apresentação de questões referentes à AD supõe duas etapas: inicialmente, a exposição de conceitos linguísticos; a seguir, a explicação da forma como a AD pode explorá-los (MAINGUENEAU, 1997, p. 20). O desafio proposto a todo momento é construir interpretações, mas sem esgotá-las. Daí, ser uma ciência que não se basta, mas interage com outras do campo social, como atesta Maingueneau:

De qualquer forma, não se deve esquecer a ligação essencial que a AD tem com a finitude ou a “raridade”, para retomar a expressão de Foucault. Mesmo que se consiga construir uma competência para associá-la a este ou aquele discurso, de forma alguma é possível considerá-la como uma gramática da língua: a quantidade de enunciações efetivamente proferidas a partir de uma certa posição é necessariamente muito limitada já que a AD se relaciona com arquivos e não com exemplos de gramática. (MAINGUENEAU, 1997, p. 25)

Maingueneau (2018) propõe um olhar discursivo da literatura, isto é, uma reflexão do que seria o discurso literário. Na esteira de estruturalismo dos anos 1960/1970, levou em conta as modificações e questionamentos que foram levantados diante desta corrente de pensamento, como a separação entre o exterior e o interior do texto. As pesquisas sobre enunciação linguística, as correntes da pragmática e da análise do discurso, a retórica, a teoria da recepção, a intertextualidade, a sociocrítica, entre outros, estabeleceram uma nova concepção de lidar com o fato literário. De início, essas abordagens eram tratadas de forma marginal, hoje passam a ocupar o primeiro plano nas análises.

A base da análise do discurso do autor pode ser delineada claramente em *Gênese dos discursos* (2008b), na qual estabelece os conceitos fundadores desse campo de saber, como primado do interdiscurso, competência discursiva e semântica global. Maingueneau (2008b) propõe uma análise menos linguística, menos gramatical, com vistas mais aos preceitos de Foucault, ainda que se contraponha ao seu pouco caso com a materialidade linguística. Para Maingueneau, a instância da enunciação é vista em termos de “lugares”, enfatizando a topografia social sobre os falantes. O conceito de “lugar” de Maingueneau (1997) estabelece que esse traço essencial determina que cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa. O que o diferencia vai no sentido do núcleo duro da análise do discurso, a partir dos conceitos fundadores desse campo do saber, de forma peculiar na materialidade dos textos. Maingueneau (2008b) não discute a natureza do sentido e de sua relação com a língua, ainda que demonstre uma análise menos linguística, menos gramatical. Foucault, por sua vez, não priorizou tanto a superfície linguística. Mesmo com algumas oposições, Foucault¹¹ representa um papel importante para a Análise do Discurso não somente teórico, mas também político. Para Foucault, por exemplo, o sujeito não é tomado como princípio. O saber é o campo de coordenação e subordinação dos enunciados. Ou seja, em Foucault, o foco está na definição do saber.

[...] M. Foucault, em *A Arqueologia do Saber*, criticando neste sentido *As palavras e as coisas*, declara que sua análise comparativa "não se destina a reduzir a diversidade dos discursos e a desenhar a unidade que deve totalizá-los", mas a "repartir sua diversidade em figuras diferentes", de forma a obter "um efeito multiplicador". A AD, à medida que não se preocupa prioritariamente em se situar no espaço filosófico, mas se interessa por funcionamentos discursivos, não é tentada a adotar uma posição tão definitiva. Ela não pretende reduzir a unidade todas as formações discursivas de uma conjuntura, definindo uma invariante universal, nem visa a multiplicar infinitamente e sem hierarquia as relações entre os campos. Em um dado momento, uma formação discursiva é associável a certos trajetos interdiscursivos e não a outros, e isto faz parte integrante de sua especificidade. (MAINGUENEAU, 1997, p. 118, grifo do autor)

¹¹ Em geral, e isto desde seu início, a AD prefere formular as instâncias de enunciação em termos de "lugares", visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí vem se inscrever. Um conceito de lugar "cuja especificidade repousa sobre esse traço essencial segundo o qual cada um alcança sua identidade a partir e no interior de um sistema de lugares que o ultrapassa". Este primado do sistema de lugares é crucial a partir do momento em que raciocinamos em termos de formações discursivas; trata-se, então, segundo o preceito de M. Foucault, de "determinar qual é a posição que pode e deve ocupar cada indivíduo para dela ser o sujeito". Isto equivale a dizer que "a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado" (MAINGUENEAU, 1997, p. 33)

Maingueneau sistematiza, em *Gênese* (2008b), os conhecimentos do grupo que trabalhou em torno de Pêcheux, com acréscimo de aspectos que afetam a discursividade para além da relação direta entre língua e história. Como exemplo, a análise do discurso a partir de uma semântica global na qual explica as práticas dos adeptos de determinado discurso, seu *ethos*, a organização das comunidades discursivas. No centro desta abordagem está a ideia do interdiscurso que precede o discurso.

É-se então conduzido a isolar, no campo, espaços discursivos, isto é, subconjunto de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação. Tais restrições são resultado direto de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e um saber histórico, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 35)

Assim, entende-se o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado discursivo: “[...] revelar a relação com o Outro independentemente de qualquer forma de alteridade marcada.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 37). Maingueneau (2008b) afirma que esse Outro¹² representa o dizível insuportável, o interdito que surge a cada enunciação e constitui o discurso.

Para Maingueneau (2008b), o discurso ainda supõe que “no interior de um idioma particular, para uma sociedade, para um lugar, um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível constitui um sistema e delimita uma identidade.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15). O teórico aponta para a dicotomia que então se apresenta, com objetos que são integralmente linguísticos ou integralmente históricos. A partir do momento em que essas unidades discursivas constituem sistemas, enunciados, têm relação com uma semiótica textual, que, por sua vez, relaciona-se também com a história que forja as estruturas de sentido que elas manifestam. Ressalta, então, que o ideal seria não sacrificar nenhum dos dois aspectos.

É assim que podemos legitimamente interrogar-nos sobre a suposta “autarquia” dos discursos, considerada sob o duplo ponto de vista de sua gênese e de sua relação com o interdiscurso. Sabe-se que a fascinação dos estruturalistas pelos “cortes”, pelas “rupturas”, coincidiu frequentemente com o relativo desinteresse pelos problemas ligados à gênese, e que a impossibilidade de pensar a relação de um

¹² Essa convergência não é, evidentemente, um acaso. Tem lugar no conjunto da problemática da enunciação e dá testemunho de um desses impulsos que atravessam todo um campo de pesquisas durante certo número de anos. Mesmo que seja mais do que duvidoso que entre o “Outro” da psicanálise lacaniana, por exemplo, e os “Outros” das teorias da enunciação, da ideologia ou do discurso existam pontos de coincidência precisos e interessantes, essas formulações aparentemente próximas quanto ao caráter “polifônico” da fala ou do descentramento do sujeito de enunciação contribuem para suscitar uma espécie de unanimidade. É-se então naturalmente levado a “redescobrir” as pesquisas dos “percursores”, em particular a do “círculo de M. Bakhtin”, que fazem da relação com o Outro o fundamento da discursividade. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 32)

discurso com seu exterior enunciativo constituiu-se no calcanhar de Aquiles de muitos trabalhos. Não é que a “intertextualidade” tenha sido esquecida na reflexão. Ao contrário. Mas deve-se reconhecer que ela, durante muito tempo, permaneceu em boa medida letra morta para a pesquisa. [...] ligaremos por diferentes vieses essas duas problemáticas da gênese e a interdiscursividade e tentaremos apreender de uma só vez o discurso através do interdiscurso. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 17)

Em outras palavras, isso quer dizer que o discurso deriva de forma regular de um ou vários outros do campo discursivo. Não cabe à Análise do Discurso dizer por que tal discurso e não outro se constituiu, pois fica a cargo do historiador. À semântica discursiva cabe dizer a quais restrições está submetida tal constituição. Daí, depreende-se que o falante nunca diz o que quer e que os discursos são submetidos a normas, que, por sua vez, produzem efeitos por sua materialidade e sua relação com as cenas de enunciação.

Dentre as várias acepções dadas ao termo, para Maingueneau, na perspectiva da escola francesa de análise do discurso, “entenderemos por ‘discurso’ uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas.” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 15). Conceito que remete ao demonstrado por Foucault (2009), no qual entende como prática discursiva:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2009, p. 133)

Algumas noções de *Arqueologia* se mostram como capazes de serem desenvolvidas. Maingueneau (2008a) apontou algumas delas que contribuíram para o desenvolvimento de sua análise do discurso, como exemplo, a não redução do espaço discursivo a uma topografia de textos de muitos tipos. Ou seja, ele não é dado, mas surge forjado de práticas obscuras que lhe dão forma e garantem sua circulação com seus múltiplos modos de existência.

O teórico atribui também o seu conceito de “discurso constituinte” ao aporte de *A Arqueologia*. Os discursos constituintes, ou seja, religioso, literário, científico, filosófico etc, articulam grande massa de palavras. Quando Foucault critica a análise filológica, recusando noções como “visão de mundo”, “autor”, “documento”, centra a análise na instituição discursiva. “Apoiando-se sobre *A Arqueologia*, sobre as teorias da enunciação linguística e a pragmática, pode-se repensar todo um conjunto de práticas e de noções imemoriais que ainda dominam nossa abordagem de textos.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 34).

No entanto, Maingueneau também não se furtou a tecer críticas a Foucault. Reconhece que tais apontamentos dizem respeito somente ao campo mais específico da análise do discurso na obra *Arqueologia do saber*, e não de sua obra como um todo. Lembra que houve um interesse por parte dos analistas do discurso pela obra por se afastar até então das correntes dominantes, porém sem apresentar claramente algo de alternativo.

Não vou retrair a história complicada das relações entre Foucault e a análise do discurso. O fato essencial é que o refluxo das correntes dominantes no fim dos anos 1960 deu visibilidade crescente à *Arqueologia do saber*, que se beneficiou do sucesso que correntes pragmáticas alcançaram no conjunto das ciências sociais e linguísticas, particularmente pelo viés das teorias da enunciação. Mas sobre este ponto não se deve ser vítima de uma ilusão retrospectiva, fazendo de Foucault o iniciador de problemáticas da análise do discurso, que, em realidade, não puderam ser marcadas por ele senão de forma indireta. (MAINGUENEAU, 2008, p. 29)

Em *O Discurso literário* (2018), o autor amplia o que já havia apresentado e concebe a literatura não como texto, mas como um processo que coloca em questão a separação entre texto e contexto. Com as bases na primazia do interdiscurso sobre o discurso, apreende os enunciados por meio da atividade social que os sustenta, relacionando o discurso à variedade de gêneros e suas possibilidades e efeitos têm de ser analisados. Deixa claro que o estudo do discurso literário não deve ser exclusivamente literário. Em *Variações do Ethos* (2020), ressalta que, ao se apoderar do *ethos*, articula campos considerados distintos: corpo e fala, texto e contexto, a linguagem e a ação, o singular e o coletivo, o que amplia a metodologia da análise do discurso.

3 LINGUAGEM E HISTÓRIA: DITADURA MILITAR NO BRASIL

O drama familiar em *A noite da espera* se entrelaça à história da Ditadura Militar. Esse momento sociopolítico do país compreende o entrecruzamento dos aspectos sociais, históricos e ideológicos a partir das diferentes vozes constitutivas do sujeito discursivo. Tomada desde os anos de 1960, a narrativa tem como ponto de partida os escritos do jovem paulista Martim e a mudança com o seu pai para Brasília recém-inaugurada após a separação traumática deste com sua mãe. Nesse novo momento de vida, impõem-se a ele novas relações sociais como filhos de altos e médios funcionários da burocracia estatal, bem como moradores das cidades-satélites, espaço relegado aos pioneiros da capital federal, migrantes desfavorecidos. A dimensão social do drama político impõe-se também como discurso. Nesse sentido, estabelecem-se dois aspectos ao locutor. De maneira mais ampla, temos o autor Milton Hatoum, que promove o discurso de um contexto sociopolítico específico em outro momento sócio-histórico. Por outro aspecto, o personagem Martim, que assume o papel de locutor ao promover um discurso confessional que alterna entre seus dramas pessoais e tensões políticas.

Na década de 1960, o Brasil passou por um processo de ruptura política que tem ressonância até os dias atuais. Trata-se da Ditadura Militar, período que perdurou por 21 anos, teve cinco mandatos militares e instituiu dezesseis atos institucionais – mecanismos legais que se sobrepujam à constituição. Nesse período, houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura. O país passava por grandes transformações estruturantes e modernizava-se, como a inauguração de Brasília, no governo Juscelino Kubitschek. A cidade foi planejada como traços modernos. Houve uma grande expectativa por parte da população, que via, na construção da cidade, um símbolo de ascensão do país com a atração de indústrias e a oferta de mais empregos, como demonstra Schwarcz e Starling (2015):

Passados os sobressaltos iniciais, o mandato de Juscelino entraria para a história como um período de grande prosperidade econômica, baseada na industrialização (com destaque para a produção de automóveis) e na realização de obras públicas de infraestrutura. Mas também houve descontrole dos gastos públicos, corrupção, inflação, concentração de renda e aumento da dependência externa do país. Concretizando um projeto já algumas vezes antes imaginado, o presidente constrói a nova capital, Brasília, em pouco mais de três anos. Essa utopia moderna, com a ideia subjacente de integração do interior ao centro, forneceu ao governo de Kubitschek um símbolo compreensível pela população. Mas os gastos daí decorrentes contribuem decisivamente para o endividamento público e o aumento da inflação. Automóveis, a Bossa Nova e Brasília viraram símbolos de um novo Brasil, que parecia ter pressa (e custava caro). (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 100)

Esse cenário de transformação histórica e na topografia da capital nacional se estabelece na narrativa de Hatoum como mudança na perspectiva que Martim passa a estabelecer de si mesmo. A separação de seus pais configura duas rupturas: a distância da mãe, e a mudança com o pai para a recém-inaugurada Brasília, local em que Martim produz suas anotações intermitentes sobre sua vida.

“Teu pai decidiu morar em Brasília”, ela disse, segurando e apertando as minhas mãos. “Eu e o meu companheiro... nós nos apaixonamos, Martim. Você vai entender. Escreve para o endereço do teu tio. Brasília é uma cidade diferente, mas você vai gostar de lá.

Quando ela ia me ver?

Daqui a poucos meses, filho.

Escutei uma voz meiga e um choro sufocado, depois senti o corpo da minha mãe: o abraço mais demorado e triste da minha vida de dezesseis anos. (HATOUM, 2017, p. 25)

A ruptura familiar marca a vida de Martim em paralelo às tensões políticas iniciadas na década de 1960 do século passado. O então presidente João Goulart, denunciado por setores da sociedade por associação ao comunismo, sofreu um golpe militar com apoio da classe média. Jango, como era conhecido, teve de lidar com uma crise política motivada pela renúncia de Jânio Quadros, com um grande endividamento externo. O crescimento do país estava praticamente estagnado, diferentemente da década anterior, de quase 10% ao ano. O país entrava numa crise de produção e queda de salários.

Apesar de ter certo apoio popular, Jango enfrentava a oposição de um Congresso conservador, ainda assim apresentou conquistas importantes como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a criação da Eletrobrás e da Universidade de Brasília (UnB). “Para ter sua permanência no Palácio do Planalto garantida, teve que concordar com uma fórmula parlamentarista que reduziu seus poderes.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 100). Em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, recuperou os poderes como chefe de Estado.

Dessa forma, Jango lançou esforço por uma série de reformas de base, com destaque para a reforma agrária, reforma da educação, reforma urbana, reforma bancária, reforma tributária, controle das atividades das empresas estrangeiras, reforma eleitoral, salário família e direito de greve. “As reformas de base eram o ponto central do programa de Jango para enfrentar as desigualdades sociais e regionais e estimular o desenvolvimento do país.” (SCHWARCZ; STARLING; 2015, p. 105). Em 13 de março de 1964, Jango ressaltou tais

promessas no comício da Central do Brasil, com apoio dos populares. O comício havia sido organizado por lideranças de esquerda, o que representou, para os conservadores, a “subversão da ordem”.

Setores contrários ao presidente reagiram e, no dia 19 de março, ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, organizada por setores conservadores em luta contra o comunismo. Uma multidão participou do ato, o que representou apoio das classes médias para a deposição de João Goulart, como afirmam Schwarcz e Starling (2015):

O movimento sindical, cada vez mais organizado e abrangente, exigia a reforma urbana e a melhoria das condições salariais. Os estudantes universitários e secundaristas, reunidos em grêmios e diretórios acadêmicos, haviam adquirido voz estridente e ativa nos debates políticos. As tensões sociais e os protestos no campo e na cidade se acirravam na esteira da radicalização ideológica. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 105)

Em meio aos conflitos políticos, no dia 2 de abril, no Congresso Nacional, o cargo de presidente da República foi declarado vago com a saída de João Goulart do Rio de Janeiro para Brasília e depois para o Rio Grande do Sul sob ameaça de intervenção americana. Mesmo com o presidente em território nacional, o cargo foi declarado vago. Não houve renúncia nem *impeachment*. Ou seja, não havia preceito legal para a declaração de vacância do cargo.

O presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazilli, foi considerado presidente interino. Os políticos que arquitetaram o golpe tentaram assumir o poder, porém os militares não devolveram o poder aos civis. Foi criado um Comando Revolucionário formado pelo General Costa e Silva, pelo Almirante Rademaker e o brigadeiro Correia de Melo. O início desse período de repressão marca também uma frente de resistência, como demonstram Schwarcz e Starling (2015):

A violação sistemática dos direitos humanos de opositores e dissidentes foi executada por uma máquina estatal de extermínio construída pelos militares. Por outro lado, surgiram vários focos de oposição direta ao governo dos militares — estudantes, religiosos, artistas, intelectuais, organizações de esquerda armada. Uma parte do mundo da cultura inventou estratégias para resistir: na canção popular, no teatro, na literatura, no cinema, nas artes plásticas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 106)

Toda essa efervescência política, cultural e social demonstrada por Schwarcz e Starling (2015) surge como vozes discursivas na obra objeto desta pesquisa: *A noite da espera*, de Milton Hatoum. Figuras da política nacional, eventos, artistas, movimentos,

ressoam em personagens fictícios. “Fabius disse que a política podia estar num sonho, na sombra de um texto, no detalhe de um desenho ou de uma fotografia.” (HATOUM, 2017, p. 69). Muito mais do que elementos contextuais, estruturam e moldam as condições de produção do discurso. Assim como demonstra o personagem Fabius, a política está em qualquer tipo de discurso, do panfletário até o diário mais íntimo. Nesse sentido, a construção discursiva da identidade passa por todos esses discursos já postos.

Passados mais de 50 anos, tal fato percorre nossa história, suscitando discursos que atravessam o tempo. Assim, para compreender como isso ocorre por meio da análise do discurso, busca-se a noção de formação discursiva, de interdiscurso e o papel da memória (uma memória de natureza social). É inegável que um período tão longo tenha deixado suas marcas sociais, e a materialidade linguística, o enunciado, é a manifestação mais evidente desse passado.

No período da Ditadura Militar, o mercado editorial brasileiro tem uma forte matéria-prima para suas produções nos diversos campos discursivos: biografias, livros-reportagem, literários, entre outros, além de produção artística musical e cinematográfica. Para toda e qualquer produção contemporânea que aborde tal período da história do Brasil, não há como escapar desses elementos que compõem a história.

Algumas produções ganharam destaque como o livro *1968 - O ano que não terminou (a aventura de uma geração)*, de Zuenir Ventura, publicado em 1988, na cidade do Rio de Janeiro, pela editora Nova Fronteira. O jornalista reconstrói um dos anos de maior conflito de nossa história por meio de pesquisas em jornais e revistas. Em meio a uma tremenda polarização ideológica, 1968 foi um ano de revoluções sociais, políticas e culturais em todo o mundo. No Brasil, imperava a Ditadura Militar e estudantes iam às ruas para protestar e entravam em combate com a polícia.

Com persistência rara, para o Brasil, 68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica viagem de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um “bando de porra locas”, como se dizia então. Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa-espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto - muitas vezes desesperado; outras, autoritário - mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. (VENTURA, 2018, p. 24)

Além da reconstituição de fatos, a obra mostra quem estava contra essa tomada de poder. Ficção que é transpassada pelo interdiscurso histórico-político, pois impulsiona também a criação de novos discursos. O passado surge não tal qual o aconteceu, mas como o vê, formando uma memória discursiva. Termos como “imaginário coletivo” e “vaga lembrança” constroem um campo semântico que remete à memória. Para o analista do discurso, não está em primeiro plano a busca pela veracidade dos fatos, mas o que forja o discurso.

Martim, em *A noite da espera*, começa seus escritos justamente no ano de 1968. Hatoum traz de volta à memória nacional a menção a um período tão marcante para o país. Assim como Martim no romance inicia o registro de sua memória a partir desse fatídico ano, o autor lança uma nova perspectiva desses fatos e desse período na memória nacional. As vozes discursivas desse período histórico não fogem ao autor, que proporciona a (re)construção desse período em um tempo contemporâneo; nem aos escritos Martim, que dedica a esse mês e a esse ano uma sequência de escritos.

Em março de 1968, Martim escreve sobre suas impressões da cidade, destacando a Asa Norte, que se confundem com as suas próprias angústias. “*Inauguraram uma cidade que ainda é um canteiro de obras.*” (HATOUM, 2017, p. 28). Martim e seus primeiros habitantes vão se (re)construir com a cidade. Em seu segundo escrito desse ano, ele manifesta o clima de tensão e angústia que toma conta de si.

Olhava um livro aberto, sem conseguir ler. Amanheci vencido pela insônia. Barulho na Avenida L2: caminhões e viaturas da polícia entravam no campus, soldados cercavam a minha escola e o acesso à UNB. Não pude comer no bandejão, nem mesmo sair do apartamento. (HATOUM, 2017, p. 47)

Essas vozes discursivas presentes na obra de Zuenir Ventura ressoam também na obra de Hatoum por meio do discurso confessional de Martim. Essa nova perspectiva do drama nos aproxima da carga pessoal diante de tal conflito para além do registro histórico. Em paralelo, esse discurso de si construído por Martim pode ser visto como o “romance de uma geração” do qual fala Zuenir Ventura.

O evento marca de tal forma Martim, que em seu escrito de maio de 1972, em reprodução de uma carta enviada a sua mãe, ele não só conta a ela o fato como transmite suas sensações.

“Não me machucaram quando fui detido em março de 1968. Mas os pesadelos, a violência e tudo que vem acontecendo na vida de muitas pessoas dão a Brasília um sentimento de destruição e morte que nem sequer os palácios, a catedral, as cúpulas do Congresso e todas as curvas dessa arquitetura conseguem dissipar.” (HATOUM, 2017, p. 150)

Martim constrói uma imagem de si muito atrelada ao fato histórico e os desdobramentos de sua relação familiar e o espaço no qual se encontra. Os monumentos grandiosos da cidade contrastam com a diminuição da autoestima do ser humano decorrente da violência policial.

O uso da linguagem era também uma arma. O jornalista Elio Gaspari reuniu, durante 30 anos, documentos levantados depois de uma longa pesquisa sobre os militares no Brasil. Os quatro volumes que compõem a obra são resultado desse trabalho de pesquisa sobre a história recente do país. Nos primeiros anos após o golpe de 1964, o governo militar ainda não se assumia como uma ditadura, por isso o título *A ditadura envergonhada* (2017). Neste livro, são relatados os momentos mais sombrios do regime. Chama a atenção como o governo militar tinha noção de que deveria ser estratégico no uso da linguagem.

A violência política percorreu um ciclo no regime brasileiro. Introduziu palavras no léxico cotidiano, tais como cassar, eufemismos no vocabulário político, como a expressão “maus-tratos”, para designar pura e simplesmente a tortura; siglas no direito constitucional, como AI, abre viatura dos dezessete atos institucionais baixados na desordem legiferante nascida com a noção segundo a qual “a Revolução legítima a si própria”, proclamada no preâmbulo do AI-1. Coroando essa confusão semântica, o próprio regime, autoproclamado “Revolução” ao nascer (“revoluçãozinha sul-americana como dezenas de outras”, como disse Gilberto Amado sobre 1930), foi ao jazigo aceitando a classificação de “autoritário”, quando, para conhecê-lo, não se dispõe, há mais de dois mil anos, de palavra melhor que ditadura. (GASPARI, 2002, p. 145)

Um material tão vasto de informação lança luz a esse período a partir de uma questão de linguagem, ou seja, a dificuldade do governo de assumir o termo “ditadura” para definir o regime. Gaspari faz do passado histórico uma narrativa literária, com um texto que vai além do registro documental. Há também, como em todo texto, uma construção de identidade, neste caso, uma identidade nacional.

Em *A noite da espera*, o pai de Martim, por meio dos termos para se referir ao governo, carrega, em sua voz discursiva, o forte teor nacionalista pregado pelo regime. Por mais que houvesse quem lutasse contra o regime, parte da população o apoiava pelo momento desenvolvimentista do país. A palavra “ditadura” era omitida pelos simpatizantes do regime, como a figura do pai de Martim: “Ontem, mais de mil estudantes foram à assembleia do

Parlamento Latino-Americano. Eles e os políticos da oposição dormiram no Congresso Nacional. Querem desmoralizar nosso governo patriótico.” (HATOUM, 2017, p. 48). O uso do termo “governo patriótico” para se referir ao governo militar ecoa o interdiscurso da “ditadura envergonhada” da obra de Elio Gaspari, além do sentimento de pertencimento com uso do termo “nosso”. Martim demonstra até um certo desprezo pelo engajamento político. No entanto, a ideologia está atrelada ao discurso. Esse léxico ufanista (típico dos simpatizantes do governo instalado) não se manifesta na voz de Martim.

A escrita confessional atravessada pela violência é destaque em *Feliz Ano Velho*, publicado em 1982, no qual Marcelo Rubens Paiva relata o acidente que o deixou tetraplégico poucos dias antes do Natal. Porém, a trágica história pessoal do acidente é também atravessada pela brutalidade do período da Ditadura. Rubens é filho do ex-deputado federal Rubens Paiva, desaparecido durante a Ditadura Militar. O livro marca um período em que já se falava em redemocratização e reflete, de forma literária, essa conturbada transição política no Brasil.

Duas semanas depois, toca o telefone. Minha mãe estava solta. Alívio. Meu pai ainda não. Voltei imediatamente para o Rio e encontrei minha mãe exausta, deitada na sua cama. Tava irreconhecível, muito mais magra. Nos abraçamos e choramos. Ela tinha estado no quartel da Barão de Mesquita, Polícia do Exército, doze dias numa cela individual. Foi interrogada várias vezes, sempre com as mesmas perguntas: ideias políticas do meu pai e quem frequentava a nossa casa. Entre os interrogatórios era obrigada a ver coleções de fotos e exigiam que as reconhecessem. Mas ela só identificou a do meu pai e da família (PAIVA, 2015, p. 73).

Rubens Paiva, com sua linguagem informal e descontraída, carregada até de bom humor ao narrar as descobertas da adolescência, revela o lado mais intimista de alguém que viveu na própria história familiar as marcas profundas desse período. O autor apresenta, na literatura brasileira, o drama humano desse período, representado na perseguição política ao seu pai, que culminou na prisão e no sumiço dele, ainda hoje um mistério.

Esse discurso confessional que apresenta marcas da violência é também a voz de Martim em *A noite da espera*. As fronteiras entre o real e o fictício são quase imperceptíveis se traçarmos um paralelo com *Feliz Ano Velho*. Um discurso de um jovem em formação que tem seu drama pessoal agravado pela brutalidade de um Estado autoritário. Diferentemente do pai de Marcelo em *Feliz Ano Velho*, Martim sugere que seu pai reproduz as arbitrariedades do Estado:

Numa quinta-feira de agosto, quando o campus da UNB foi invadido e ocupado, professores, alunos e deputados da oposição foram espancados e presos, os laboratórios dos cursos de medicina e biologia, destruídos. [...] As incursões da polícia ao campus continuaram até o fim do semestre. Nos dias de fechamento da escola, enquanto lia os livros de poesia e teatro emprestado por Jorge Alegre, uma sombra passava pela sala, perscrutava meu quarto e sumia no corredor (HATOUM, 2017, p. 55).

Ao longo desses mais de 30 anos, inúmeras obras de diversos gêneros textuais compõem uma memória de natureza social não só no período da Ditadura como posteriormente, até os dias de hoje. Na música, podemos citar Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Rita Lee e Tom Zé. Após a abertura democrática, foram muitas as produções que tratam desse período. Novelas como *Roque Santeiro*, de Dias Gomes e Aguinaldo Silva (censurada em 1975, foi ao ar em 1985); *Selva de pedra*, de Janete Clair (1972); *O Bem-Amado*, de Dias Gomes (1973), e *Pecado capital*, de Janete Clair (1975).

O cinema também faz parte desse processo histórico-social que envolve esse período. Tivemos, por exemplo, *Terra em transe*, de Glauber Rocha (1967). Esse clássico do cinema brasileiro é citado nos escritos de Martim a partir de uma discussão de sua função social.

“Mal saiu, Fabius criticou *Terra em transe* e o ensaio de Damiano sobre a obra do cineasta: os filmes de Glauber Rocha eram mais ideológicos que políticos. O Nortista discordou: tinha assistido uma palestra de Glauber na Biblioteca pública de Manaus em 1966, quando ele filmou *Amazonas, Amazonas*. (HATOUM, 2017, p. 69)

Assim como a obra de Glauber Rocha, outras produções dão também um panorama desse universo que suscita as condições de produção e moldam o discurso. Pode ser de forma explícita, como um debate a partir de *Terra em transe*, ou como memória por meio do discurso. As produções que também marcam esse período são: *Como era gostoso o meu francês*, de Néelson Pereira dos Santos (1971); *Opinião Pública*, de Arnaldo Jabor (1967); *A freira e a tortura*, Ozualdo Ribeiro Candeias (1983), e *Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho (1984), além de outros.

Livros de não-ficção apresentam, ao longo desses mais de 50 anos do início desse período, um panorama que forma e renova nossa memória nacional. Entre biografias, temos *Ernesto Geisel*, de Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, publicada em 1997 e fala dos governantes brasileiros desde a década de 1930. *Castello – a marcha para a ditadura*, de Lira Neto, relata a vida do primeiro presidente brasileiro da Ditadura Militar, Humberto de Alencar Castello Branco.

Por meio da literatura, nos é permitido acessar a história, ou, por vezes pode se constituir, como principal fonte de registro histórico. Segundo Maingueneau (2018), o privilégio concedido dos filólogos à literatura justifica-se pelo pressuposto romântico de que é somente nas obras literárias de tendência ideal que o pensamento e os sentimentos de uma nação se exprimem.

Compreender “o pensamento e o sentimento de uma nação”, “o espírito de um povo”, é justamente harmonizar-se com os esforços em todo decorrer do séc. XIX pelos políticos para construir a continuidade de uma história nacional, constituir patrimônios literários, “antiguidades nacionais”, testemunhas por excelência do espírito de um povo que se desenvolve na História. (MAINGUENEAU, 2018, p. 16)

Em *Estrutura e acontecimento* (2015), Pêcheux destaca que, tanto na sociedade quanto na história há o outro, “correspondente a esse outro próprio ao linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar.” (PÊCHEUX, 2015, p. 53). Somos resultado dessa produção histórica, pois obras literárias se tornam vozes de uma sociedade, como atesta Maingueneau (2018). Por outro lado, como demonstra Pêcheux (2015), somos convidados também a interpretar fatos históricos. Dessa forma, as filiações históricas podem se organizar em memórias. Martim, em *A noite da espera*, é a personificação fictícia dessa relação da interpretação diante do fato histórico frente aos seus dramas pessoais. Ele é afetado pelas relações de redes sociais, que ressoam vozes que constituem redes de significantes.

O que Maingueneau nos apresenta tem reflexo não somente em *A noite da espera*, como em outras produções literárias de Milton Hatoum. Além de ter vivido a época da Ditadura Militar no Brasil, a própria escolha do gênero textual como fio narrativo nos aponta para as condições na construção discursiva da obra. O autor traz à luz uma narrativa em um momento em que há constantes discussões sobre a sustentação democrática do país. Tratada como um romance político, no plano da ficção, a obra é desenvolvida como um diário pessoal no qual um jovem ingênuo conta seu processo de transição da adolescência para a fase adulta. No aspecto da recepção da obra, entende-se a necessidade de retorno aos temas históricos do país na medida em que se pode comparar e refletir sobre os mais diversos assuntos que nos cercam ainda hoje. Vive-se uma geração que já nasceu na democracia e a produção discursiva que transita nesses contextos históricos permite à atual geração lê-la e traçar paralelos com o presente momento.

Outra condição que aponta para a produção de tal discurso são os indícios autobiográficos que se refletem na própria estratégia narrativa do diário ficcional. Sem perder de vista que todos os personagens são construções, eles surgem de algum lugar na memória do autor, alguma vivência. O que se torna difícil constatar no plano dos personagens, é facilmente observado na cenografia. O mesmo percurso feito por Martim, entre São Paulo, Brasília e depois Paris, são etnografias vividas pelo autor Milton Hatoum. Assim, a memória é a força para se tornar imaginação, e, conseqüentemente, literatura. E com todas as conseqüências da memória, sinuosa, com sobressaltos, interrupções e lacunas. A forma de dizer no romance reflete essas nuances. Essas três épocas seguem o caminho inverso. É de Paris que Martim faz um retorno à sua história ao transcrever e revisar suas memórias. O tempo que se passa a maior parte da narrativa é Brasília de 1968 a 1972. A época de São Paulo é o tempo ainda mais passado, na infância, com a família, os avós. Nesse percurso, há o contato com a poesia, poetas brasileiros, publicações, que são trazidas à luz por meio da formação cultural e intelectual das personagens. Como observamos no seguinte escrito de Martim:

Jorge Alegre chegou em seguida, abriu um rolo de papel e nos mostrou um rolo de filmes italianos e brasileiros: *La Luna*, *Ladrões de Bicicleta*, *O caso dos irmãos Neves*, *O Bandido da Luz Vermelha*, *São Paulo S/A*. O gerente enxugava o rosto, a outra mão ainda segurava o dinheiro. (HATOUM, 2017, p. 91)

A arte cinematográfica representa uma das condições envolvidas para a produção de tal discurso. *La Luna* é um filme italiano de 1979; *Ladrões de Bicicleta* é outro filme italiano, de 1948. *O caso dos irmãos Neves* é uma produção brasileira de 1967 que narra a história real dos irmãos Neves, que foram presos, torturados e forçados a assumirem crimes que não haviam cometido durante o Estado Novo da Era Vargas. *O bandido da Luz Vermelha*, de 1968, apresenta o gênero policial e um clássico do cinema marginal. *São Paulo S/A* é um filme brasileiro de 1965 e vai tratar das condições trabalhistas da época nas grandes montadoras paulistas.

As produções culturais da época, ou melhor, a escolha delas nos dá a dimensão de uma construção discursiva da tentativa de preservação da cultura em tempos sombrios. Tais produções demonstram o momento de ouro das produções italianas no Brasil, além de uma produção nacional que apontava para a marginalidade que assolava o país, como parte de sua estrutura; as arbitrariedades contra quem se voltava contra o regime, além das condições de um crescimento industrial desordenado no país. As condições postas de produção apresentam

uma cultura que revela autoritarismo, violência e exploração trabalhista. Além disso, demonstra a história como condição de produção de discurso.

As condições de produção, pois, se dão em dois eixos. De um lado temos a temática do drama familiar recorrente na produção literária do autor; de outro destaca-se também a historiografia, que tem grande enfoque na obra objeto de pesquisa. Aliás, a história política do país é um elemento interdiscursivo nas produções literárias de Milton Hatoum. A Ditadura Militar, por exemplo, aparece em outros romances do autor e como parte da construção narrativa.

Dois Irmão (2006) e *Cinzas do Norte* (2010) retratam também o período da Ditadura Militar. Há nessas obras, assim como em *A noite da espera*, um paralelo com esse período histórico do país. Hatoum, em suas obras, dá rosto e nome aos atormentados pelo regime ditatorial. Através da representação literária, demonstra como este período sombrio mudou diretamente o rumo de toda uma geração, além de nos dar a dimensão de como o regime teve consequências no país como um todo. Em *Dois Irmãos* (2004), há a representação da morte do intelectual. Antenor Laval foi professor de literatura francesa dos irmãos Omar e, posteriormente, de Nael (personagem narrador). O relato de sua morte traz à tona a representação da perseguição ao pensamento livre:

Foi humilhado no centro da praça das Acácias, esbofeteado como se fosse um cão vadio à mercê da sanha de uma gangue feroz. Seu paletó branco explodiu de vermelho e ele rodopiou no centro do coreto, as mãos cegas procurando um apoio, o rosto inchado voltado para o sol, o corpo girando sem rumo, cambaleando, tropeçando nos degraus da escada até tombar na beira do lago da praça [...] Laval foi arrastado para um veículo do Exército, e logo depois as portas do café mocambo foram fechadas. (HATOUM, 2006, p. 142)

Laval era também poeta e um crítico da ditadura, sendo considerado, então, subversivo. A representação literária da perseguição ao professor retrata a opressão ao intelectual, que aponta e questiona as arbitrariedades. “Na manhã da caçada ao mestre eu apanhei a pasta surrada, perdida na beira do lago. Dentro da pasta, os livros e as folhas com poemas, cheias de manchas.” (HATOUM, 2006, p. 143) A perseguição ao professor ultrapassa a perseguição à pessoa. Acima de tudo, busca-se matar a sua ideia.

Na obra *Cinzas do Norte* (2010), é contada a história de amizade entre Lavo e Mundo que se dá no ano de 1964, início da Ditadura Militar, como nos conta Lavo, o narrador do romance:

Só fui tornar a encontrá-lo em meados de abril de 1964, quando as aulas do ginásio Pedro II iam recomeçar depois do golpe militar. Os bedéis pareciam mais arrogantes e ferozes, cumpriam a disciplina à risca, nos tratavam com escárnio. Bombom de Aço, o chefe deles mexia com as alunas, zombava dos mais tímidos, engrossava a voz antes de fazer a vistoria da farda: "Bora logo, seus idiotas: calados e em fila indiana". (HATOUM, 2010, p. 9)

Além de aludir ao período histórico, Hatoum apresenta uma cultura de autoritarismo e violência no âmbito escolar. Na figura desses personagens e suas histórias familiares, somos levados a pensar de que forma esse período atinge cada individualidade. A representação da violência como forma de controle social.

Segundo Le Goff (1990), a história não deve focar apenas na produção histórica profissional, mas sim em todo conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica. “O estudo da literatura e da arte pode ser esclarecedor deste ponto.” (LE GOFF, 1990, p. 48). Ele cita, por exemplo, a importância das obras históricas no teatro de Shakespeare como testemunhas do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado.

O valor literário de uma obra está ligado à sua posição na sociedade. Não pode haver boa literatura que não seja realista. Se uma obra literária se alheia desta realidade ou se coloca ao serviço das forças conservadoras ou reacionárias, não pode ser boa. O romance histórico é um teste particularmente interessante, porque parece assentar num postulado de fuga diante do presente. De fato, o verdadeiro romance histórico é aquele que através do passado sabe exprimir os problemas e os sentimentos do presente e assumir uma posição progressista. O romance histórico que surge no princípio do século XIX, com a revolução industrial, o nascimento do capitalismo e a ascensão da burguesia, exprime com os seus heróis que, em vez de subirem na vida, enfrentam dificuldades, o futuro histórico e o dinamismo da nova sociedade. (LE GOFF, 1990, p. 48)

Maingueneau (2018) aponta para o não isolamento do discurso literário, ainda que tenha especificidades que lhes são próprias. O autor estabelece o discurso literário em um plano determinado da produção verbal, a dos discursos constituintes. Dessa forma, melhor apreender as relações entre literatura e filosofia, literatura e religião, literatura e mito, literatura e ciência e acrescenta-se aqui literatura e história. “A expressão discurso constituinte designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesmo.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 60). Dessa maneira, o autor levanta a hipótese de que há um domínio específico do seio da produção verbal de uma sociedade, discursos que têm em comum condições de emergência, de funcionamento e de circulação.

3.1 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS QUE POSSIBILITAM A PRODUÇÃO DE DISCURSO

O século passado é marcado por diversos conflitos que tiveram terreno fértil no autoritarismo e impulsionaram uma série de transformações histórico-sociais que marcaram profundamente as relações entre os seres humanos e a sua concepção de sujeito. As condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Nesse entremeio entre sujeito e situação, encontra-se o papel da memória, que valida as condições de produção. Consideradas em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.

Essa visão, que foi introduzida pela Sociologia, é tratada por Maingueneau (2018) em termos de instituição discursiva. Do ponto de vista imediato, a noção de instituição literária designa a vida literária (os artistas, editores, os prêmios etc...). O autor afirma que esse domínio pode ser ampliado, como a legislação que envolve o meio, as instâncias de legitimação e de regulação da produção, as práticas (concursos e prêmios), os usos, entre outros. Essa nova concepção promove um novo olhar para o discurso literário.

Há então a observância à especificidade do processo de produção simbólica. “O conceito de instituição permite acentuar as complexas mediações nos termos das quais a literatura é instituída como prática relativamente autônoma.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 53). Isso porque os escritores que produzem as obras são, num dado sentido, produzidos (autor e obra) por todo um complexo institucional de práticas. Deve-se, assim, segundo o teórico, atribuir todo o peso à instituição discursiva, pois, no termo, combina-se a instituição como ato de estabelecer, processo de construção legítima, e a instituição, com o sentido comum, como organização de práticas de aparelhos.

O que importa são as trocas entre esses aspectos dinâmicos e estáticos, “entre a atividade enunciativa e as estruturas que são sua condição e seu produto.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 53). Na relação entre os dois termos, “instituição” e “discurso”, um pressupõe o outro. O discurso só se manifesta por meio de uma instituição de fala, que são os gêneros do discurso, que obedecem a um ritual metafórico, do contrato, da encenação. A instituição literária, por sua vez, é constantemente reelaborada. A obra literária mobiliza o espaço que a torna possível e esse espaço se mantém graças aos gestos criadores que esses próprios espaços possibilitam.

A obra, por meio do mundo que configura em seu texto, reflete, legitimando-as, as condições de sua própria atividade enunciativa. Vem daí o papel crucial que deve desempenhar a “cena de enunciação” que não é redutível nem ao texto nem a uma situação de comunicação do exterior que se possa descrever. A instituição discursiva é o movimento pelo qual passam de uma para a outra, a fim de se alicerçar mutuamente, a obra e suas condições de enunciação. Esse alicerçar recíproco constitui o motor da atividade literária. (MAINGUENEAU, 2018, p. 54)

Levando em consideração que o contexto amplo aborda, para os efeitos de sentido, elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições, como elege seus representantes, como organiza o poder, quem manda e quem obedece, entre outros; e a história, que gera acontecimentos e afeta os sujeitos, Ginzburg (2000) afirma que, nessa relação, evidencia-se o aspecto da desumanização. Mais especificamente na categoria do “trauma”, que permite associar a crise de representação com a violência do processo histórico. Ginzburg (2000) demonstra que essa opressão perpassa pela história da literatura brasileira:

Escritores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Dyonélio Machado, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Caio Fernando Abreu, para citar apenas alguns, elaboraram suas representações da condição humana acentuando seu caráter problemático agônico, em acordo com o fato de que, no contexto histórico brasileiro, a constituição da subjetividade é atingida pela opressão sistemática da estrutura social, de formação autoritária. Sendo abalada a noção de sujeito, em razão do impacto violento dessa opressão, é abalada também a concepção de representação. (GINZBURG, 2000, p. 44)

Para o analista, tal fragmentação representa uma complexidade de constituição de sentido, seja na sua forma estética, seja no campo da experiência social. Segundo Ginzburg (2000), as obras desses autores são registros de quanto há de violência, injustiça e agonia na sociedade brasileira. Essa geração de escritores, grande parte conhecida como geração de 30 do Modernismo, problematizaram, cada um à sua maneira, questões sociais diretamente relacionadas à forma de suas criações.

O “trauma” social retratado por esses autores se dá também na fragmentação das formas literárias tradicionais. “Interessam aqueles capazes de refletir, dentro da produção literária, problemas que transcendem à forma em si mesma e que constituem propriedades no âmbito social.” (GINZBURG, 2000, p. 45). Assim, por meio da literatura, também se pode observar o processo histórico de opressão e autoritarismo na sociedade brasileira. Essa marca de que trata Ginzburg (2000) e que percorre pela mais robusta literatura brasileira evidencia-se também na construção discursiva da identidade de Martim em *A noite da espera*. A não linearidade com relação ao tempo; os sobressaltos temáticos, os deslocamentos topográficos

forçados com a retomada de sua escrita a partir de uma condição de exilado são evidências disso que o autor coloca como “reflexos do trauma” (GINZBURG, 2000).

Segundo Ginzburg (2000), no Brasil, a crise do sujeito se dá em condições e razões diferentes do ocorrido em países da Europa. O autor demonstra com nomes como Drummond, que aponta para o inferno como nossa origem em *A Rosa do Povo* (1945); Clarice Lispector, com a problemática de narrar a história de uma mulher oprimida em obra como *A hora da estrela* (1977); e Dyonélio Machado, *O louco de Cati* (1942), com o limiar da loucura, que isso são marcas de um contexto social opressor, “em que as possibilidades de emancipação e liberdade individual são limitadas e questionadas”. (GINZBURG, 2000, p. 45) A violência, como afirma Ginzburg (2000), é constitutiva de nossa identidade social:

Na medida em que percebemos como a História é violenta, como o autoritarismo nos marca profundamente, como os antagonismos sociais são radicalmente difíceis, como nossa experiência não é passível de fácil entendimento, é acentuada nossa perplexidade. Ficamos perplexos porque a História pesa sobre nós como um trauma, difícil de assimilar, de compreender, e representá-la, considerando sua complexidade, exige uma atitude de renovação, perante as limitações dos recursos de linguagem convencionais. (GINZBURG, 2000, p. 45)

Esse olhar para o processo histórico, pelo prisma do autoritarismo, reflete a capacidade e as condições de produção de representação desse passado. Essa violência permite o entendimento entre Literatura e História, pois conflitos históricos impulsionaram mudanças na representação literária não só no Brasil como no mundo. No século XX, essa questão ganha dimensões mais abrangentes.

Com isso, houve também experimentação na questão dos gêneros discursivos, que deixam de ser puros e ganham contornos mais híbridos. O modelo de linguagem também é colocado em questão. O abalo histórico de vida do século passado é visto na literatura pela problematização do modo da representação. Como todo enunciado, a literatura implica situação de enunciação. Maingueneau (2008), no entanto, alerta para a redução de literatura à data e ao lugar de produção, não em sua gênese, mas apenas como dispositivo de comunicação.

Na verdade, a partir da situação de comunicação, considera-se o processo de comunicação, de certo modo, “do exterior”, de um ponto de vista sociológico. Em contrapartida, quando se fala de cena de enunciação, considera-se o processo “do interior”, mediante a situação que a fala pretende definir, o quadro que ela mostra (no sentido pragmático) no próprio movimento em que se desenrola. Um texto é na verdade o rastro de um discurso em que a fala é encenada. (MAINGUENEAU, 2018, p. 250)

A fim de compreender a constituição do discurso na obra *A noite da espera*, adotaremos o proposto por Maingueneau (2018) quanto à caracterização da cena de enunciação. O autor diferencia três tipos de cenas que operam sobre planos complementares: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A cena englobante costuma-se entender como “tipo de discurso”, ou seja, discurso religioso, político, filosófico, etc[...]. Para que o texto seja interpretado, ele precisa estar ancorado em alguma cena englobante. “Todo enunciado literário está vinculado com uma cena englobante literária, sobre a qual se sabe em particular que seu autor use um pseudônimo, que o estado de coisas que propõe sejam fictícios etc.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 251). Porém, a cena englobante não é suficiente para especificar as atividades verbais. A obra é enunciada por meio de um gênero que se situa na cena englobante literária. Este gênero gera certas expectativas e possíveis antecipações dessas expectativas pelo autor. O que podemos chamar de cena genérica: quais são os participantes, o lugar e o momento necessário para realizar esse gênero? Entre outras questões.¹³

O leitor ou ouvinte não é colocado diretamente diante da cena englobante sem antes se deparar com a cenografia. Uma história pode ser contada de múltiplas maneiras. Como demonstra Maingueneau (2018), um marujo que conta suas aventuras a um estrangeiro; um viajante que narra a seu amigo seus episódios por carta; um narrador invisível que participa de uma refeição; enfim, são inúmeras as formas: diário íntimo, relato de viagem, conversa ao pé da fogueira, correspondência epistolar. De qualquer forma, esse lugar que o leitor se encontra é uma cena narrativa construída pelo texto, isto é, uma cenografia, sendo a primeira que chega ao leitor, como demonstra Maingueneau (2018) a seguir:

O leitor se vê assim apanhado numa espécie de armadilha, porque o texto lhe chega primeiro por meio de sua cenografia, não de sua cena englobante e de sua cena genérica, relegadas a segundo plano, mas que na verdade constituem o quadro dessa enunciação. É nessa cenografia, que é tanto condição como produto da obra, que ao mesmo tempo está na “obra” e a constitui, que são validados os estatutos do enunciatador e do coenunciador, mas também o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais a enunciação se desenvolve. (MAINGUENEAU, 2018, p. 252)

¹³ Associamos a noção de “cena englobante” à de “tipo de discurso”. Trata-se de uma abordagem inicial. Com efeito, a própria ideia de haver um ambiente específico e bem delimitado de produção verbal que recebe o nome de “literatura” é característica da conjuntura que surgiu no começo do século XIX e na qual em larga medida ainda nos encontramos. É, porém, bastante evidente que em outros lugares e em outras épocas não se pode falar de cena literária da mesma maneira. Tudo o que a noção de cena englobante diz é apenas que certo número de gêneros do discurso partilha do mesmo estatuto pragmático e que a apreensão de um texto ocorre por referência a esse estatuto. Desse ponto de vista, pouco importa que os textos que hoje consideramos parte da “literatura” passem a integrar noutra conjuntura outras cenas englobantes. (MAINGUENEAU, 2018, p. 252)

E o leitor se mostra disponível a embarcar, pois é a cenografia que lhe permite buscar e produzir discursos outros nesse ciclo de trocas. Ela se mostra e legitima um texto “em sua dupla relação com a memória de uma enunciação que se situa na filiação de outras enunciações e que reivindica um certo tipo de reemprego.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 253). É o que é pressuposto pelo discurso para ser enunciado e, por sua vez, ele precisa validar através de sua própria enunciação. O que é dito no texto pressupõe uma cena de fala determinada.

Isso dá legitimidade à obra e cria uma relação com o leitor, mostrando a ele um mundo que possibilita a própria cenografia imposta pela obra desde o início. A obra precisa justificar a sua própria apresentação que a torna pertinente. A cenografia é, ao mesmo tempo, a origem do discurso e a sua validação. Precisa confirmar que essa cenografia de onde surge a fala é a cenografia necessária ao enunciado.

Em um mundo marcado historicamente pela violência, somos marcados pela perplexidade, segundo Ginzburg (2000). Isto é, permite uma cenografia na qual a subjetividade está abalada e oprimida “em uma perspectiva que formule a possibilidade de sua transformação, e não de sua consolidação.” (GINZBURG, 2000, p. 47). Toda a arbitrariedade de história política brasileira na segunda metade do século passado demonstra um excesso, uma desmedida, sem qualquer medida tolerável de dor, levando ao extremo da racionalidade, a desumanização. A construção de discursos ao longo desse período conturbado e também já no momento pós-redemocratização implica novas formas de apontar o fato. Esse ponto de vista tem reflexo no que afirma Ginzburg (2000).

Representar a experiência da catástrofe em proporções tais como as que a História nos mostrou no século XX implica, necessariamente, uma renúncia aos modos convencionais de representação, pois estes seriam incapazes de preservar a singularidade da experiência e a perplexidade que deve acompanhá-la. O questionamento dirigido ao estudo da linguagem, dos modos de representação e das formas artísticas tradicionais está ligado a uma busca de renovação da expressão. (GINZBURG, 2000, p. 47)

Ao longo da história do Brasil, o processo autoritário é marcado desde o período colonial, no qual Portugal desenvolveu uma política de exploração que resultou na dizimação indígena, além da escravidão, que arrancou de sua terra negros africanos com perdas humanas incalculáveis por meio da opressão e da violência. Já no período da República, o Estado Novo impunha o autoritarismo na vida social. Toda essa base histórica social marcada pela violência traz para o interior das formas literárias essa realidade, por meio de uma cenografia

que a possibilita manifestar seu enunciado e que é validada por sua enunciação violenta e traumática.

3.2 MEMÓRIA: aspecto sócio-histórico-cultural na Ditadura Militar

Pensar memória em termos discursivos não faz diretamente a ligação ao passado, a recordação do que já passou. A estrutura discursiva materializa por meio do enunciado uma certa memória social, como atesta Pêcheux (1999a). Este espaço de memória é constituído por um corpo sócio-histórico-cultural. Ou seja, nenhum discurso pode ser tomado isoladamente, ele está envolto, ou melhor, ele é parte de uma formação discursiva na qual os sujeitos estão inscritos. Diferentes discursos implicam diferentes grupos sociais que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, opondo uns aos outros.

Trata-se de acontecimentos externos anteriores ao texto, este precedido pelo interdiscurso que se reflete na materialidade linguística. “[...] um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.” (PÊCHEUX, 1999a, pp. 49-50). O interdiscurso, ou a memória discursiva, sustenta seu dizer no já dito ou no já feito, mas esquecido e que constrói uma história de sentido. É algo sobre o qual não temos o controle, mas temos a impressão de que a dominamos. Não é uma simples reprodução do já dito, mas a projeção de outros sentidos. Como sustenta Pêcheux (1999a), construindo outras possibilidades:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularizações... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999a, p. 56)

A construção discursiva da memória do personagem Martim, em *A noite da espera*, carrega esses traços não por uma escolha cenográfica da personagem, mas como uma imposição, pois o contexto sócio-histórico-cultural no qual estava inscrito pressupunha conflitos, rupturas e opressão. Restou a ele, como forma discursiva, a produção de um diário no qual o seu dizer não estava a seu domínio, mas representava o interdiscurso histórico cheio de disjunções e deslocamento, retomadas e conflitos de regularizações. “Tirei da sacola a papelada de Brasília e de São Paulo: cadernos, fotografias, cadernetas, folhas soltas, guardanapos com frases rabiscadas, cartas e diários de amigos, quase todos distantes; alguns

perdidos, talvez para sempre.” (HATOUM, 2017, pp. 16-17). O trecho revela, assim, a condição de incompletude da memória, constituída sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa condição da memória tem respaldo teórico em Pêcheux (2015) quando afirma que as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender”. “[...] dizer não se trata de suas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.” (PÊCHEUX, 2015, p. 54)

Tal cenografia narrativa se revela como condição e não escolha em um contexto de enunciado de opressão. Um contexto no qual o dizer é cerceado pelo autoritarismo. Orlandi (1999), em *Maio de 1968: os silêncios da memória*, ressalta que a memória também é feita de silêncios. Ao relacionar história e política, os esquecimentos também são inescapáveis, os não ditos, e raciocinar o papel da memória e da censura em geral.

Mais do que ver no acontecimento maio-68 a constatação dessa violência, interessa vê-lo, enquanto acontecimento discursivo, justamente, como fato desencadeador de um processo de produção de sentidos que, reprimido, vai desembocar na absoluta dominância do discurso (neo) liberal. No entanto, no momento em que apareceu, maio-68 abria para uma nova discursividade, produzindo efeitos metafóricos que afetavam a história e a sociedade, de maneira explosiva, em várias direções: politicamente, culturalmente, moralmente. (ORLANDI, 1999, pp. 59-60)

O contexto de produção dos anos 1960 coloca a instituição e o poder com papel determinante em um processo de silenciamento do dizer. Dessa maneira, novos sentidos também surgem. Os sujeitos integram transformações sócio-históricas de grandes dimensões. Como ápice de todo esse movimento, está o mês de maio de 1968, que foi um período de efervescência social que se iniciou a partir de protestos estudantis em Paris. Esse período também motivou movimentos revolucionários em diversas partes do mundo.

A palavra de ordem era “Liberdade”, com sentido expresso em diversas sentenças. Ganhava força uma revolução social e cultural, com novo sentido à história e aos sujeitos. No Brasil, vivia-se o período da Ditadura Militar, no qual quem bradava por liberdade era interdito. “Essa impossibilidade, posta pela censura e pela força, se naturaliza e funciona como um pré-construído restritivo a certos sentidos de liberdade, de tal maneira, que eles parecem impossíveis.” (ORLANDI, 1999, p. 63).

A autora chama atenção para o que vai além da falha e do esquecimento, que são constitutivos da memória. O que acontece com os sentidos de 1968 é que foram silenciados,

censurados, excluídos, para que não houvesse um já dito com a possibilidade de criação de novos sentidos. Quando há falhas e esquecimentos, fica aberta a possibilidade de sentido. “Não há um esquecimento produzido por eles [discursos], mas sobre eles.” (ORLANDI, 1999, p. 64, grifo nosso) Apaga-se também, dessa forma, a memória, pois ela é a condição do dizível, dos sentidos.

Acontece que estes sentidos – excluídos, silenciados – não puderam e não podem significar, de tal modo que há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível. Não foram trabalhados, socialmente, de modo a que pudéssemos nos identificar em nossas posições. Do mesmo modo ficam sem ser politicamente significados os feitos da tortura e do que resultou dela na nossa política. Toda vez que vamos votar, mesmo que nem pensemos nisso, o fato de que o Brasil é um país que tortura os dissidentes políticos faz parte de nossa memória e de nossos gestos políticos. E isso não mereceu ainda sua explicitação política. Está fora da memória, como uma margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos. (ORLANDI, 1999, p. 66)

Nesse embate, busca-se algo do que foi censurado, pois não desaparece como um todo. O discurso combatido deixa rastro em suspenso. Vale ressaltar a ideia segundo a qual o povo era vítima, com controle dos meios de comunicação, a censura, suspensão dos direitos civis, reforma partidária, a concentração de poder do regime (expresso na forma do Ato Institucional de número 5 – AI 5), política econômica concentradora de riqueza, repressão à liberdade de expressão, prisão política, tortura e assassinato, forte nacionalismo. Porém, mesmo se tratando de uma Ditadura, atendia aos anseios de parte considerável da sociedade.

Nesse contexto, a partir de 1968/1969, muitos foram exilados, diminuindo a resistência ao regime, com ações marginalizadas. Segundo Rollemberg (2007), não havia também propostas de oposição. “Concentradas nas críticas ao regime político e/ou capitalista, não seduziam a maioria, que associava os resultados socioeconômicos mais imediatos ao governo militar e partilhava de muitos de seus princípios e referências.” (ROLLEMBERG, 2007, p. 16). Então, a oposição agia mais para marcar posição do que efetivamente enfrentar o regime. Em um ambiente no qual não havia espaço para voz dissonante, talvez tenha sido o possível a ser feito.

O exílio, entretanto, também foi vivido como ampliação de horizontes. Impulsionou a descoberta de países, continentes, sistemas e regimes políticos, culturas, povos, pessoas. Através dele, os exilados entraram em contato com outras trajetórias históricas, com outras referências. Formaram-se profissionalmente, experimentaram trabalhos qualificados e não qualificados. As memórias do exílio são também memórias da convivência com o legado de Maio de 1968, o feminismo, a crítica das vertentes do socialismo contemporâneo. (ROLLEMBERG, 2007, p. 16)

Vinte anos depois do golpe militar, houve a saída dos militares do poder com a volta e anistia dos exilados e a liberação dos presos políticos. Ocorria o processo de abertura sem haver de fato a derrubada do regime, por pressões internas e externas.

Algumas das personalidades nacionais tiveram suas produções marcadas por esse contexto de produção. O poeta maranhense Ferreira Gullar teve forte atuação intelectual e política a partir da década de 1960, período da Ditadura Militar no Brasil, além de participação em diversos movimentos como o Centro Popular de Cultura (CPC), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O poeta foi preso logo após a assinatura do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Tal contexto de produção se revela, e não havia como escapar disso, em suas produções, como os ensaios *Cultura posta em questão* (1963), *Vanguarda e Subdesenvolvimento* (1965-1969), já com a Ditadura instalada e novas concepções estéticas e políticas. *Sobre arte e poesia* (1978-1982) já apresenta um discurso de caráter político e artístico pós-exílio no Chile, que depois teve suas memórias registradas em *Rabo de foguete: os anos de exílio* (1998). Além do aclamado *Poema Sujo*, escrito em Buenos Aires, no ano de 1976, em exílio por motivos políticos. Em seus versos autobiográficos, desde sua infância vivida em São Luís do Maranhão, revela traços da solidão distante de seu país e um grito pela liberdade.

Caetano Veloso é outro artista que tem sua vida e obra marcadas pelo contexto de produção da Ditadura Militar. O cantor e compositor foi preso no dia 27 de dezembro de 1968, apenas 14 dias depois do decreto do AI 5, juntamente com Gilberto Gil, com a justificativa de quebra do direito e da ordem institucional. Um mês depois, foram soltos, mas ainda estavam em prisão domiciliar, em Salvador. Buscaram então refúgio no exílio, em Londres. Em contato com outra cultura, produziram novas letras e melodias, sem contar os abalos psicológicos. Caetano sofreu depressão por ser obrigado a deixar seu país. Apesar de tudo, foi um período criativo para os dois artistas: Caetano revisitou o disco *London, London*, lançado em 1971, e Gil eternizou algumas de suas memórias na canção *Back in Bahia*, do álbum *Expresso 2222*, lançado em 1972.

O cantor, escritor e compositor Chico Buarque sofreu forte perseguição da Ditadura Militar por sua produção artística com músicas engajadas e de protestos. Chico foi detido no fim de 1968 sob a alegação de que suas atividades pessoais e artísticas eram consideradas “subversivas” pelo regime. O autor recorria à estratégia do uso de pseudônimos para ter suas

músicas autorizadas. Uma delas, a canção *Acorda amor*, sob o pseudônimo de Julinho Adelaide, trazia versos que narravam a chegada da polícia no meio da madrugada para prender um subversivo. A peça *Roda Viva*, de sua autoria, sofreu forte repressão. Na temporada paulistana, membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiram o teatro e espancaram os atores. Uma semana depois da publicação do AI 5, Chico logo foi levado ao Ministério de Exército para prestar depoimento. Em janeiro de 1969, o autor conseguiu liberação para apresentação em Cannes, na França. Aproveitou que estava na Europa e rumou para o exílio na Itália, onde passou a viver com a família em Roma.

O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi ameaçado de prisão logo após o golpe militar. Logo, se exilou no Chile e em seguida na França com sua mulher, Ruth Cardoso. Voltou ao Brasil, em 1968, como professor de Ciências Políticas na USP. Teve aposentadoria compulsória como consequência do AI 5. Integrou a campanha das “Diretas Já”, que lutava pela abertura política, e a candidatura de Tancredo Neves, em 1984. Foi ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, tendo grande participação no plano de estabilização da economia, o Plano Real. Deixou o ministério para concorrer à Presidência da República, em 1994, ganhou em primeiro turno, assim como foi reeleito também em primeiro turno em 1998.

O arquiteto Oscar Niemeyer foi perseguido também logo após o golpe. Membro do Partido Comunista desde 1945, foi impedido de trabalhar no Brasil e foi para a França, onde foi autorizado a exercer sua profissão no país. Ganhou notoriedade e só voltou ao Brasil no fim da década de 1980. O aumento da repressão durante a Ditadura Militar fez também o cineasta Glauber Rocha partir para o exílio em 1971. Glauber foi um dos grandes destaques brasileiros entre as décadas de 1960 e 1970. Em seus trabalhos, mostrava o subdesenvolvimento do país, contrariando a propaganda desenvolvimentista do regime. A estética da fome era a marca do chamado Cinema Novo. Um exemplo é o filme *Deus e o diabo na terra do sol*, que refletia sobre o contexto brasileiro e revelava suas mazelas históricas.

Milton Hatoum, autor do livro que serve de base para esta pesquisa, também sentiu as consequências do Regime. Nascido em Manaus, chegou a Brasília aos 15 anos de idade, em março de 1968. Na capital nacional, estudou no Colégio de Aplicação da Universidade de

Brasília (UNB). Hatoum se envolveu com o movimento estudantil e foi preso em uma passeata no ano de 1969.

Esse panorama do contexto de produção da época é revelador de um sistema opressor a quem se colocasse em oposição ao regime. As produções da época por personagem de diversas áreas abrem possibilidades de se pensar os caminhos que esta sociedade percorreu e como é afetada por essa formação discursiva que ganha novos sentidos até os dias de hoje e pautará o futuro a partir de novas inquietações.

3.3 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA E INTERDISCURSO

Colocam-se então, nesse contexto de produção e espaço social das décadas de 1960 e 1970, formações ideológicas que se alinham ao sistema vigente de forte conotação nacionalista e as alinhadas à esquerda, que se colocava como oposição ao regime. Ressalta-se que, nesse panorama, dentro de um mesmo espectro ideológico, outros grupos também eram formados, não no sentido motivado, mas no alinhamento de discursos.

Dessa forma, o sentido não está posto, ele é construído e moldado, e como não há sentido sem interpretação, esta atesta a presença da ideologia. Fazem parte também a seleção das palavras, a estrutura e o gênero escolhido. Maingueneau (2008) destaca o posicionamento no qual a análise pertinente não está no discurso em si mesmo, mas o sistema de referências a outros discursos constituídos historicamente.

Esses posicionamentos são eles próprios inseparáveis de grupos que os elaboram e os fazem circular, gerindo-os. A partir do momento em que se trata de discursos-limite, que são, além disso, discursos maximamente “autorizados”, não é ao conjunto de membros da sociedade que cabe avaliar, produzir e gerir textos constituintes, mas a comunidades restritas. É nesses grupos que se mantém uma memória e que os enunciados podem ser avaliados em relação às normas, partilhadas pelos membros da comunidade associada a esse ou aquele posicionamento [...] e pelos membros da comunidade do mesmo campo, para além dos diversos posicionamentos [...]. (MAINGUENEAU, 2008, pp. 43-44)

Ao mesmo tempo em que se afirmam determinadas posições, negam-se outras. Entende-se que o sentido sempre esteve ali presente, negando a relação do histórico e do simbólico. Pêcheux (1995), em sua teoria do funcionamento da ideologia, a separa em duas partes: uma relacionada ao processo produtivo e outra relacionada às relações de produção. O que está em jogo é a identidade do sujeito. Ou seja, somos afetados pelas ideologias e pelos discursos que circulam na sociedade. Pêcheux (1995) exemplifica sua teoria da seguinte forma:

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (à maneira como os soldados são recrutados dentre os civis), e que os recruta a todos, precisamos saber de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que diz respeito, como os indivíduos aceitam como evidente o sentido daquilo que ouvem, dizem, leem e escrevem. (PÉCHEUX, 1995, p. 157)

Assumir a ideologia nos discursos é considerar também o primado do interdiscurso, ou memória discursiva. Isso para além de uma heterogeneidade mostrada ou heterogeneidade discursiva. Não se considera orientação dialógica apenas em enunciados com citações, alusões, entre outros. O outro no discurso não faz referência à figura de um interlocutor.

Dessa maneira, ao retomar no século XXI o tema da Ditadura Militar, Hatoum dialoga com todo discurso histórico produzido nesse período, mas também apresenta novas significações, como a estrutura narrativa (um diário em forma de romance ou um romance em forma de diário?), fatos narrados não por quem poderia ter um discurso de autoridade, mas alguém considerado marginalizado socialmente. A obra permite refletir como esse discurso histórico-político dialoga com o Brasil contemporâneo e nos defrontar com essa memória discursiva que está mais presente do que possamos imaginar.

A obra de Hatoum é um romance, sobretudo, de memória, que se materializa no discurso. Surgem elementos como exílio, colégio, universidade, retomada como espécie de reavaliação do que foi vivido, com todas as limitações do ato de dizer. O interdiscurso aparece também na estrutura narrativa. O diário não ganha contorno de produção individual, isolada, como se pressupõe deste gênero, mas enquanto produto coletivo. Trata-se da recomposição de textos, que só pelo fato da distância temporal e espacial, passa a ser outro texto, marcado agora por sofrimento e saudade, o que nos permite relacionar o relato de Martim ao interdiscurso dos personagens históricos do Brasil que foram forçados a deixar o país por perseguições políticas. O narrador, a todo momento, demonstra que se faz de discursos outros: “sem a memória dos outros eu não poderia escrever.” (HATOUM, 2017, p. 71). Na parte interna da narrativa, faz referência a seu grupo de amigos que o ajudam a contar sua própria história. Para além da narrativa, “os outros” são os discursos produzidos ao longo da história que constroem a identidade nacional.

4 A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM *A NOITE DA ESPERA*, DE MILTON HATOUM

Para investigar a construção identitária em *A noite da espera*, analisa-se de que forma Martim (narrador/personagem), por meio do discurso, constrói imagens de si. Como demonstrado nos capítulos anteriores, parte-se dos estudos da linguagem que deram início à Análise do Discurso até os dias de hoje, que apontam para a dimensão social e dialógica do discurso. Dessa forma, a Análise do discurso movimenta também outros campos de abordagem, o que propicia seu avanço sob a perspectiva da análise do discurso aplicada ao texto literário.

4.1 MARTIM E O DISCURSO COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Ao aplicar à Análise do Discurso a teoria do *ethos*, Dominique Maingueneau percorre em direção da investigação da identidade como reflexão em diferentes pesquisas que estudam a imagem do enunciador produzida no discurso. Esta imagem, segundo Maingueneau (2019), é construída no discurso em suas múltiplas relações com o outro (sujeitos e discursos) e emerge na articulação entre variados elementos (verbais e não verbais, éticos e estéticos etc.), os quais necessitam da incorporação do interlocutor para apreendê-la em um conjunto complexo de representações sociais e culturais.

A abordagem de Maingueneau (2018) permite uma investigação em análise do discurso que converge para apreender os enunciados por meio da atividade social que os sustenta, “remetendo as palavras a lugares, distribuindo o discurso numa multiplicidade de gêneros cujas condições de possibilidades, rituais e efeitos têm de ser analisados” (MAIGUENEAU, 2018, p. 37). A análise do discurso, por sua vez, não se apresenta como uma leitura entre outras, mas, em vez disso, esforça-se por definir o quadro em cujo âmbito se distribuem as múltiplas “leituras” que a obra autoriza. Nesse sentido, segundo o autor, a análise do discurso explora as múltiplas dimensões da discursividade e explicar a um só tempo a unidade e a irredutível diversidade das manifestações do discurso.

O fato de a noção de *ethos* constituir uma dimensão de todo ato de enunciação permite recorrer a ela com a concepção de que, ao falar, o locutor atua em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la. O narrador/personagem de *A noite da espera*, Martim, ao selecionar, organizar e comentar seus próprios escritos, estabelece estratégias que, ao contrário de revelar uma essência, articula uma representação de

si mesmo. O que ressoa não é apenas a sua voz no exílio, assombrado e extasiado. Ele apresenta uma vida reconstruída através da linguagem, por meio dos registros de inúmeras outras vozes, algumas das quais soam apenas no passado, como observa-se a seguir, ao comentar e reproduzir uma carta enviada por sua mãe:

Paris, inverno, 1978

[...]

Depois de ler a carta eu a copieei num caderno, talvez intuindo que ia perdê-la, ou por ter sido a única datilografada. Lembro que as letras cinzentas de uma fita velha tinham dificultado a minha leitura: as palavras quase apagadas e a exclusão do nome de uma cidade me levaram a pensar que Lina se distanciava cada vez mais...

*

[...] Li os poemas que você publicou na *Tribo*, filho. E também tua tradução de “Os desertos de amor”. Tento entender esse texto, que me deixou angustiada. Por que você o escolheu para traduzir? “Um jovem sem mãe e sem país... na noite surda e na fuga da felicidade...” É um texto tão bonito quanto estranho. Você se sente assim? Triste, abandonado, desesperado?

[...] (HATOUM, 2017, pp. 164-165)

As impressões e sentimentos de Martim, por meio da escrita e frente ao texto escrito, em uma relação dialógica intertextual, demonstra sua melancolia pela forma como se constrói o discurso por meio das propriedades que atribuímos à instância posta como fonte do acontecimento enunciativo. Ganham sentido não somente o que ela diz, mas também a reprodução da carta por medo de perdê-la, a cor das letras datilografadas que são associadas à exclusão e ao distanciamento. Dessa forma, “o destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo traços que são em realidade intradiscursivos, já que são associados a uma forma de dizer”. (MAINGUENEAU, 2019, p. 14).

Na elaboração do *ethos*, interação fenômenos de ordens muito diversas como: os índices sobre os quais se apoia o intérprete, que vão desde a escolha do registro da língua e das palavras, até o planejamento textual, passando pelo ritmo e pela modulação. Martim, ao produzir um preâmbulo na reprodução da carta de sua mãe, transfere ao intérprete sua percepção, este, por sua vez, tira informações do material linguístico. A escolha desses elementos influencia a construção do *ethos* pelo destinatário, segundo Maingueneau (2019):

[...] saber se deve relacionar o *ethos* ao material propriamente verbal, atribuir poder às palavras, ou se se deve integrar a ele – e em quais proporções – elementos como as roupas do locutor, seu gestos, ou seja, o conjunto do quadro da comunicação. (MAINGUENEAU, 2019, p. 16)

Dentre as várias possibilidades de leitura, investiga-se, em *Martim*, o *ethos* ligado ao drama familiar e à história política, da representação da cidade e do período ditatorial por meio de seu discurso íntimo. O poder que ganham as palavras está no sentido de que, a princípio, seriam registros de memória, porém ganham aspectos de construção de um discurso histórico, documental, ainda que fictício.

A partir do discurso íntimo, pode-se inferir também o comportamento em geral por meio de características que revelam uma versão particular do “eu”. Fairclough (2016) elaborou uma teoria que conjugasse as teorias sociais e da linguagem, com um olhar multidisciplinar. O discurso, na visão de Fairclough (2016), contribui para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença. Além disso, reproduz a sociedade, mas também permite transformá-la, constituindo uma relação dialética com a estrutura social. O linguista, então, propôs uma análise do discurso sob o ponto de vista crítico, combinando o texto, a prática discursiva e a prática social. Segundo Fairclough (2016), a atenção normalmente dada ao “eu” está ligada “ao modo como as pessoas expressam as coisas, de maneira a mostrar seus sentimentos sobre elas, ou atitudes em relação a elas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 218).

Amossy (2016) aborda essa noção de construção de *ethos* como imagens de si no discurso. Ao destacar a abordagem de Dominique Maingueneau, a autora destaca que o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar o seu dizer. Dessa forma, o que confere a *Martim* o *status* para legitimar o seu dizer? A obra é um romance, mas sua configuração interna estrutura-se em forma de um diário (sobre o gênero textual, abordaremos mais adiante), gênero que já transmite diretamente ao enunciador legitimidade do seu dizer, pois sua natureza intimista lhe confere essa autoridade, como demonstra *Martim* ao expor por que escreve:

Na carta para minha mãe, ia mencionar minha timidez, a dificuldade de me aproximar de cinco alunos das artes cênicas.

Minhas anotações são um modo de conversar com ela, de pensar nela. Coloquei dentro do caderno a folha de papel dobrada e amassada, com apenas das palavras: “Querida mãe.”.

Talvez não lhe conte o que aconteceu na sexta-feira e ontem. (HATOUM, 2017, p. 39)

Martim estabelece, assim, um aspecto dialógico na sua escrita, no sentido de que escreve para falar de sua própria ação de escrever. Essa relação metalinguística transmite uma

imagem de si ao expor a principal motivação de sua escrita, a dor da saudade pela espera da mãe, e que lhe autoriza e legitima seu discurso. Mesmo quando fala do que pretendia dizer e não disse, ainda assim, quando expõe a sua hesitação em dizer algo a sua mãe, a enunciação está posta e constrói uma imagem de si, como demonstrado por Amossy (2016):

A maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro. Participando da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar adesão. (AMOSSY, 2016, p. 17)

Nesse contexto, observa-se como o *ethos* está ligado ao status do locutor e à questão de legitimidade e credibilidade do narrador no quadro específico da narração. Há, nesse sentido, uma relação com a retórica, que permite estudar a imagem do locutor no quadro específico da narração, além da *Poética* de Aristóteles para ver as condições que o enunciador parece confiável aos olhos do leitor. Segundo Halsall (*apud* Amossy, 2016), toda comunicação está fundada em uma confiança mínima entre os protagonistas, e cabe a uma retórica narrativa “determinar como a enunciação contribui para criar, no enunciatário, uma relação de confiança fundada na autoridade que o enunciador deve se conferir caso deseje convencer.” (HALSALL *apud* AMOSSY, 2016, p. 21).

Ao detalhar, por meio da metalinguagem, o processo de estruturação de seu diário, Martim estabelece credibilidade a seu dizer no quadro geral da narração. Prepara o enunciatário para receber a compilação de suas memórias e estabelece uma relação retórica da imagem de si frente ao leitor.

Diferentes figuras integram a narração para assegurar a autoridade do narrador. Nessa ótica, Halsall (*apud* Amossy, 2016), seguindo Aristóteles, divide dois grupos: o dos argumentos exteriores, provenientes dos testemunhos, e o dos argumentos internos do discurso. No primeiro grupo, entram aspectos como figuras de apelo intertextual, que mobilizam uma autoridade exterior. Martim, em sua narrativa, lança mão frequentemente desse argumento ao retomar cartas, bilhetes, anotações, fotografias etc., para compor seu discurso, como demonstrado a seguir:

Asa Norte, Brasília, maio, 1969

Uma carta e uma fotografia colorida da minha mãe.

*

Filho querido,

[...] Guardei fotografia de tua infância no quintal do chalé, nas ruas do Macuco e no Porto de Santos, vou escolher duas ou três e enviá-las para você. Por enquanto, envio essa foto, tirada no sítio.

Um beijo muito saudoso da tua mãe.

*

[...] Queria encontrar nos olhos dela o sinal de algum desejo, a força de um sonho. Mas o olhar era meio triste, e o sorriso, sem viço, diferente do sorriso que eu lembrava. (HATOUM, 2017, pp. 62-63)

Martim se vale de argumentos exteriores provenientes de testemunhos, neste caso carta e fotografias enviadas por sua mãe, para construir argumentos. Esses elementos intertextuais estabelecem uma autoridade externa ao seu dizer. Ele manipula essas figuras a fim de adaptá-las às suas estratégias narrativas. Constrói, dessa forma, uma imagem de si para o leitor suposto. Essa construção integra o que Halsall (*apud* Amossy, 2016) classifica como segundo grupo para assegurar autoridade ao narrador, na qual se observa o que Halsall (*apud* Amossy, 2016) classifica de “declaração de boas intenções” de Martim ao concluir a reprodução da carta.

Em essência, segundo Foucault (*apud* Fairclough, 2016), não pode haver enunciados que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros. No diário de Martim, a intertextualidade apresenta-se de duas maneiras: na estrutura interna, ao reproduzir cartas, bilhetes, anotações e fotografias de outros personagens para composição de sua narrativa, e uma intertextualidade que aponta para o exterior da obra, ao se referir a obras, filmes, livros e fatos históricos: práticas discursivas provenientes de práticas sociais que complementam o todo narrativo. Segundo Fairclough (2016), a intertextualidade deve ser foco principal na análise do discurso. Destaca os modos como os textos e enunciados são moldados por textos anteriores aos quais eles estão “respondendo” e por textos subsequentes que eles “antecipam”. E não há uma determinação clara do seu sentido, como explica Fairclough (2016):

A intertextualidade é a fonte de grande parte de ambivalência dos textos. Se a superfície de um texto pode ser multiplamente determinada pelos vários outros textos que entram em sua composição, então os elementos dessa superfície textual não podem ser claramente postos em relação à rede intertextual do texto, e seu sentido pode ser ambivalente; diferentes sentidos podem coexistir, e pode não ser possível determinar “o” sentido. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 143)

Essa produtividade, porém, não está disponível como um espaço ilimitado para a inovação textual, condiciona-se pelas relações de poder, que ultrapassam os limites da explicação intertextual. Fairclough (2016) destaca que a intertextualidade e as relações intertextuais, constantemente mutáveis no discurso, são centrais para a compreensão dos

processos de constituição do sujeito. Ao lado da intertextualidade, o autor apresenta ainda o conceito de “coerência”, vista como uma propriedade que os intérpretes dão ao texto, não uma propriedade dos textos. Martim, ao fazer uma leitura de sua mãe a partir de uma carta enviada e uma fotografia, ilustra a dependência da coerência de suposições que os intérpretes trazem para o processo de interpretação. Mais do que sujeitos do discurso em seus discursos particulares, são também sujeitos sociais, com experiências sociais particulares acumuladas. Tal concepção aponta para a perspectiva de que o texto está relacionado, irremediavelmente, a um contexto. Assim, a análise está veiculada ao caráter social dos textos.

Fairclough (2016) propõe reunir a análise de discurso linguisticamente orientada e a teoria social na composição de um quadro teórico adequado ao estudo das mudanças sociais. A concepção de linguagem como uma prática de representação de aspectos do mundo e de ação sobre o mundo e sobre os outros, bem como o enfoque na mudança, na ação individual e na transformação social. A análise textual passa a figurar como parte da análise do discurso e a relação determinista da estrutura social sobre a ação individual é substituída por um enfoque dialético, que considera o discurso um elemento constituinte do social, mas também constituído por ele. É a partir dessa perspectiva que entendemos que decorre a construção discursiva da identidade a partir da noção de discurso.

O autor propõe uma abordagem teórico-metodológica tridimensional, que reúne três tradições analíticas que vinham sendo trabalhadas separadamente. Para compor a dimensão do discurso como prática social, faz uso da tradição interpretativa ou microssociológica, que considera prática social como aquilo que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em sentidos comuns compartilhados. Segundo, para compor a dimensão do discurso como prática discursiva, recorre à tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais. E, em terceiro, as análises textual e linguística detalhadas para a abordagem do discurso como texto.

Nas perspectivas das relações sociais que Fairclough (2016) apresenta, em *A noite da espera*, o Martim que narra em textos o processo de separação de seus pais, a sua partida de São Paulo para Brasília, todas as práticas discursivas que resulta de novas práticas sociais (grupos de artes, ações políticas, etc), não é o mesmo Martim que, 10 anos depois, em um país estrangeiro na condição de exilado, passa, em um trabalho de memória, a reproduzir, comentar e interpretar todo esse processo, além de suas expectativas.

Entender a identidade como uma construção social, histórica e discursiva às voltas com forças que ultrapassam a análise do discurso e até mesmo das ciências humanas e sociais: a crise de representação em meio ao desenvolvimento de novas tecnologias da comunicação e da informação. Desloca-se, dessa forma, para a representação de si. Essa representação por meio do discurso invade também outras áreas, pois fornece instrumentos de análise para pesquisas em diversos campos. Quando associado ao estudo da oratória, o *ethos* ganhou papel de destaque, mas, como a inovação nas formas de representação, observam-se os problemas por sua aplicação a todas as espécies de manifestação de discursos que estão mais distantes das abordadas pela retórica tradicional.

Maingueneau (2020) ressalta que existem formas discursivas para as quais se deve ir além da análise do *ethos*. Por meio do *ethos*, através dos textos escritos ou orais, se define uma identidade individual ou coletiva por meio de um trabalho de posicionamento implícito ou explícito para mostrar uma forma coerente e significativa para determinada coletividade. O estudo sobre o *ethos* tem sua contribuição porque está em consonância com o esforço de articular diferentes campos de análise.

Acerca da dimensão social do discurso, Pontes (2010) destaca a construção de identidades nas sociedades modernas, especialmente relacionados a certos problemas sociais. Segundo a autora, um dos resultados das transformações socioculturais do mundo pós-moderno marcado por contradições, lutas políticas e ideológicas e fragmentações, é a chamada crise de identidades. Destaca também o reconhecimento da natureza social do discurso como característica essencial na medida em que usamos a linguagem para interagirmos. Dessa forma, consideram-se elementos para além da esfera discursiva.

Pensar no discurso enquanto prática social significa pensar em primeiro lugar na sua articulação com outros elementos da vida social tais como a ação, a interação, as relações sociais, os atores sociais e o mundo material. Isso significa dizer que o discurso opera dialeticamente com esses outros elementos sociais não-discursivos. (PONTES, 2010, p. 10)

Pensando na prática social de Martim, temos, nos anos que passa em Brasília, sua vida de estudante no colégio e, depois, na Universidade. A participação em um grupo de arte, seu trabalho em uma livraria e o contexto turbulento e brutal da ditadura, além do exílio. Todos esses aspectos sociais integram-se à expectativa de rever a mãe. Em cada uma dessas práticas sociais, diferentes atores entram em ação com um estilo de linguagem. Esses diferentes elementos compõem práticas sociais específicas que se relacionam dialeticamente.

Para uma visão holística na construção de identidade, Candau (2018) a relaciona à memória como indissoluvelmente ligadas. Apoiam-se uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito ou uma narrativa. Além disso, no aspecto teórico, há a contribuição mútua no campo das Ciências Humanas e Sociais na investida a um tema tão complexo.

Candau (2018) propõe a seguinte taxonomia das diferentes manifestações da memória: (1) memória de baixo nível, (2) memória propriamente dita ou de alto nível e (3) metamemória. A memória de baixo nível, a qual denomina de protomemória, que se refere à memória social incorporada, como as múltiplas atividades aprendidas na infância, rotinas, cadeias operatórias inscritas na linguagem gestual e verbal. Traços, marcas e condicionamentos constitutivos do *ethos* e mesmo em alguns aspectos jamais verbalizados. Essa forma de conhecimento prático é que nos permite agir quando necessário sem que se pergunte como se deve fazer.

A memória propriamente dita ou de alto nível se refere a uma memória de recordação ou reconhecimento. A invocação de lembranças autobiográficas ou pertencente a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações e sentimentos) e feita igualmente de esquecimento, pois pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória.

A metamemória, por um lado, é a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, ou seja, o modo de aflição de um indivíduo ao seu passado. A metamemória é uma memória reivindicada. A construção explícita da identidade.

Dessa forma, a protomemória e a memória de alto nível são diretamente dependentes da faculdade da memória. A metamemória, por sua vez, é uma representação a essa faculdade, como exemplifica o autor:

De fato os três termos podem ser igualmente *conceitos* científicos. Mas essa taxionomia é válida desde que o interesse seja as memórias individuais. Nesse caso, essas diferentes noções são perfeitamente adequadas para dar conta de certa realidade vivida por toda pessoa consciente. Andamos de bicicleta sem cair ou saudamos uma pessoa que encontramos na rua adotando uma gestualidade incorporada, da qual nem nos damos conta: devemos isso à protomemória. Em nossa vida cotidiana, mobilizamos regularmente múltiplas lembranças, recentes ou antigas, e temos por vezes a sorte ou a infelicidade de conhecer experiências proustianas, mesmo se nos sentimos impedidos de descrevê-las: temos aqui duas formas de

memória de alto nível. Enfim, cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas: aqui se trata então da metamemória. (CANDAU, 2018, p. 24)

Aplicada ao romance *A noite da espera*, a manifestação da metamemória é o aporte do narrador/personagem Martim para tratar de sua formação intelectual, sentimental, artística e política, que figuram como matéria-prima da narrativa. A organização em forma de um diário faz dessa metamemória seu porto seguro, que, a partir do exílio, mais precisamente no período entre o inverno de 1977 e o inverno de 1979, em Paris, revisite suas experiências do jovem durante o colégio e a Universidade. Nesse esforço para contar o próprio passado, há o Martim jovem do colégio, que registra seu dia a dia em pequenas anotações, além de bilhetes, cartas e anotações de amigos; e o Martim adulto, já como cidadão exilado, que reúne, reinterpreta, reconta e comenta esses fragmentos de memórias suas e dos amigos.

Como já foi mencionado anteriormente, a obra é a primeira parte de uma sequência denominada “O lugar mais sombrio”. Politicamente, o período incerto das agruras da Ditadura Militar. Por outro lado, o lugar da memória como um espaço sombrio, marcado pela tentativa de representar um mundo de sensações e paixões, quase sempre difíceis de precisar, como se observa neste escrito de Martim:

Embolsei os francos e caminhei pelo Bois de Boulogne: árvores sem folhas, uma fina camada de gelo no solo, canto de pássaros invisíveis. A quietude foi assaltada por lembranças de lugares e pessoas em tempos distintos: Lázaro e sua mãe no barraco de Ceilândia, a voz do Geólogo no campus da Universidade de Brasília, a aparição de uma mulher no quarto de um hotel em Goiânia, o embaixador Faisão recitando versos de um poeta norte-americano: “Apenas mais uma verdade, mais um / elemento na imensa desordem de verdades...”.

Outro dia vi o rosto de Dinah, segui esse rosto e deparei com uma francesa, que se surpreendeu com o meu olhar; outros rostos brasileiros apareceram em museus, na entrada de um cinema em Denfert, nas feiras da cidade. (HATOUM, 2017, p. 12)

O silêncio (quietude) como espaço em que atua a metamemória “assaltada” porque foge ao controle pessoal, involuntário, em uma relação dialógica com espaços, tempo e pessoas distantes. A experiência do exílio turva ainda mais esse espaço afetado pelo sofrimento e pela saudade na tentativa de se aproximar de uma época distante. É esse esforço de manter essa força viva, um refúgio em meio ao exílio, que o impulsiona ao diário.

Observa-se também o traço da identidade que, segundo Candau (2018), é a todo momento moldada em um processo dinâmico de inclusão e exclusão de diferentes atores que

movimentam estratégias que designam e atribuem características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados, como afirma o autor:

[...] “não se constroem a partir de um conjunto estável objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais -, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socioambientais – situações, contexto, circunstâncias -, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. (CANDAUI, 2018, p. 27)

Observa-se, em Martim, a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados.

Berger e Luckmann (2014) apontam como a realidade social é construída. Trata-se de um fenômeno social, ou seja, “a realidade é construída socialmente” e a sociologia do conhecimento tem a tarefa de analisar de que forma esse fato acontece. Como a Análise do Discurso não prescinde dos fatores sociais, apoia-se no estudo dos autores segundo o qual a sociologia do conhecimento tem por finalidade analisar as relações que existem entre o pensamento humano e o contexto por meio do qual esse pensamento surge, como demonstram a seguir:

[...] ocupar-se com o que os homens “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica. Em outras palavras, o “conhecimento” do senso comum, e não das “ideias”, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente este “conhecimento” que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. [...] A sociologia do conhecimento, portanto, deve tratar da construção social da realidade. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 29).

Segundo os autores, objetos diferentes apresentam-se à consciência como constituintes de diferentes esferas da realidade. “Reconheço meus semelhantes com os quais tenho que tratar no curso da vida diária como pertencendo a uma realidade inteiramente diferente da que têm as figuras desencarnadas que aparecem em meus sonhos.” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 29). A realidade do cotidiano e dos sonhos introduzem tensões inteiramente diferentes. O Martim do exílio, como exposto no escrito anterior, vive a realidade da vida cotidiana na qual transita pela cidade e capta a cenografia local. Dado momento, é tomando por pensamentos de outra realidade como uma espécie de choque. “Este choque deve ser entendido como causado pelo deslocamento da atenção acarretado pela transição.” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 38). Como em um sonho, Martim via o rosto

de Dinah em uma francesa, e rostos brasileiros em museus, na entrada de cinema ou em feiras da cidade de Paris.

A articulação de discurso e aspectos sociais que se integram na escrita de Martim para a construção de discurso deve levar em consideração o gênero textual diário como espaço de relatos, experiências, acontecimentos e fatos do cotidiano. A seguir, abordaremos como o gênero textual aponta para a construção de identidade de Martim.

4.2 DIÁRIO: Composição formal e sua relação com o conteúdo temático-semântico

Ao falarmos em gêneros textuais, os conceitos propostos por Bakhtin (2011) têm amplo espaço no domínio das ciências da linguagem e da literatura. Conceitos como campo da atividade humana, polifonia, enunciado, gêneros do discurso, dentre muitos outros, deixam entrever os aspectos sociais e discursivos da linguagem, assim como sua natureza ao mesmo tempo onipresente e diversa, além de elos para a compreensão do processo vivo da comunicação humana, das cadeias discursivas. Dessa forma, tem-se a seguinte questão: como Martim mobiliza aspectos sociais em seu discurso, quais gêneros e nuances são mobilizados na estratégia argumentativa?

Segundo Charandau (2008), em reflexão sobre a linguagem e o homem, estabelece que a linguagem tenha sido, talvez, o primeiro poder do homem. Ele concebe esse ato como fenômeno da comunicação. A estratégia argumentativa refere-se à relação de diferentes competências discursivas. O autor faz alusão a três competências: situacional, semiolinguística e semântica.

A competência situacional “exige que todo sujeito que se comunica seja apto para construir seu discurso em função da identidade dos protagonistas do intercâmbio, da finalidade deste, seu propósito e suas circunstâncias materiais” (CHARANDAU, 2008, p. 7). A competência semiolinguística está mais diretamente ligada à forma de organização textual (enunciativa, distributiva, narrativa, argumentativa). Assim, a competência semiolinguística postula que todo sujeito que se comunica e interpreta pode manipular, reconhecer a forma dos signos, suas regras combinatórias e seu sentido. A forma que sua argumentação é construída está ligada a uma intenção de comunicação, de acordo com os elementos do marco situacional e as exigências das organizações do discurso. A terceira competência está ligada ao sentido das formas verbais (gramaticais, lexicais). Trata-se do fato de que, para compreender um ao

outro, é necessário que ambos os protagonistas do intercâmbio (locutor e interlocutor) recorram a conhecimentos supostamente compartilhados.

Charaudeau (2008) afirma que o ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores. Em *A noite da espera*, observa-se que Martim estabelece uma estratégia argumentativa que apresenta fatos de forma não linear, tendo em vista sua finalidade discursiva. A estratégia argumentativa, nesse sentido, leva em conta a experiência humana por meio de certas operações de pensamento.

Buscar critérios sociodiscursivos e formais que constituem o gênero demanda certa complexidade. Segundo Bakhtin (2011), os gêneros surgem nos diversos campos da atividade humana, por isso incluem todo tipo de diálogos cotidianos, além de enunciados da vida pública, institucional, artística, científica e filosófica. Como a atividade humana é inesgotável, a variedade e a heterogeneidade dos gêneros orais e escritos comportados nesses campos de utilização são infinitas, porém passíveis de serem captadas em suas particularidades. Trata-se de um conceito complexo, uma vez que os gêneros não são meros entes formais, mas se definem, sobretudo, por critérios sociodiscursivos e funcionais.

Dialogamos diariamente com pessoas ao nosso redor, respondendo a perguntas, opinando, contando casos, dando ordens, etc. Como afirma Pontes (2010), o reconhecimento de que a natureza social do discurso é a sua característica mais essencial na medida em que usamos a linguagem para interagirmos com outras pessoas, participamos de uma sociedade e construímos um mundo.

Pontes (2010) destaca que um aspecto importante ao se observar o discurso como prática social é o modo como se apresenta na prática. Segundo Fairclough (*apud* Pontes, 2010), o discurso se apresenta basicamente de três modos:

[...] enquanto gênero (significando um modo de atuar ou ação social), enquanto discursos (significando modos de representar o mundo social) e enquanto estilo retórico (significando um modo de ser). Isso significa que os gêneros enquanto construtos semióticos são formas de ação e interação social em primeira instância. (PONTES, 2010, p. 11)

Em primeira instância, os gêneros são formas de interação e ação social. Além disso, por meio dos gêneros, os discursos são formas de representação do mundo social a partir de uma determinada perspectiva ou posicionamento. Martim, em seu diário, marca seu

posicionamento a partir de escritos motivados pela saudade da mãe, pela crise política e o distanciamento do seu país.

Conforme Bakhtin (2011), é enquanto inscrito em um gênero do discurso, vinculado a certo campo da atividade humana, que o sujeito se apropria da linguagem e se constitui, materializa sua identidade. Dentre as diversas formas de interação e ação social por meio dos gêneros, alguns se aproximam mais da esfera íntima do indivíduo, entre eles um gênero pertencente ao campo confessional: o diário pessoal. Como já mencionado anteriormente, analisamos o diário ficcional de Martim, que, por sua vez, está inserido em um gênero da esfera social mais amplo e complexo: o romance. O diário, ao integrar o romance, caracteriza-se, dessa forma, com o que Bakhtin (2011) chama de enunciado de gênero secundário, que é compreendido pelas (co) referências entre os enunciados dentro do próprio texto. “A linguagem da literatura, cuja composição é integrada pelos estilos da linguagem não literária, é um sistema ainda mais complexo e organizado em outras bases.” (BAKHTIN, 2011, p. 279). Em *A noite da espera*, os limites entre os gêneros mobilizados não são rigidamente demarcados, o que é uma característica da literatura contemporânea. Bakhtin (2011) aborda essas fronteiras:

Complexas por suas construções, as obras especializadas dos diferentes gêneros científicos e artísticos, a despeito de toda diferença entre elas e as réplicas dos diálogos, também são, pela própria natureza, unidades da comunicação discursiva: também são nitidamente limitadas pela alternância de sujeitos do discurso, cabendo observar que essas fronteiras, ao conservarem a sua precisão externa, adquirem um caráter interno graças ao fato de que o sujeito do discurso – neste caso, o autor de uma obra, aí revela a sua individualidade no estilo, na visão de mundo, em todos os elementos da ideia de sua obra. (BAKHTIN, 2011, p. 279)

Na literatura, o gênero diário se caracteriza por relatar cronologicamente fatos ou acontecimentos do dia a dia, confissões e reflexões, opiniões e impressões, havendo uma grande diversidade discursiva: de relato, narrativa, expositiva e argumentativa. Segundo Costa (2014), são escritos pessoais, privados, resultados da autoexpressão: impressões, desabafos, fatos, relatos, etc. Nesse sentido, o autor destaca:

Como discurso íntimo, impregna-se de um espírito de confiança, de simpatia, de sensibilidade por parte do autor em relação a seu destinatário (o próprio diário ou o próprio autor) que desvela suas profundezas interiores, o que é próprio da expressividade interior desses estilos. Por essa propensão intimista e privacidade, parece que o diário tem no próprio narrador que o enuncia o seu destinatário preferencial. (COSTA, 2014, p. 103)

A obra pauta-se pelo enredo do personagem Martim, que narra seu drama familiar em meio à história da Ditadura Militar. O diário pessoal, por sua vez, não parte, necessariamente, de um enredo, não tem a dependência de um fio narrativo. Mas, internamente, na estrutura textual do romance, o gênero é rapidamente identificado, tanto pela sua estrutura como pelo estilo de enunciado. A cada entrada de anotações, Martim registra informações como cidade, local, data, ano, às vezes até a estação do ano, ou, frequentemente, intercala sempre uma ou outra dessas informações. Há uma estrutura que se aproxima da construção composicional convencional quando traz essas inscrições no início do texto, ou seja, um recorte de determinado tempo de sua vida, por outro lado, inova no sentido de que essa informação não segue uma norma rígida, pois a alterna a cada nova entrada. Alguns exemplos como: “Paris, dezembro, 1977” (HATOUM, 2017, p. 11); “Rue de la Goutte-d’Or, Paris, 2 de janeiro, 1978” (HATOUM, 2017, p. 14); “Domingo, 19 de outubro, 1969” (HATOUM, 2017, p. 67); “Bar Beirute, superquadra 109 Sul, Brasília, dezembro 1969” (HATOUM, 2017, p. 78); “Apartamento do Embaixador Faisão, Asa Sul, Brasília, sexta-feira, 20 de março, 1970 (HATOUM, 2017, p. 86); “Paris, outono, 1978” (HATOUM, 2017, p. 96). A estrutura de entrada para início de suas anotações não segue uma estrutura fechada. Segundo Bakhtin (2011), “a relação valorativa do falante com o objeto de seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado”. (BAKHTIN, 2011, p. 289).

O aspecto expressivo determina então o estilo individual. A entrada para a escrituração do texto é variada, com informações detalhadas em algumas, como o local, a cidade, dia da semana, mês e ano, ou menos específico em outras, com apenas nome da cidade, estação e o ano. Mesmo em um campo de utilização da língua com seus tipos relativamente estáveis de composição, cada enunciado particular é individual. Martim expõe estruturalmente uma visão fragmentada na escolha desses elementos linguísticos na função que assume dentro do gênero. Isso porque os gêneros ditam o que dizer e como dizer por suas coerções, tanto em relação ao conteúdo temático-figurativo, quanto à estrutura textual e ao estilo, como demonstra por Bakhtin (2011):

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2011, p. 261)

Bakhtin (2011) reforça a ideia de que todo enunciado tem um caráter individual e, por isso, pode refletir a individualidade do sujeito. Os gêneros literários, por serem mais maleáveis, permitem mais inovações e dão aos enunciados um caráter de identidade. Nesse sentido teorizado por Bakhtin (2011), o diário de Martim articula os mais variados gêneros para a construção de seu enunciado. O autor destaca a diferença essencial entre os gêneros primários (simples) e os gêneros secundários (complexos). Os secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado, predominantemente escrito. No processo de sua formação, eles incorporam e reelaboram os diversos gêneros primários (simples), que se formam como comunicação imediata. Os gêneros dos discursos, como demonstra Bakhtin (2011), se prestam de modo bastante fácil a uma (re)acentuação:

Essa expressividade típica (de gênero) pode ser vista como auréola estilística da palavra, mas essa auréola não pertence à palavra da língua como tal, mas ao gênero em que dada palavra costuma funcionar, é o eco da totalidade do gênero que ecoa a palavra. (BAKHTIN, 2011, p. 293).

Na composição do seu diário, Martim estabelece esse processo de formação. Gêneros textuais da ordem de composição primária são reelaborados em seu enunciado, como podemos observar no escrito a seguir:

Paris, outono, 1978

Só agora, ao reler e datilografar esse bilhete colado na página de um caderno em Brasília, notei os erros na mensagem escrita pelo recepcionista. Naquele sábado de 1970, apenas estranhei o ritmo da frase, veloz como o de um coração disparado. (HATOUM, 2017, p. 96)

Os gêneros primários, segundo Bakhtin (2011), que se integram aos mais complexos, se transformam e adquirem um caráter especial, que reflete a individualidade do sujeito. Como gênero primário, ele apresenta um bilhete colado em um caderno. O gênero textual bilhete tem como função social transmitir uma informação rápida. Segundo Costa (2014), faz parte do cotidiano, reduzido ao essencial tanto na forma quanto no conteúdo. O texto é curto e de rápida assimilação. Como demonstra Bakhtin (2011), ao se integrar ao gênero mais complexo, ou seja, parte de um diário, perde o vínculo imediato com a realidade concreta. Como afirma Pontes (2010), pensar no discurso enquanto prática social significa pensar em primeiro lugar na sua articulação com outros elementos da vida social tais como a ação, a interação, as relações sociais, os atores sociais e o mundo material.

Martim joga com essa diversidade de gêneros e enunciados dos diversos campos da atividade humana. Há muitas recorrências ao gênero carta, o que revela uma prática social da época, entre as décadas de 1960 e 1970. Costa (2014) classifica que a carta familiar “gira em torno de temas pessoais, geralmente é escrita em estilo simples, no registro coloquial, pois a interlocução se dá entre pessoas que se conhecem ou são parentes próximos.” (COSTA, 2014, p. 63). A seguir, Martim faz comentários e reproduz uma carta que enviaria a sua mãe:

Maio, 1972

[...] Por que passei mais de dois meses sem enviar uma palavra para minha mãe? Para punir com silêncio o silêncio dela? Escrevi uma longa carta, que começou com o meu sonho recente.

*

Querida mãe,

Por distração, acho que escrevi o endereço da Asa Norte no envelope da última carta, datada de fevereiro. Eu e um amigo dividimos um quarto na casa da W3 Sul.

Também sonhei mais uma vez com você. Não foi um sonho sereno num lago imenso, e sim um dos pesadelos nas noites da capital: você, outras mães e Dinah apareciam juntas num protesto contra o fechamento da escola onde estudei. Quando ia te abraçar, os soldados do Exército reprimiram o protesto e as pessoas sumiram numa poeira cinzenta. Você também sumiu. [...] (HATOUM, 2017, p. 150)

A réplica da carta no diário, ao manter a sua forma, perde sua função social do mundo concreto e passa a fazer parte de um novo enunciado. O escrito serve agora como ponto de reflexão sobre os motivos que o levaram a produzi-lo, como demonstra seu escrito acima, no preâmbulo da reprodução da carta. Ele reelabora seu próprio enunciado. Para a obra como um todo, o gênero integra o romance como acontecimento artístico-literário. “No conjunto, o romance é um enunciado, como a réplica do diálogo cotidiano ou uma carta privada (ele tem a mesma natureza dessas duas), mas à diferença deles, é um enunciado secundário (complexo)” (BAKHTIN, 2011, p. 264).

Pontes (2010) demonstra que as relações sociais são discursivas em sua natureza e o discurso é parcialmente relações sociais. E a representação do mundo e do que nele acontece deve ser entendida como representação ou recontextualização das práticas sociais. Há uma diferença entre o que os atores sociais fazem e o que é dito sobre essa prática. Os eventos sociais narrados por Martim são reproduzidos e comentados por ele dez anos depois em outro contexto social. E essa transformação depende de seus interesses, propósitos e valores, como demonstra Bakhtin (2011):

Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a *intenção*

discursiva de discurso ou a *vontade discursiva* do falante, que determina o todo do enunciado, o seu volume e suas fronteiras. (BAKHTIN, 2011, p. 281, grifo do autor)

Quando Martim representa em um diário os mais diversos gêneros textuais, é regido por tais princípios. Dessa forma, por meio de sua visão particular, elementos de sua prática social são incluídos, excluídos, representados concreta ou abstratamente, avaliados, explicados, legitimados, organizados, etc. É o que apresenta em sua anotação demonstrada anteriormente. Para reproduzir uma carta que enviaria a sua mãe, antes inclui comentários, avaliando e explicando o texto reproduzido na sequência.

A ordem dos fatos também se apresenta como inovação em relação ao diário convencional. Ele adota como articulação narrativa o marco temporal que circula entre os anos de 1968 e 1979. Assim, centra sua narrativa em um período de doze anos, de maneira não linear, pois é iniciado no ano de 1977, com quatro anotações seguintes de 1978, para em seguida retornar ao ano de 1968 e, assim, seus escritos alternam esses dois últimos anos com 1969, 1970, 1971, 1972 e 1979. Os anos de 1971 e 1979 demarcam apenas uma anotação cada um, o que demonstra a liberdade narrativa que o diarista tem em ser mais específicos em certos períodos e mais abstratos em outros. Sua intencionalidade define o que deve ser dito naquele momento. “Num dos cadernos de 1971, há poucas frases, poemas em farrapos, inacabados: a escrita refém da depressão que me paralisou.” (HATOUM, 2017, p. 127).

O próprio gênero textual propicia essa liberdade, pois, mesmo relativamente padronizado, o autor expressa, sem muita repressão, sua individualidade. Ele ordena os fatos a sua maneira, expõe alguns, oculta outros. Nesse sentido, também o diário de Martim foge ao convencional do gênero. Em alguns relatos, temos a fala do próprio narrador-personagem. Em outras, porém, observamos que diferentes vozes assumem o papel de locutor, como se esses personagens ratificassem ou completassem o que era trazido por Martim. A realidade ficcional construída dessa forma a torna uma realidade possível, com credibilidade diante do leitor por meio da semelhança com o real.

4.3 MARTIM E AS MARCAS DA AUSÊNCIA MATERNA

Martim evidencia que o que move sua escrita é o afeto materno perdido. São marcas dessa ausência o tempo e o esquecimento, e o refúgio da escrita como forma de mantê-lo presente em sua vida. “Minhas anotações são um modo de conversar com ela, de pensar nela.” (HATOUM, 2017, p. 39). No tópico anterior, vimos as motivações e intenções que envolvem

a escrita de um diário, desde registrar fatos do dia, o momento presente, além de afetos, angústias e pensamentos. De que forma essas marcas que se revelam pela escrita dizem mais sobre quem as escreve do que o fato que as originou? Quando relatamos algo, damos ao acontecimento uma carga individual à palavra, “uma vez que eu oporo com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão.” (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Interpretamos os fatos, de certa forma, alterados, pois criamos em cima do que vemos e sentimos. É o que Bakhtin (2011) classifica de expressão: “esta não existe nem no sistema da língua e nem na realidade objetiva existente fora de nós.” (BAKHTIN, 2011, p. 294). Ou seja, o que garante individualidade à escrita é a relação que se faz desta com a realidade, que se dá no enunciado. Por se tratar do gênero textual diário pessoal, ainda que no âmbito da ficção, parte-se do pressuposto que o enunciador seja sincero consigo mesmo e interpreta por meio de sua própria perspectiva. Maingueneau (2016), ao recorrer à noção de *ethos*, destaca que duas das razões principais pela escolha teórica: seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e o discurso que ela implica. A instância subjetiva se manifesta também como uma “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, “historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente.” (MAINGUENEAU, 2016, p. 70).

Um fato marcante que Martim retrata em seu diário é o encontro que teria com sua mãe, depois de muito tempo separados. A referência a esse acontecimento estampa também o título da obra: “A noite da espera”, que, no âmbito da enunciação, ganha tonalidades variadas de interpretação nos diferentes contextos do romance. Tal escrito teve uma breve análise inicial anteriormente no âmbito do gênero textual. O ano e local em que o texto foi escrito – Paris, outono, 1978 – já demonstram que Martim vai percorrer sua lembrança e transpor para a escrita suas impressões. Esse distanciamento temporal do fato fica evidente com o uso lexical do pronome demonstrativo que marca um tempo distante: “Naquele sábado de 1970” (HATOUM, 2017, p. 96). Esta é a sinalização de que esse esforço de memória é a representação que remete a uma aflição de seu passado.

Tomado de grande expectativa, ao chegar ao hotel onde seria o encontro, recebe do recepcionista um bilhete escrito com a mensagem de um homem que tinha telefonado: “*Viajem cancelada, tua mãe vai ti escrever. Dacio*”. (HATOUM, 2017, p. 95, grifo do autor).

A comunicação é intermediada por Dácio, irmão de Lina, o que contribui ainda mais para o distanciamento entre mãe e filho e estabelece um abismo entre os dois. Martim inicia então sua escrita no diário com uma reflexão da tal mensagem. Ele observa os desvios ortográficos que na época da ação não chamaram sua atenção: “Só agora, ao reler e datilografar esse bilhete, colado na página de um caderno de Brasília, notei os erros na mensagem escrita pelo recepcionista.” (HATOUM, 2017, p. 96). Temos com o texto uma relação dialética ligada a uma prática social. Berger e Luckmann (2014) destacam que o indivíduo é induzido a tomar parte na dialética da sociedade, como observamos a seguir:

O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou a interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 168)

O acontecimento objetivo é uma mensagem deixada a Martim, fato corriqueiro nas práticas sociais do dia a dia. Martim, enquanto coenunciador do comunicado da mensagem recebida, “assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo.” (MAINGUENEAU, 2016, p. 73). Ao longo do tempo, o que para muitos seria algo comum, receber um bilhete com uma mensagem, para Martim torna-se muito significativo, sugerido pelo fato de guardá-lo por longo período (oito anos). O olhar para os erros ortográficos do bilhete no momento de enunciação de seu escrito traz também essa carga subjetiva da maturidade, diferente do adolescente do passado da ação que viveu o fato concreto. Berger e Luckmann (2014) observam que o sentido dado ao acontecimento objetivo não quer dizer necessariamente que compreenda o outro adequadamente.

Na sequência, Martim revela seu estranhamento com o bilhete: “apenas estranhei o ritmo da frase, veloz como o de um coração disparado.” (HATOUM, 2017, p. 96). Ele infere o ritmo da frase e sensações físicas a partir do texto escrito. Maingueneau (2016) afirma que “o texto escrito possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa por meio de um “tom” que indica quem o disse.” (MAINGUENEAU, 2016, p. 72). É por meio desse “tom”, que vale tanto para o texto oral quanto para o escrito, que Martim levanta suas impressões como o ritmo da frase, rápida e curta, visto que não há o cancelamento claro, explícito, do encontro, apenas uma informação que o leva a inferir tal fato.

É neste escrito que, na sequência, Martim relembra a “noite da espera”, após o distanciamento da mãe e do tempo vivido em Brasília em plena efervescência política, como demonstra a seguir:

Lembro que paguei uma diária no Grande Hotel, deitei na cama onde Lina dormiria, avancei na leitura do romance de Flaubert, e parei na cena de um assassinato: uma dupla traição, afetiva e política. Anoitecia. Liguei a cobrar para meu tio. Ninguém atendeu, tentei de novo às dez, quando a morbidez e a angústia escureciam meu pensamento. Ainda bem que Faisão me dera esse livro, a leitura do romance me enfeitiçou naquela noite angustiante, em que deitaria ao lado de minha mãe, de mãos dadas ou abraçados, havia tanto tempo eu não sentia o corpo dela e não escutava a sua voz, nosso último encontro na Flor do Paraíso adquiria outro significado, a distância e o tempo constroem artifícios. (HATOUM, 2017, pp. 96-97)

Martim produz um discurso em que relaciona o que Candau (2018) classifica de reflexo da memória e metamemória. Nesse sentido, estamos sujeitos às falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção sempre vinculadas a uma consciência que age no presente. “A lembrança não “contém” a consciência, mas a evidencia e manifesta, é a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão do seu passado.” (CANDAU, 2018, p. 63). As lembranças do narrador-personagem apoiam-se na imaginação e ganham sentido vinculadas ao presente do enunciado. Compõem, assim, a enunciação do texto que, segundo Maingueneau (2016), confere ao fiador, entendido aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo, uma corporalidade, lhe dá um corpo.

O momento em que Martim interrompe sua leitura do romance de Flaubert evidencia, retomando o que afirma Candau (2018), seu sentimento de abandono. Se no passado era somente a dor da saudade afetiva da mãe que atormentava sua consciência, seu presente de cidadão exilado o fez experimentar um novo sentimento de vazio, o da mãe/pátria, pois o presente do seu enunciado é também atravessado pela visão do sujeito exilado. A dimensão do abandono materno do passado ganha nuances do presente exilado, marcado também por aquilo que deixa de expressar, como afirma Candau (2018):

“Essa experiência pode estar carregada de impressões insuportáveis, quer dizer, lembranças que não se ousa confessar aos outros e, sobretudo, a si próprio, pois elas colocariam em risco a imagem que se faz de si mesmo.” (CANDAU, 2018, p. 63).

A noite da espera pela sua mãe Lina, no Grande Hotel, parte de uma memória objetiva e ganha contornos na metamemória, ou seja, a representação de um fato objetivo, com seus esquecimentos e imaginação. O símbolo da noite e seus derivados como “o lugar mais sombrio” ganha diferentes nuances em seu discurso. Por um lado, Martim relembra o

período do dia em que estava no quarto de hotel, ou seja, uma recordação de momento vivido, que também não está livre de esquecimentos porque, segundo Candau (2018), pode se beneficiar de extensões artificiais da memória. Por ou lado, observamos, em seu discurso, como o símbolo da noite deixa de ser uma recordação objetiva, partilhada por todos, e passa a representar o modo de aflição de um indivíduo a seu passado, ou seja, a construção de sua identidade: “Ninguém atendeu, tentei de novo às dez, quando a morbidez e a angústia escureciam meu pensamento.” (HATOUM, 2017, pp. 96-97). A metáfora da escuridão, que faz também essa referência à noite, materializada no escrito de Martim, ilustra o conflito ao produzir uma representação que não sabemos se está ligada ao momento do fato ou ao momento do enunciado, no qual há interferência do tempo, do esquecimento e da imaginação.

Martim segue seu escrito sobre a então noite que seria o reencontro tão esperado com Lina, agora com esforço de imaginação que não sabemos se emerge do fato em si ou do momento da produção do enunciado: “a leitura do romance me enfeitiçou naquela noite angustiante, em que deitaria ao lado de minha mãe, de mãos dadas ou abraçados”. (HATOUM, 2017, p. 96). A representação da “noite angustiante” pela espera se mostra também esperança e força do desejo. Há uma tentativa de materializar pelo discurso o corpo ausente: “havia tanto tempo eu não sentia o corpo dela e não escutava a sua voz, nosso último encontro na Flor do Paraíso adquiria outro significado, a distância e o tempo constroem artificios.” (HATOUM, 2017, p. 96). A lembrança é, portanto, segundo Candau (2018), algo distinto do acontecimento passado, pois sofre essa interferência do tempo, como Martim demonstra a seguir, ao pontuar o local de onde parte seu olhar para o fato e a mudança de sua percepção:

Percebo isso na solidão deste estúdio, no fim da noite parisiense. Mas não tinha essa percepção na noite goiana, quando comparava o desencontro das duas personagens de Flaubert com o meu desencontro com Lina, pois imaginava que a história de uma frustração amorosa tinha uma relação com a minha vida. Já no final do romance, quando Frédéric vê os cabelos brancos de Mme. Arnoux, ele sente alguma coisa inexprimível, uma repulsa, como “o terror de um incesto...” (HATOUM, 2017, p. 97)

Dentre as interferências do tempo nessa construção da imagem de si feita por Martim, observa-se a projeção da imagem da mãe também em uma relação de desencontro amoroso. Percepção que, agora, ele tenta deixar claro, não fazer parte de uma percepção da “noite goiana” do passado, mas sim deste momento de escrita, no qual faz uma relação com o romance de Flaubert. Essa relação dialógica que ele estabelece com o romance exemplifica a

visão de Bakhtin (2011) segundo a qual o texto é um enunciado, o diálogo entre textos é um diálogo entre enunciados, e, por trás do enunciado, existe o falante, o sujeito dotado de consciência. “Muito amiúde o falante (ou quem escreve) coloca questões no âmbito do seu enunciado, responde a elas mesmas, faz objeções a si mesmo e refuta suas próprias objeções etc...” (BAKHTIN, 2011, p. 276). Tudo isso em sua recorrência à figura da noite sobre a qual expressa suas interpretações das lembranças e das imaginações, além de sua rede de relações semânticas com a imagem da noite como “sono”, “insônia”, “sombrio”:

A crença de que a qualquer momento ela chegaria dificultou meu sono, eu emergia assustado de um cochilo e via o rosto da minha mãe num lugar sombrio do quarto, ou deitado na cama, o corpo quieto e frio como de uma morta; essas visões, entre o milagre e o sobrenatural, me assustavam e me deixaram prostrado na longa noite da espera. (HATOUM, 2017, p. 98)

O trecho expõe como a representação da longa noite da espera para Martim ganha nuances de sonho. Berger e Luckmann (2014) tratam da conservação e da transformação da realidade subjetiva, ou seja, como é apreendida na consciência individual. Martim parte inicialmente de uma visão socialmente compartilhada da noite como uma realidade inevitável no cotidiano. Com sua experiência humana, há sempre “a presença obcecante de metamorfoses, as atualmente lembradas e as que são sentidas apenas como sinistras possibilidades.” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.189). As definições da realidade são constantemente ameaçadas por todas as outras que ocorrem, por exemplo, no interior da consciência que podem ser vistas como “sem sentido”, que se despreza.

Para Candau (2018), muitos relatos autobiográficos são efetivamente permeados por diversos fenômenos como trama, rearranjos mitológicos, delírios da memória etc. Para o autor, seria errôneo querer avaliar essa identidade narrativa a partir de critérios de verdadeiro ou falso, “pois para toda manifestação da memória há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração [...] e a realidade factual: se podemos dizer que a verdade do homem é o que ele oculta, o fato de ocultar também é sua verdade” (CANDAU, 2018, p. 72).

4.4 MARTIM E O ENTRECRUZAMENTO DOS ASPECTOS SOCIAIS, HISTÓRICOS E IDEOLÓGICOS

No capítulo dois, vimos como o desenvolvimento da linguagem está diretamente ligado ao percurso histórico. O drama familiar em *A noite da espera* ocorre nas décadas de 1960 e 1970, período em que se instala a Ditadura Militar no Brasil. Martim, personagem-narrador na escrita de seu diário, conseqüentemente é afetado de alguma forma, assim como

qualquer sujeito, pelo contexto sociopolítico do país. Por mais que se trate de um diário que se inscreve no espaço literário, no plano da ficção, o texto trabalha com elementos da vida real, como já vimos anteriormente, que se mesclam ao elemento ficcional. A expectativa nutrida por Martim de rever a mãe cresce nesse contexto turbulento da ditadura. Suas dúvidas e apreensões são atravessadas por momentos de violência e trauma. Ao integrar o plano da ficção, perde-se também o compromisso com a realidade. Mais do que revelar os fatores externos que integram a narrativa, busca-se como Martim, em sua escrita, dialoga com os aspectos sociais, históricos e ideológicos desse período que se impõem ao seu enunciado.

Como entendemos que o discurso não exerce uma ordem independente, é impregnado de aspectos sociais e ideológicos que se manifestam na materialidade linguística, cabe ao analista captar a marca desta troca incessante desses dois aspectos. O sujeito se manifesta a partir de uma posição à qual contrasta com outros lugares socioideológicos. A partir da experiência individual, Martim produz sua narrativa de memória que materializa na escrita o discurso que expõe as condições de produção decorrente dos anos 1960 e 1970 no Brasil e como a linguagem é reveladora dessas posições sociais.

Como já vimos anteriormente, o presente do enunciado do narrador-personagem tem como espaço físico a capital francesa, Paris, lugar que ele ocupa na posição social do imigrante exilado. “Talvez seja isso o exílio: uma longa insônia em que fantasmas reaparecem com a língua materna, adquirem vida na linguagem, sobrevivem nas palavras [...]” (HATOUM, 2017, p. 210). Ele não revela em seus escritos os motivos que o levaram a tal condição social, mas a articulação discursiva entre os conflitos sociais por que passa o personagem, as condições sócio-históricas do país evidenciadas, os vestígios do passado vivido em Brasília entre 1968 e 1972, além da tristeza por saudade da mãe e da pátria são interligados de tal maneira que configuram sua experiência de exilado.

Vale retomar aqui suas primeiras palavras escritas no diário que dão essa dimensão: “Inverno e silêncio. Nenhuma carta do Brasil.” (HATOUM, 2017, p. 28). Um frio que, para além da sensação térmica de uma capital europeia, expressa um sentimento da alma em meio a um silêncio também que supera, ou nada tem a ver, com a ausência de ruído sonoro em seu local de escrita, mas de um silêncio que é imposto e violento. Para, logo em seguida, apresentar a primeira entrada característica do gênero diário pessoal (abordada no tópico 4.2 deste capítulo): “Paris, dezembro, 1977” (HATOUM, 2017, p. 28). Vimos que o gênero deve

ser articulado à função social e de que forma se integra à enunciação do romance. Como abordado em Bakhtin (2011), o diário (gênero primário) de Martim integra um gênero mais complexo que é o romance (gênero secundário), que, por sua vez, integra a esfera literária. Os elementos que na esfera primária do diário seriam apenas marcas linguísticas do gênero, enquanto arranjo artístico-literário, deixam de ser apenas composição do gênero para representar múltiplas significações por parte do enunciador e (co) enunciador. É, dessa forma, que as marcas de entrada composicional no escrito de Martim como cidade, mês e ano representam o sujeito que fala a partir de um distanciamento crítico, temporal e espacial.

“Nem tudo é suportável quando se está longe”, (HATOUM, 2017, p. 13). Afirma Martim na sequência do sua primeira anotação. Como já vimos anteriormente, sua condição de exilado é a ponta de uma sequência de traumas: separação da mãe, a mudança forçada com o pai para Brasília e a violência da Ditadura Militar que o força a deixar seu país de origem. “Eu não sentia frio, sentia a vertigem da distância, da separação.” (HATOUM, 2017, p. 26). É de sua posição social de exilado que relembra seu amadurecimento forçado e faz da escrita do diário um refúgio para o reconhecimento de si mesmo:

Rue d’Aligre, Paris, março, 1978

Tirei da sacola a papelada de Brasília e São Paulo: cadernos, fotografias, cadernetas, folhas soltas, guardanapos com frases rabiscadas, cartas e diários de amigos, quase todos distantes; alguns perdidos, talvez para sempre.

Comecei a datilografar os manuscritos: anotações intermitentes, escritas aos solavancos: palavras ébrias num tempo salteado. (HATOUM, 2017, p. 13)

É da posição de cidadão exilado que ele volta no tempo e inicia a exposição de suas memórias. Em sua trajetória, transita por diferentes espaços sociais, como consequência também das mudanças de espaço físico. Ele, um jovem paulista, muda-se para Brasília após a separação traumática dos pais nos anos 1960. Ao chegar à capital, impressiona-se com a cidade que estava surgindo: “Inauguraram uma cidade que ainda é um canteiro de obras.” (HATOUM, 2017, p. 28). Martim logo entende que as demarcações do espaço urbano caracterizariam também os espaços sociais, e qual posição está reservada a ele e seu pai:

Rodolfo se irrita com o acabamento do nosso bloco na quadra 406 e com os ratos e baratas no lixo espalhado no térreo; irrita-se por morar na Asa Norte, o setor da capital que aloja funcionários modestos do governo e estudantes que pagam um aluguel barato ou invadem apartamentos desocupados. Ele se julga um alto funcionário, um engenheiro civil qualificado, razão por que merecia morar na Asa Sul. (HATOUM, 2017, p. 29)

Martim logo estabelece a imagem de si como alguém que faz parte de um espaço social menos favorecido, em que ocupar esse lugar define também a sua prática social. Isto é, faz uma reflexão dos aspectos do espaço físico em que habita e a relação com as condições da sociedade que circundam esses lugares sociais.

Nessa nova realidade, Martim começa a frequentar e fazer parte de diferentes espaços sociais, juntamente com as suas práticas sociais envolvidas. Ao retomar os estudos, na escola de aplicação que integra o campus da UNB, se envolve com um grupo de teatro, motivado por seu interesse por Dinah. “Estudantes do segundo colegial, nenhum da minha sala. Dinah quis ver a capa do meu livro e perguntou se eu gostava de teatro.” (HATOUM, 2017, p. 30). Ele se engaja com facilidade nesse contexto artístico do qual fazem parte Dinah, Lázaro, Vana, o namorado dela Lélío (o Nortista) e Fabius, namorado de Ângela, filha de um senador. No grupo, faziam parte filhos de altos e médios funcionários da burocracia estatal, assim como moradores das cidade-satélites. O distanciamento social que era imposto pelo espaço físico, se aproximava no campo artístico representado pelo grupo de teatro. Como demonstrado no capítulo dois, as práticas sociais estudantis representam uma forma de resistência ao contexto político vigente e, dessa forma, por meio da arte, traçam um retrato da juventude do período: idealista, engajada, como podemos observar em uma das primeiras situações desse contexto narrada por Martim:

Asa Norte, Brasília, domingo, 31 de março, 1968

[...]

Sexta: as aulas da tarde foram canceladas, a maioria dos alunos do Centro de Ensino Médio tinha ido à assembleia no campus. Durante o almoço no bandeirão, os universitários falavam de comícios-relâmpagos e protestos em vários lugares: rua da Igrejinha, praça Vinte e Um de Abril, calçada da Casa Thomas Jefferson. Um alto-falante no barracão da Federação de Estudantes transmitia uma música estranha, parecia marcha militar. Dinah distribuía panfletos e me chamou. Ombros nus, lábios vermelhos, o olhar inteligente no meu rosto. Quando ela me deu um panfleto, consegui dizer que ia ver um filme no Cultura. “Filme? Ontem a polícia matou um estudante no Rio. Não é hora de ir pro cinema. Mais tarde o Geólogo vai fazer um comício perto da Escola Parque. O Nortista e o Fabius vão pra lá.” (HATOUM, 2017, pp. 39-40)

Observam-se os espaços acadêmico e universitário como lugar de resistência com o movimento estudantil e sua capacidade de mobilização popular diante do contexto político. Martim, no entanto, não pode escolher não fazer parte deste aspecto sociopolítico, pois era imposto a ele e a todos que, por mais que não fossem atuantes nos movimentos, de alguma forma eram afetados porque não havia como passar incólume a esses acontecimentos. Martim,

então, em sua narrativa, se vê no meio de uma disputa ideológica, que é também uma disputa que se articula pelo uso da linguagem.

Como evidenciado na historiografia brasileira, que abordamos no capítulo dois, a censura estabelecia por meio do cerceamento da linguagem uma forma de silenciamento de vozes que refletiam o contexto sociopolítico, como ocorreu com o texto de *Prometeu*, uma das peças do grupo de teatro dos estudantes:

Auditório Dois Candangos, Campus da UNB, Brasília, 22 de agosto de 1970

O texto de *Prometeu* foi liberado com alterações e cortes. A censura excluiu cinquenta e duas frases e substituiu várias palavras: “inferno” por “mundo subterrâneo e abrasivo”; “Brasília” por “Cidade Invernal”; os “Três Poderes” por “as Três Instituições”; “Planalto Central” por “Meseta do hemisfério Norte”. (HATOUM, 2017, pp. 116-117)

O discurso se materializa como forma de expressão desses lugares sociais, sempre se opondo a outros. Nas disputas ideológicas que eclodiram no mundo no século XX, surgiram enunciados como “É proibido proibir”, “Faça amor e não faça guerra”, que já surgiu do enunciado “Paz e Amor”. As escolhas lexicais e embates no campo linguístico revelam a presença de ideologias que se opõem, que, por sua vez, refletem posições de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema. É notório que tal tipo de contestação estabelece determinadas condições de produção.

A mobilização política liderada pelos integrantes do grupo de teatro, ainda que no plano da ficção, traz em essência o que Franco (2003) apresenta, em seu ensaio *Literatura e Catástrofe no Brasil: anos 70*, ao destacar que “as obras de arte participam da sociedade e, nessa medida, da barbárie, pois não foi ainda superada.” (FRANCO, 2003, p. 352). Diante das catástrofes humanitárias do início do século XX, a produção cultural se coloca a enfrentar o horror e o sofrimento impostos à sociedade. “A arte deve auxiliar os homens a lembrar do que as gerações passadas foram capazes para, desta maneira, poderem efetivamente evitar que catástrofe possa ainda eclodir.” (FRANCO, 2003, p. 352). Nesse sentido, o grupo de arte escolar representa a resistência e compreende a dimensão estética como manifestação de indignação radical diante do horror.

Além do grupo de teatro, os estudantes se dedicam também à produção de uma revista de arte e literatura, a *Tribo*, como mais um instrumento de resistência diante da proibição de

publicação de textos sobre política, como evidencia o Nortista, em carta reproduzida por Martim, quando da escolha do lema da publicação:

Sugeri que a *Tribo* devia publicar poemas, fotos, quadrinhos, artigos e traduções. Uma revista de arte, sem editor nem diretor de redação. Vana receberia os textos, desenhos e fotos, a seleção final seria feita por todos. O logotipo seria uma espiral desenhada num muro da Cidade Livre, onde moram os operários que construíram Brasília; o que mais demorou foi a escolha do lema da tribo: “A nova liberdade jorrando no Planalto”. (HATOUM, 2017, p. 73)

Produzir nesse contexto histórico-político pressupunha lutar pela liberdade de criação e de pensamento. Vimos, na terceira seção, as condições de produção em que artistas, políticos e intelectuais brasileiros produziram em meio à Ditadura Militar, nomes como o poeta Ferreira Gullar e sua obra em um contexto de produção artístico-político partidário. A perseguição pelo regime militar logo depois do golpe, a opressão, falta de liberdade e o exílio forçado tornaram possível o dizer de seu trabalho poético. Os compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil produziram discursos que forjados em contexto de produção marcado pelo aspecto social da prisão logo no início da ditadura, do trauma e do exílio. O músico, dramaturgo e escritor Chico Buarque revela um aspecto social no qual recorre a esta construção discursiva de identidade como uma maneira de superar a perseguição à sua obra, considerada pelo regime como “subversiva”, por apresentar o interdiscurso das palavras de ordem e de protesto por liberdade. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso e sua participação nas “Diretas Já” por eleição livre e pelo direito do voto. Glauber Rocha e o Cinema Novo promovem uma construção discursiva que contesta o poder vigente ao confrontá-lo, e traz à cena o subdesenvolvimento do interior do país. Toda essa produção artística e engajada política e ideologicamente da nossa história ecoa na ficção com a censura contra a peça teatral de *Prometeu* e a revista *Tribo* do grupo de teatro. Podem ser classificadas, como afirma Franco (2003), como cultura da derrota na qual, logo depois da decretação do AI 5, procurou interferir na vida cultural por meio da adoção de regra rígida tanto para os seus vários setores como a todo tipo de obra:

A censura exigiu da produção cultural da época o rompimento dos laços entre a cultura e a política, os quais foram tecidos nos anos 1960 ao sabor da acentuada radicalização ideológica de alguns dos setores da classe média, como os estudantes. (FRANCO, 2003, pp. 353-354)

Pela via estética artístico-literária materializada no diário do narrador-personagem Martim, a construção discursiva de si evoca vozes que se inter cruzam nos aspectos sociais, históricos e ideológicos como a censura, os protestos e prisões arbitrárias e compõem o campo

de práticas discursivas que permeiam seus dramas pessoais. A convivência com o grupo de amigos, militantes de esquerda, o coloca um modo de suportar a vida solitária, a ausência permanente da mãe e o exílio em Paris. Aspectos fragmentados da vida que se articulam na forma de discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa permitiu-nos mergulhar no universo de *A noite da espera*, de Milton Hatoum, por meio do resgate de memória de Martim e a construção identitária. A partir do individual, particular, que pode presumir a escrita de diário, o seu teor artístico-literário o aprofunda e universaliza. O desenvolvimento temático parte de suas angústias e aflições pela espera do reencontro com a mãe até o conteúdo compartilhado socialmente do período político da Ditadura Militar. Com o rompimento da unidade familiar, Martim sofre uma série de rupturas sociais: a mudança para Brasília com o pai e o consequente afastamento da mãe; a violência da Ditadura Militar e o rompimento com sua pátria materna representado pelo exílio. O narrador-personagem transita, dessa forma, em duas dimensões: a ruptura do laço familiar e as fissuras das práticas sociais.

A Análise do Discurso surge como proposta de análise por percorrer por caminhos que vão para além da materialidade linguística e dialoga com áreas como a história e as ciências sociais nos termos das relações de forças e dominações ideológicas para compor a visão que analisa a língua em seu funcionamento em práticas sociais. Nos passos iniciais deste campo do conhecimento, questões sobre a linguagem envolvem interpretação entre sujeitos por meio de diferentes manifestações. Em sua proposta de investigação, chama atenção por colocar em relação o campo da língua e o campo da sociedade apreendida pela história. Michel Pêcheux é quem lança as bases desse novo campo de pesquisa e coloca em debate o papel da Análise do Discurso. Dominique Maingueneau dá um passo a mais ao trabalhar a noção do *ethos* em direção que ultrapassa o quadro da retórica, na filosofia. Como inovação, estuda sua incidência em textos escritos que não se inscrevem necessariamente na argumentação.

Podemos olhar para Martim e enxergar que, por mais que não tenha uma proposta explicitamente argumentativa em sua escrita, não deixa de fazê-lo, pois o ato de enunciar presume uma defesa da própria imagem. Observamos que, na articulação de seus textos, seleciona, organiza e comenta seus próprios escritos. O olhar para essas estratégias investiga como o ato de escrever articula uma representação de si mesmo, longe de alcançar todos os mecanismos aí existentes, centrando a atenção em alguns dos expressivos processos configuradores da identidade. A condição de exílio, assombrado pela ausência materna e solitário, o faz reconstruir a própria vida através da linguagem, por meio de fragmentos de

registros, a escrita como construção identitária: salteada, interrompida e abandonada. Compreender a construção identitária requer uma visão sobre as vozes que fazem parte da sua voz.

Em nossa trajetória de vida, somos formados por meio das relações e também pelo fim delas, em um ciclo permanente. Ao ligar as pontas de sua vida, Martim expõe suas rupturas. Com o fim do casamento de seus pais, Lina e Rodolfo, conseqüentemente, se viu obrigado a recomeçar a vida em Brasília, transitando por novos contextos sociais. Uma nova ruptura lhe é imposta, agora de caráter político, com o exílio em Paris, no final da década de 1970, momento em que lança um olhar crítico a si mesmo. Passado e presente dialogam, em uma relação que, na situação presente, perde-se a realidade do acontecimento passado, e o passado, ao ser narrado, em caráter epistolar, de suas memórias, anotações, correspondências e telefonemas, sofre interferências de uma memória que não consegue alcançar a materialidade do fato. Uma década separa a vida modesta em Paris da adolescência tumultuada em Brasília, no contexto a Ditadura Militar.

O diário enquanto gênero textual em que Martim registra suas memórias relaciona-se ao contexto histórico de silenciamento e censura. Na impossibilidade de divulgar amplamente suas ideias e pensamentos, fala-se consigo mesmo, como maneira de suportar a vida solitária e suas dores, além da possibilidade de um dia se tornar documental, na esperança de um futuro de liberdade. Como somos a todo tempo afetados pelos aspectos sociais, as narrativas confessionais registram, a partir de uma experiência individual, reflexões acerca dos nossos processos históricos de valor significativo. Em Martim, ainda que posto no plano da ficção, são mobilizadas experiências que inter cruzam aspectos sociais, políticos e ideológicos. Ainda que Martim tenha suas lembranças e sua memória como formas de enfrentamento da saudade e da espera, o sujeito não tem total controle de suas intenções. Os fatos históricos e práticas sociais disputam espaço com a imagem que ele cria de si e, desse forma, a manipula. Forças sempre agem sobre o sentido. A verdade dos fatos ganha nuances da verdade do olhar.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Da noção retórica de ethos à análise do discurso**. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 270-306.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso: modos de organização**. Editora Contexto, São Paulo. 2008.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de Gêneros Textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- FRANCO, Renato. **Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70**. In: Seligmann-Silva, Márcio. *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003, p.355-374.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- GINZBURG, Jaime. **Autoritarismo e Literatura: a História como trauma**. In: *Vidya Revista Eletrônica* - v. 19, n. 33, Janeiro/Junho, 2000; p.43-52.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso - diálogos e duelos**. 2ª ed. São Carlos: Claraluz, 2006.
- HATOUM, Milton. **A noite da espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- _____. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux**. In: GADET, Françoise et al. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 11-38.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. **Arqueologia e Análise do Discurso**. In: Cenas da Enunciação. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. **A propósito do ethos**. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.). Ethos discursivo São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Discurso Literário**. Editora Contexto: 2. ed. São Paulo, 2018.

_____. **Ethos, cenografia, incorporação**. In: AMOSSY, R. (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do Ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Gênese dos discursos**. Trad. S. Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Variações sobre o ethos**. São Paulo: Parábola, 2020.

ORLANDI, E. P. **Maio de 1968, os silêncios da memória**. In: ACHARD, P et al. Papel da Memória. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2020

PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz ano velho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PÊCHEUX, Michel. **A análise do Discurso: três épocas (1983)**. In: GADET, Françoise et al. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 307 - 315.

_____. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, v. 19, 2012. p. 7–24.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**, Tradução: Eni Puccinelli Orlandi 7ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2015.

_____. **O papel da memória**. In: Achard, Pierre et al. O papel da memória. Campinas: Pontes, 1999a.

_____. **Os discursos constituintes.** In: Maingueneau, Dominique. Cenas da enunciação. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. P. 37 – 53

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

_____. **Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso.**In. Escritos, n. 4, p. Campinas: Labeurbe; Nudecri, 1999b. 7-16.

PONTES, Heri Ramos de Oliveira. **Discurso, corrupção e a construção de identidades sociais na política brasileira: um estudo de caso.** 2010. 371 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ROLLEMBERG, Denise (Universidade Federal Fluminense, Brasil). (2007). **Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979).** XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Departamento de História. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: https://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/pdfs/CadernoAtividadesBrasil-umabiografia.pdf . Acessado em 15 de dezembro de 2020.

VENTURA, Zuenir. **1968 : O ano que não terminou** — 2ª ed. — Rio de Janeiro : Objetiva, - 2018.